



A CRISE DOS REFUGIADOS NOS *MEDIA* PORTUGUESES NO SÉCULO XXI

Luciano Fernandes do Amaral

Mestrado em Estudos sobre a Europa

2019



A CRISE DOS REFUGIADOS NOS *MEDIA* PORTUGUESES NO SÉCULO XXI

Luciano Fernandes do Amaral

Mestrado em Estudos sobre a Europa

Orientadora: Professora Doutora Maria do Céu Martins
Monteiro Marques

2019

Resumo

Ao longo deste século, assistimos na Europa à chegada de muitos refugiados, tal como no passado, procuram na fuga encontrar o seu porto seguro e num mundo globalizado conviverem com diferentes culturas e num mesmo espaço social. Vários acontecimentos trágicos no decurso do século XXI têm dividido os Estados-Membros e desencadeado posições contrárias aos princípios que estão na base da construção da União Europeia.

Contudo, na opinião pública ainda existe espaço para uma constante e recorrente dúvida, quer na atribuição do termo legal de refugiado, quer na ausência da dita solidariedade como denominador comum entre os países da Europa, já que justificando a preservação da sua homogeneidade cultural oferecem uma enorme resistência ao acolhimento de quem precisa.

Esta dissertação tem como principal objetivo, refletir sobre a importância na visibilidade das notícias que envolveram os refugiados e por inerência os migrantes e requerentes de asilo em Portugal veiculada pelos *media* ditos clássicos (*legacy media*) Imprensa e Televisão portuguesa no século XXI, que podem contribuir para a positiva visibilidade dos mesmos.

Neste sentido, em concordância com o estudo teórico feito, optámos pela consulta à imprensa escrita nacional de tiragem diária entre 2001 e 2018, sendo que, o critério de seleção das peças jornalísticas foi na categoria de “refugiado”. De igual forma, recolhemos e registámos os jornais noticiosos dos principais canais generalistas portugueses que representam o mercado televisivo do século XXI, neste caso, o período em análise é compreendido entre janeiro de 2015 e junho de 2018.

Realizámos um estudo comparativo de alguns países que fazem parte da União Europeia, onde verificámos que os cidadãos nacionais apresentam um nível de confiança nos *media* superior à média dos cidadãos residentes nos países da UE.

Palavras-Chave:

Media, comunicação social, cidadania, opinião pública, refugiados, Europa, conflitos regionais.

Abstract

Over the course of this century, we have witnessed the arrival of many refugees in Europe, as in the past, seeking escape to find their safe haven and in a globalized world to live with different cultures and in the same social space. Several tragic events during the 21st century have divided Member States and triggered positions contrary to the principles underlying the construction of the European Union.

However, in public opinion there is still room for constant and recurring doubt, either in the granting of the legal term refugee or in the absence of such solidarity as a common denominator between the countries of Europe, since justifying the preservation of their cultural homogeneity offers a huge resistance to welcoming those in need.

The main objective of this dissertation is to reflect on the importance of the visibility of the news that involved the refugees and inherently the migrants and asylum seekers in Portugal carried by the so-called Portuguese media and legacy media in the 21st century. for their positive visibility.

In this sense, in accordance with the theoretical study made, we chose to consult the national written press of daily circulation between 2001 and 2018, and the criterion of selection of the journalistic articles was in the category of "refugee". Likewise, we collected and registered the news newspapers of the main Portuguese generalist channels that represent the 21st century television market, in this case, the period under analysis is from January 2015 to June 2018.

We conducted a comparative study of some countries that are part of the European Union, where we found that national citizens have a higher level of confidence in the media than the average resident in EU countries.

Keywords:

Media, citizenship, public opinion, refugees, Europe, regional conflicts.

Agradecimentos

O meu agradecimento especial vai seguramente para as pessoas mais importantes da minha vida - aos meus pais, os responsáveis por todas as minhas conquistas.

À minha mulher, mãe dos nossos filhos e amiga, confidente e sempre presente tanto nas horas de alegria como em outras menos felizes, esta conquista é tua também.

Aos meus filhos queridos, Leonardo e Francisco agora sei que todos os intervalos que fiz para estar convosco foram necessários, com as vossas brincadeiras recuperei o fôlego para continuar este percurso e convosco quero sempre brincar.

Quero agradecer a todos os meus amigos de trabalho pela vossa compreensão e paciência.

Uma palavra final, de importância primeira, à minha orientadora Professora Doutora Maria do Céu Marques, a sua sabedoria, o apoio, a simplicidade nas palavras, a disponibilidade, os conselhos e o esforço, é única.

Bem hajam todos.

Glossário de Siglas

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CPR - Conselho Português para os Refugiados

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DGAE - Direção Geral de Assuntos Europeus

DGE - Direção Geral de Educação

DGS - Direção Geral de Saúde

DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem

ELSJ - Espaço de Liberdade Segurança e Justiça

EM - Estado-Membro

FRONTEX - Agência Europeia de Gestão da Cooperação nas fronteiras Externas.

GTAEM - Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

ISS - Instituto de Segurança Social

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados

RIFA - Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo

SECA - Sistema Europeu Comum de Asilo

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TFUE - Tratado de Funcionamento da União Europeia

UE - União Europeia

UMP- União das Mutualidades Portuguesas

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

Índice Geral

Resumo	II
Abstract	III
Agradecimentos	IV
Glossário de Siglas	V
Introdução	1
Capítulo I - Aos olhos dos <i>media</i>, o atalho ao refúgio	3
1.1 - O percurso dos refugiados nos <i>media</i> portugueses	3
1.2 - O conceito legal de refugiado nos <i>media</i>	12
1.3 - A odisseia europeia no século XXI	18
1.4 - Os desastres das guerras e as suas consequências mediáticas	26
1.5 - Europa onde tudo (re)começa	32
Capítulo II - A importância dos diferentes <i>media</i>	37
2.1 - Na arte de comunicar	37
2.2 - Conviver numa Europa dos <i>media</i>	39
2.3 - O papel dos <i>media</i> no espaço público	43
Capítulo III - A Europa dos <i>media</i>	49
3.1 - O problema de investigação	49
3.2 - As metodologias utilizadas	49
3.3 - Opinião pública da União Europeia (UE)	52
3.4 - Como são vistos os refugiados aos olhos dos <i>media</i>	63
3.5 - Os <i>media</i> na criação da homogeneidade cultural	65
Conclusão	75
Bibliografia	77
Webgrafia	82
Anexos	84

Introdução

O século XXI é caracterizado pela modernidade da informação e comunicação, envolvendo de forma geral todos os cidadãos, membros de uma comunidade ou sociedade, neste contexto, não se deve confundir comunicação com informação. A informação torna-se o objetivo e a comunicação o efeito, sendo que ambas constituem dimensões na vida social.

Uma sensibilidade que pretendemos observar é a problemática dos refugiados, embora bastante antiga, assume no século XXI maior preocupação por parte da comunidade internacional, cada vez há mais consciencialização do problema que não afeta apenas os estados, mas também as organizações internacionais, nacionais e o próprio setor privado. Antes de todos os tipos de nomenclaturas que estão associadas aos refugiados, a realidade alerta-nos para o facto de serem detentores de narrativas de sofrimentos, resistência, desejos e, sobretudo, de perseverança.

Estimativas recentes, apresentada pelo UNHCR (2018-2019) mostram que o número de refugiados não deixa de impressionar tendo em consideração que, são o resultado do conflito armado na República Árabe da Síria e metade de todos os refugiados vêm apenas de três países, senão vejamos, República Árabe da Síria 5.5 milhões, Afeganistão 2.5 milhões e Sudão Sul 1.4 milhões. Tais números, que sistematicamente têm aumentado com o passar do tempo, atingiram em 2015 mais de um milhão¹ de chegadas e pedidos de asilo e hoje, ainda refletem a falta de vontade política e, por conseguinte, assistência humanitária que a Europa tarda em resolver.

Este trabalho está estruturado em três capítulos nos quais serão apresentadas e analisadas as publicações jornalísticas do conteúdo em estudo e os dados empíricos recolhidos através do Eurobarómetro. Deste modo, com este trabalho pretende-se contribuir para o desenvolvimento da literatura sobre a influência dos *media* na sistematização dos discursos sobre os refugiados e na generalização de conceitos que tem certamente consequências na definição e na perceção do mesmo fenómeno, consequentemente, releva-se, assim, a importância de considerar o modo como os *media* atuam no processo formativo da opinião pública.

¹ ACNUR. Disponível em:<URL: <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean> (Consultado 15/06/2018).

No primeiro capítulo, é feita uma abordagem histórica sobre os refugiados, a sua definição legal e as diversas nomenclaturas utilizados no decurso do século XXI até aos nossos dias, sempre recorrendo a análises que foram transmitidas e veiculadas pelos jornais nacionais no período em estudo. Estas considerações conceptuais serão problematizadas de forma a entender a razão pela qual há lugar a diferentes designações.

No segundo capítulo, procede-se a um breve olhar sobre os diferentes *media* a sua evolução e a sua contribuição para a otimização da sociedade europeia, influenciando a opinião pública dando a conhecer as diversas realidades.

No terceiro capítulo, procuraremos perceber de que forma os *media* têm contribuído para influenciar os cidadãos no espaço europeu, no contexto global, em termos de aceitação e de compreensão do refugiado. Daremos enfoque à avaliação dada aos *media* pela população nacional e pelos residentes em cada um dos países membros da União Europeia tendo como fonte o Eurobarómetro. Essas tendências permitirão identificar a confiança dos demais cidadãos nas notícias veiculadas pelos *media* ao longo do tempo, e simultaneamente a importância dada pelos *media* nacionais às notícias que envolvem os refugiados no período de elevado número de deslocações forçadas.

Na Conclusão, serão apresentadas algumas reflexões sobre os aspetos alvo de análise ao longo da dissertação, através da análise da imprensa escrita nacional entre 2001 e 2018 e da análise da recolha e do registo dos jornais noticiosos regulares dos principais canais generalistas nacionais no período compreendido entre janeiro de 2015 e junho de 2018, deste modo, daremos maior atenção nos períodos em que as notícias sobre os refugiados tiveram maior expressão nos *media*, o objetivo é perceber com base nos princípios metodológicos desenvolvidos a relevância da contribuição dos diferentes *media* para a sociedade europeia em geral e a portuguesa em particular.

Capítulo I - Aos olhos dos *media*, o atalho ao refúgio

“Meu pai era um arameu errante: desceu ao Egito com um pequeno número e ali viveu como estrangeiro, mas depois tornou-se um povo forte e numeroso” (Deuteronomio 26,5²).

1.1 - O percurso dos refugiados nos *media* portugueses

No âmbito do direito internacional, a definição de refugiado resulta da observação de três instrumentos internacionais sendo eles os “O Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados” (ACNUR/UNHCR) de 14 de dezembro de 1950, a Convenção de Genebra de 28 de julho de 1951 e o Protocolo de Nova Iorque, de 31 de janeiro de 1967.

De acordo com o artº1-A (2) da Convenção de Genebra o termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que:

“receando, com razão de ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.” (ACNUR, 1951, 1967)

A palavra refugiado entrou nos últimos anos no léxico do dia a dia³ sendo eleita pela Porto Editora como a palavra do ano em 2015, tornando-se habitualmente associada a uma condição de vida.

O êxodo de elevado número de pessoas que se deslocam voluntária ou involuntariamente é tão antigo quanto a própria Humanidade. No entanto, as imponentes fronteiras que separam os milhares de refugiados da Europa, colocam em evidência que

² Bíblia Sagrada, Lisboa/Fátima, Missionários Capuchinhos, Difusora Bíblica, 1ªed., 2015.

³ Refugiado- palavra do ano 2015- Porto editora- Disponível em:<URL: <https://www.palavradoano.pt/> (Consultado em 15/06/ 2018).

ainda há muito por fazer e que o grau de envolvimento dos cidadãos nos assuntos de interesse público refletem a qualidade da sua democracia.

Ainda que não seja tarefa fácil encontrar bibliografia sobre a história dos refugiados pelo mundo, historicamente, é na Antiguidade que há lugar a poucas referências quanto ao termo refúgio.

Na Europa, o advento do termo refugiado remonta ao século XVI que sugere a gênese de uma sensibilidade a um “fenómeno social distinto”, (Zolberg et al. 1989: 5-18) que se traduz na ausência de proteção a grupos mais vulneráveis. Este termo foi utilizado pela primeira vez em França no ano de 1573 em particular no contexto da concessão de asilo a Calvinistas dos Países Baixos. Cem anos após esta data, o mesmo termo seria empregue em Inglaterra para classificar os Huguenotes, Calvinistas franceses que fugiram para Inglaterra devido às suas convicções religiosas o que esteve na origem da perseguição, que remonta ao Édito de Nantes por Luís XIV em 1685 “exemplo arquetípico do nacionalismo económico, foi o símbolo e o poder” (Huntington, 1999:173).

Ao longo da História, milhões de pessoas e famílias foram obrigadas a trocar a sua terra natal para fugir da fome, violência, guerra, inúmeras adversidades e contratempos criando uma nova trajetória de vida à procura de uma nova esperança, essa esperança representa, em muitos casos, o sucesso da conquista na adversidade, com lágrimas e sofrimento que culminará no melhor cenário na fertilidade de diversas novas formas de convivência humanas possibilitando uma comunhão de cultura e tradições.

As migrações forçadas, fenómeno milenar que resulta das guerras é precedido de muitas e encadeadas decisões que potenciam instabilidades e desordens, em nome de interesses de grupos sociais e ou atores internacionais.

De acordo com a OIM (Organização Internacional para as Migrações) as migrações forçadas, é o

“termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origens em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento).” (OIM, 2009)

Como observamos, os refugiados fazem parte do que usualmente se designa como “migrantes forçados”, de um modo geral, a diferença entre migrantes e refugiados reside no facto de os refugiados serem oriundos de lugares em que existe um risco presente (guerra, climático, devastação) que impossibilita o seu regresso, sob pena de perderem a própria vida.

No Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado está contida a definição de migrante

“ é uma pessoa que, por razões diferentes daquelas mencionadas na definição de refugiado, deixa voluntariamente o seu país para se instalar em outro lugar. O migrante pode deixar seu país de origem motivado pelo desejo de mudança ou de aventura, por razões familiares ou de carácter pessoal.”(ACNUR,1979:16)

Não precisamos recuar muitos séculos e lembrar que o fogo foi dominado em 500 000 a.C. na Europa e só 10 000 anos depois na Ásia tal como refere H. Martin, (2008:114), que o primeiro cadáver sepultado com vestes de cerimónia é de 27 700 a.C. encontrado na Europa, para localizar os primeiros migrantes e refugiados que à Europa chegaram, tais acontecimentos fazem parte da História da civilização,

“A ideia de civilização foi desenvolvida pelos pensadores franceses do século XVIII, em oposição ao conceito de “barbarismo”. A sociedade civilizada diferia da sociedade primitiva porque era estabelecida, urbana e alfabetizada”. O conceito de civilização fornecia um padrão pelo qual as sociedades podiam ser julgadas, e durante o século XIX os europeus dedicaram muita energia intelectual, diplomática e política à elaboração dos critérios pelos quais as sociedades não europeias poderiam ser julgadas suficientemente “civilizadas” para serem aceites como membros do sistema internacional dominado pelos europeus.” (Huntington, 1999 :45)

Compreender o fenómeno dos refugiados é certamente a tarefa mais fácil de todas, se for comparada com a dor e o sofrimento que o próprio fenómeno implicitamente representa.

Nesta viagem pelo tempo, encontramos a chegada em massa de refugiados ligados aos movimentos migratórios, movimentos que contribuíram para a construção do mundo em que hoje vivemos. No século XIX, a Europa foi palco de algumas crises que provocaram fluxos de refugiados de grande dimensão, os diversos confrontos entre

revolucionários e contra-revolucionários e demais lutas entre autoridades imperiais e movimentos independentistas deram origem a muitos “refugiados que fugiam da perseguição e da opressão políticas.” (Costa,1996:59)

No século XX, com o colapso dos antigos impérios e com o inevitável aparecimento de novas nações despontaram um número significativo de guerras civis⁴.

Com a Revolução Russa assistiu-se à deslocação de milhões de pessoas, que provocou um êxodo de grandes massas humanas que se exilaram em França, Inglaterra e Estados Unidos da América.

Na década de 1920 do século passado, há o reconhecimento de que a proteção dos refugiados necessitaria de uma coordenação conjunta e global entre várias nações, nesse sentido, e como resposta a recém-criada Liga das Nações⁵ lança um número sem precedentes de iniciativas destinadas à questão dos refugiados. Como assinala José Henrique Fischel de Andrade, “é precisamente no seio da Liga das Nações que se encontram as origens históricas do Direito Internacional dos Refugiados, tendo, nas Nações Unidas, se iniciado a sua fase contemporânea.” (Andrade,1996:3)

Por decisão da Assembleia Geral a 1 de janeiro de 1951 é criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/UNHCR), o seu estatuto encontra-se no anexo da Resolução 428(V)⁶ adotada na Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1950. Nos termos deste estatuto a sua função é garantir a proteção internacional dos refugiados. Ao ACNUR é atribuído o mandato de assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar refúgio em outro país e, se as circunstâncias o permitirem, ajudá-los a voltar para a casa.

“O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, atuando sob a autoridade da Assembleia Geral, assumirá a função de proporcionar proteção internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, aos refugiados que se enquadrem nas condições previstas no presente Estatuto, e de encontrar soluções permanentes para o problema dos refugiados, prestando assistência aos governos e, com o consentimento de tais governos,

⁴ As causas do movimento de refugiados russos, durante os anos 1918-1922 foram a Revolução bolchevique (1917), o colapso das frentes anti-bolcheviques na Rússia europeia (1919-1920), a fome de 1921, e o término da resistência dos “russos brancos” na Sibéria (1921). (Junior, 1999:77)

⁵ ACNUR (2005) *An Introduction to International Protection-Protecting persons of concern to UNHCR*. Disponível em:<URL: <https://www.unhcr.org/3ae6bd5a0.pdf> (Consultado em 25/03/ 2018).

⁶Estatuto ACNUR Disponível em:<URL: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR (Consultado 15/06/ 2018).

prestando assistência também a organizações privadas, a fim de facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou a sua integração no seio de novas comunidades nacionais”⁷

Em 2013, no jornal *Público* liam-se notícias, “Cada vez que piscamos os olhos, há uma pessoa que foge do seu país”⁸, o número alarmante de pessoas obrigadas a fugir do seu país em 2013 através das estimativas da ONU representavam 45 milhões de pessoas em fuga, em que dia após dia novos refugiados provenientes do Afeganistão, Somália, Iraque, Síria e Sudão passariam a fazer parte destes números.

A dificuldade da comunidade internacional em prevenir conflitos e promover soluções duradouras reflete-se também nas dúvidas em acolher os refugiados, sujeitando-os enquanto vítimas a redes de imigração ilegal que se aproveitam de tão visíveis fragilidades⁹.

A crise de refugiados na Europa “é uma crise de solidariedade”¹⁰ em que, lado a lado, estão presentes tanto a individualidade como a falta de capacidade de organização coletiva dos estados em dar resposta a problemas humanitários tão evidentes, sem sequer vislumbrar o mútuo benefício que deveria estar na base de uma nova visão da proteção sustentável dos refugiados.

Torna-se cada vez mais preocupante quando há pessoas que exploram o sofrimento dos refugiados, incitando a xenofobia promovendo o discurso do ódio.

Os refugiados de hoje vivem experiências semelhantes do passado, e de forma semelhante procuram segurança, estabilidade e um futuro melhor para as suas famílias, em síntese, pertencemos todos à Humanidade, independentemente do local em que nos encontramos.

A crise dos refugiados a que o mundo ao longo do século XXI tem assistido, retrata a falta de valores, solidez e de ausência de respostas capazes¹¹ de satisfazer o êxodo de centenas de milhares de pessoas que fogem de conflitos e da miséria que assolam o Médio Oriente e a África Subsariana e que procuram caminhos por terra e por

⁷ Artigo 1º do Estatuto do ACNUR, 1950.

⁸ Anexo A - *Público* - “Cada vez que piscamos os olhos, há uma pessoa que foge” do seu país.” - 20 de junho de 2013.

⁹ Anexo B-*Diário de Notícias* – “Rede de imigração ilegal de sírios não está a ser alvo de investigação” - 05 de janeiro de 2014.

¹⁰ Anexo C-*Público* - “A crise de refugiados na Europa “é uma crise de solidariedade” - 17 de dezembro de 2015.

¹¹ Anexo D-*Público* - “A Europa, a história e a crise” - 27 de julho de 2018.

mar em busca do ideal de uma Europa unida, tal como recorda Sophia Mello Breyner Anderson,

“Vemos, ouvimos e lemos
Não podemos ignorar
Vemos, ouvimos e lemos
Relatórios da fome
O caminho da injustiça
A linguagem do terror”¹²

A Europa, um continente de tradições humanitárias cuja cultura é o produto de uma miscigenação milenária, tem sido confrontada com um crescente de pessoas que cruzam em pequenas embarcações o Mar Adriático e o Mediterrâneo. Muitas perdem a vida em tragédias ainda bem presentes¹³ antes mesmo de pisar tão desejado solo que os acolha, mas que ignora as suas obrigações em matéria de direitos humanos, abandonando os seus princípios fundadores e valores¹⁴. Como resposta, a essa procura as estruturas europeias procuram limitar a chegada de imigrantes, ou na melhor das hipóteses controlá-las.¹⁵

O Êxodo Global a que se tem assistido e foi demonstrado com o relatório ¹⁶*Global Trends 2017* divulgado na véspera da comemoração do Dia Mundial do Refugiado no ano de 2017, revela que, a nível mundial, a população deslocada à força aumentou em 2,9 milhões face a 2016. No final de 2017, 68,5 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo resultado de perseguição, conflito ou violência generalizada.

No passado, a aposta numa política europeia comum para os refugiados era entendida como vital e as notícias espelhavam essa realidade¹⁷, na atualidade, há sinais claros de que os tempos são outros, tendo novas prioridades, novos desafios e outras

¹² Extrato do poema “*Cantata da Paz*” De Sophia de Mello Breyner Andresen.

¹³ Anexo E- *Público* - “Naufrágios ao largo da Líbia fazem pelo menos 240 mortos e desaparecidos” - 04 de novembro de 2016.

¹⁴ Anexo F-*Público* - “UE viola os seus princípios ao “fechar os olhos” a abusos sobre imigrantes, diz amnistia” - 09 de julho de 2014.

¹⁵ Anexo G – *Público* - “Para salvar Schengen, União Europeia reforça controlos nas fronteiras externas” - 21 de novembro de 2015.

¹⁶ UNHCR Disponível em :<URL: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html> (Consultado 15/06/ 2018).

¹⁷ Anexo H-*Jornal de Notícias* - “UE recebe poucos refugiados” - 25 de novembro de 2004.

ameaças, ainda assim, os obstáculos de redistribuir refugiados¹⁸ pela Europa tem sido uma realidade.

É de destacar, que ao longo da História, o mundo tem assistido conflitos, guerras, desastres ambientais, exclusões por motivos políticos, mas a questão dos grandes fluxos de migrantes continuam a ser um problema sem que a resolução passe apenas pelo acolhimento. No entanto, essa resposta é urgente e necessária e todo o processo de verificação da condição de refugiado é fundamental para a sua célere proteção.

Em Portugal o regime jurídico em matéria de asilo e de refugiados encontra-se definido na Lei nº 26/2014, de 5 de maio, precedendo à Lei nº27/2008, de 30 de junho que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária. Para Sousa(1999) “A política de asilo é genericamente o resultado de preocupações humanistas e políticas” (1999:131), na sua dissertação de mestrado, o autor alerta também para o facto de que a primeira lei que houve de asilo em Portugal data de 1980, não querendo com isso dizer necessariamente que não existiam refugiados até então, uma vez que a partir dessa data foram proferidas decisões relativamente a pedidos apresentados desde 1974, Sousa (1999) sublinha também que o direito de asilo em território europeu é a base de todas as posições em matéria de direitos humanos.

Apresenta-se um quadro onde se pode verificar os pedidos de asilo registados pelo SEF/CRP em Portugal entre 2001 e 2017.

Quadro 1 - Pedidos de Asilo em Portugal (2001-2017)

2001	234	2010	160
2002	245	2011	275
2003	116	2012	299
2004	113	2013	507
2005	113	2014	447
2006	129	2015	896
2007	224	2016	1.469
2008	161	2017	1.750
2009	139		

Fonte: SEF/CPR Tabela elaborada por Luciano Amaral

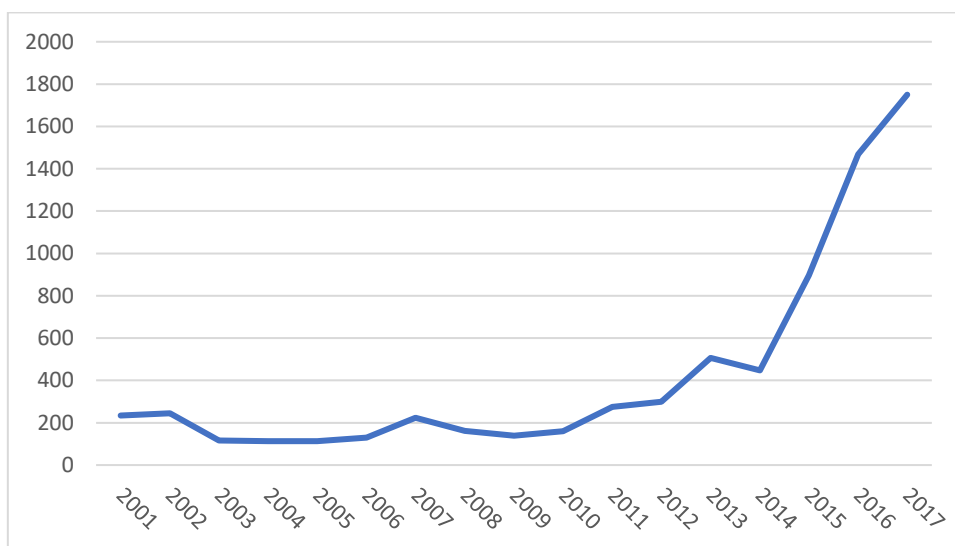
¹⁸ Anexo I - *Jornal de Notícias* - “UE processa Hungria, Polónia e República Checa” - 08 de dezembro de 2017.

Em termos de análise evolutiva, o número de pedidos de asilo em Portugal apresenta um aumento acentuado nos últimos 5 anos, com maior destaque no último ano estudado, o ano de 2017.

Em 2011 estavam deslocadas contra a sua vontade 42,5 milhões de pessoas, este número aumentou gradualmente durante os anos seguintes, piorando dramaticamente em 2015 tendo impacto sem precedentes sobre os fluxos migratórios para alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) assumindo em 2017 os 68,5 milhões. Neste âmbito, verifica-se que o ano de 2017 atinge níveis muito expressivos, estes valores refletem a continuidade de alguns conflitos em particular na República Democrática do Congo e Myanmar e ainda as deslocações devido ao conflito na Síria.

O gráfico abaixo reflete a trajetória.

Evolução dos pedidos de asilo em Portugal 2001-2017



Fonte: SEF/CPR Gráfico elaborada por Luciano Amaral

A autoridade policial competente pela entrada e a atribuição de autorização de permanência em território nacional é o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) que é tutelada pelo MAI (Ministério da Administração Interna) tendo a instituição GAR (Gabinete de Asilo e Refugiados) como responsável pela instrução e organização dos processos de asilo.

Atendendo ao crescimento mais recente dos fluxos dos refugiados e pessoas deslocadas em contexto europeu, Portugal, tem sido reconhecido nacional e

internacionalmente pelo seu contributo, desde logo, com o Programa nacional de Reinstalação de refugiados, com o Programa de Recolocação e pela resposta dada aos pedidos de proteção internacional espontâneos, sendo que, todos os refugiados são da responsabilidade do Estado Português.

O Programa nacional de Reinstalação consiste num processo de seleção e transferência de refugiados já reconhecidos pelo ACNUR, de um país terceiro considerado o primeiro país de asilo, para outro estado. Foi criado através da Lei nº 15/98 de 26 de março (Lei nº 27/2008, de 30 de junho, alterada pela Lei nº 26/2014, de 5 de maio), sendo que a primeira fase do Programa de Reinstalação do ACNUR foi concluída¹⁹, estando previstas novas missões do SEF e do ACM (Alto Comissariado para as Migrações) no âmbito deste programa dada a disponibilidade de Portugal em receber mais refugiados provenientes do Egito e da Turquia.

No que respeita ao Programa de Recolocação, consiste na transferência de requerentes de proteção internacional entre a solidariedade criada pelos Estados-Membros, para dar resposta aqueles refugiados que se encontravam em particular nos “hotspots” de Itália e da Grécia, países que por razões geográficas foram mais pressionadas pelo fluxo de migratório, nessa medida, incapazes de responder cabalmente.

Em Portugal, o acolhimento de refugiados ao abrigo do Programa de Recolocação teve início em setembro de 2015, em que através do Despacho nº 10041-A/2015²⁰ de 3 de setembro o Governo cria o GTAEM (Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações) coordenado tecnicamente pelo SEF, de acordo com a Resolução Do Conselho de Ministros nº 5/2016, de 27 de janeiro. Sendo o GTAEM de natureza pluridisciplinar, mobilizou representantes de organismos públicos de vastas áreas em particular DGAE- MNE (Direção Geral de Assuntos Europeus), SEF, ISS (Instituto de Segurança Social), IEFP (Instituto de emprego e Formação Profissional), DGS (Direção Geral de Saúde), DGE (Direção Geral de Educação), ACM (Alto Comissariado para as Migrações) Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), União das Mutualidades Portuguesas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses

¹⁹ República Portuguesa - Disponível em :<URL:<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=f0315d9a-685f-45f1-9920-e3a6f47b0505> (Consultado em 10/04/2019).

²⁰ DRE- Diário da República Portuguesa. - Disponível em :<URL: <https://dre.pt/home/-/dre/70181480/details/maximized> (Consultado em 01/04/2018).

(ANMP) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Os dois programas de acolhimento acima descritos deixam de fora os pedidos de proteção internacional espontâneos que chegam a Portugal e, que posteriormente, assumem o estatuto de requerentes de asilo, designados “espontâneos”. Essa condição requer a apreciação do SEF que, sendo favorável, abre um conjunto de procedimentos que potenciam a sua permanência em território nacional, esse acolhimento cabe aos Centros Distritais de Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

1.2 - O conceito legal de refugiado nos *media*

No início do século XXI era notícia;

“Enquanto o cargueiro norueguês “Tampa” continua à deriva, à espera que hoje seja decidida em Genebra a sorte dos mais de 400 refugiados que recolheu em pleno mar, o Afeganistão (país de onde fugiu a esmagadora maioria dos refugiados a bordo) prossegue a sua cruzada para se ver livre de estrangeiros indesejáveis[...]a Austrália, numa reação já apontada como xenófoba, continua a fechar as portas da sua fortaleza aos imigrantes à deriva...”²¹

O crescente fluxo de refugiados a que a Europa assiste no século XXI coloca em evidência a falta de uniformização de procedimentos em diferentes instituições, dificultando a proteção e o estabelecimento de padrões e instrumentos jurídicos capazes de proteger os refugiados, deixando a lentidão de tais respostas bem clara a dimensão da crise²².

A denominação “refugiado” é utilizada no dia -a dia, englobando muitos tipos de pessoas e, por diversas vezes, ao longo do século XXI, assistimos à atribuição do conceito de refugiado associado a diferentes situações, que em boa verdade nada abonam o ser humano que está em situação de fragilidade.

Portanto, o termo “refugiado” é muitas vezes utilizado em termos mais amplos, podendo ter significados diferentes em contextos distintos. Como foi referido, e segundo Santinho (2011), os refugiados fazem parte de um grupo que se designa por “migrantes forçados”, sendo que diferenciação conceitual entre refugiados e outras categorias torna-

²¹ Anexo J - *Público* - “A Fortaleza da Intolerância” - 09 de setembro de 2001.

²² Anexo K - *Diário de Notícias* - “UE ainda dividida e com poucas respostas para crise dos refugiados.” - 17 de dezembro de 2015.

se relevante quando se tem a finalidade de garantir instrumentos legais de proteção aos diferentes grupos, visto que, dado a complexidade de migrações forçadas existentes, não é certo que todas as pessoas possam adquirir esse estatuto à luz da lei atual.

O direito de requerer asilo está estipulado e encontra-se plasmado no artº14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos²³. Assim, a pessoa que pede asilo ou solicita o estatuto de refugiado poderá obter esse estatuto após a observação dos procedimentos que constam na legislação internacional. A celeridade da verificação da condição de refugiado é espectral na medida em que os requerentes necessitam de proteção. Como tal, a partilha de responsabilidades entre os estados e a dita solidariedade torna-se vital para dar resposta ao vasto número de pessoas que das mais diversas regiões do mundo escolhem a Europa como porto de abrigo local de acolhimento.

Não é espectral que se acolha um refugiado da mesma forma que se acolhe um migrante²⁴, tendo em conta que os estatutos são diferentes. As distinções entre termos são extremamente importantes, na medida em que, os migrantes são pessoas que escolhem deslocar-se não estando relacionada de forma direta com perseguição ou morte, mas sim na procura de melhores condições de vida, sendo elas económicas, sociais e não só mas também não é impossibilitado de regressar ao seu país, contrariamente ao que acontece com a situação de refugiado.

No mundo globalizado, em que vivemos onde existem vários termos passíveis de categorizar quem emigra por razões alheias à sua vontade, os termos utilizados tornam-se importantes:

“(...) a diferença estabelecida entre “imigrantes”, “imigrantes indocumentados” e, mais especificamente, “refugiado”, “requerente de asilo”, “requerente de asilo com estatuto de residente por razões humanitárias”, “deslocado interno”, ou mesmo “requerente de asilo com autorização de residência provisória”, e ainda “refugiado reinstalado”, faz parte de um léxico político-jurídico que contribui, em última instância, para barrar cada vez mais o acesso à proteção num país de asilo.” (Santinho, 2011:3)

²³ Declaração Universal do Direitos Humanos. Disponível em:<URL: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (Consultado 15/06/ 2018).

²⁴ No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de migrante. O termo migrante compreende, geralmente todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias. (OIM, 2006:43).

A diversidade de nomear apresenta-se inúmeras vezes em termos conceptualmente distintos²⁵, fazendo que tal prática discursiva afaste o público geral de toda a veracidade que está na base e na contextualização do refugiado e também desta forma, o conceito de refugiado fique a consideração das políticas nacionais.

No mesmo sentido, Sousa e Costa (2015) sugere que “a associação entre refugiados e migrantes não é completamente inocente”, logo, a não diferenciação entre os dois grupos é a forma que os diferentes estados encontram para diminuir as suas responsabilidades em matéria de refugiados, não estando acautelada a possibilidade dessas pessoas no decurso do tempo mudarem de estatuto que inicialmente detinham e, assim, o modo como os diferentes governos têm regulado a migração apenas serve para dar a ideia que estão a trabalhar na resolução do problema que têm em mãos que é social, político e económico.

Países como a Hungria e a Eslováquia representados por governantes em que seus governos edificam barreiras físicas e legais com a finalidade é travar o fluxo de pessoas deslocadas pela guerra ou requerentes de asilo, alimentam o seu eleitorado com promessas populistas e discursos xenófobos, Viktor Orbán²⁶ discursava no parlamento da Hungria “Enquanto o Governo respirar, não ficaremos nem com um refugiado”(…)“Nós decidiremos quem deixamos entrar no nosso país e com quem queremos viver”²⁷.

A proibição do acesso aos procedimentos de asilo justos e eficientes, originam dificuldades na obtenção de condições dignas, seguras e duradouras. Sousa e Costa (2015) refere ainda a importância de uma solução menos nacionalista entre os Estados-Membros,

“Os Estados nacionais, em contexto europeu, têm ainda procurado limitar o reconhecimento do estatuto de refugiado, recorrendo a figuras como «país seguro», «país de trânsito» ou «país terceiro de acolhimento», impondo na prática um muro legal que impede a admissão de pedidos de asilo e a sua transferência para Estados terceiros,

²⁵ Anexo L - *Diário de Notícias* - “Migrantes e refugiados.” 06 de julho de 2009.

²⁶ Disponível em:<URL: <https://www.britannica.com/biography/Viktor-Orban> - Tradução do autor. Viktor Orbán (nascido em 31 de maio de 1963, Alcsútdoboz, Hungria), político húngaro que serviu como primeiro ministro da Hungria (1998–2002; 2010–). Ele foi considerado o primeiro chefe de governo pós-Guerra Fria na Europa Oriental e Central, que não era membro de um regime comunista da era soviética. Orbán formou-se em direito pela Universidade de Budapeste em 1987. Orbán também se tornou membro fundador da Federação de Jovens Democratas (Fidesz) anticomunista. Eleito pela primeira vez para a nova Assembleia Nacional da Hungria em 1990, Orbán se tornou o líder do Fidesz em 1993. O partido conquistou apenas um pequeno número de cadeiras nas eleições parlamentares de 1990, e sua representação diminuiu ainda mais quando menos cadeiras foram conquistadas nas eleições de 1994. Para atrair mais eleitores, Orbán levou seu partido para o centro-direita formando alianças com grupos de centro-direita.

²⁷ Anexo M - *Público* - “Hungria vai pedir anulação da distribuição dos refugiados pela UE.” 18 de novembro de 2015.

criando assim a ficção de que não estão a violar as obrigações internacionais a que estão sujeitos.”²⁸

A Europa tem o dever de acolher os perseguidos em nome de valores como o respeito, dignidade humana, tolerância e da liberdade em que se fundou a União Europeia, devendo a solidariedade entre os europeus ser manifestada na resposta capaz e eficaz dos fluxos migratórios.

Considerando os valores consagrados nos Tratados da União Europeia e reconhecendo que existe uma linha ténue que separa o significado dos termos “refugiado” e “migrante”, a distinção deveria ser uma prioridade para os governos. Contudo, os diversos entendimentos no seio dos Estados-Membros da União Europeia têm contribuído de certa forma para uma difícil “categorização” do refugiado, independentemente de ser considerada necessária.

Segundo o ACNUR, confundir os termos “refugiado” e “migrante” implica consequências prejudiciais para os refugiados na medida em que, desvia a atenção das suas salvaguardas legais, não obstante as especificidades de cada um, em que “os direitos humanos tanto dos migrantes quanto dos refugiados devem ser inteiramente respeitados, sem perder de vista, a problemática particular em que estes últimos estão enquadrados”²⁹.

Ainda que na Europa a crise dos refugiados seja uma parte do problema existente no Mundo, esta atual e cruel realidade, apenas fez despertar algumas consciências quanto à importância da solidariedade europeia ainda que, por vezes, “a dita solidariedade e a partilha de responsabilidades, princípio invocado à escala global, parece estar em erosão na Europa.” (Sousa e Costa, 2006:124)

A definição de refugiado não foi sempre consensual o que obrigou a uma cuidadosa e delicada negociação. A conferência internacional que discutiu a redação do texto da Convenção de 1951 foi marcada por um debate acirrado entre os representantes dos países que nela participaram. Os presentes, divididos, defendiam duas posições distintas para a construção da definição de refugiado: a corrente europeísta (ou eurocêntrica) defendia que somente os europeus pudessem ser considerados refugiados;

²⁸ Sousa, Lúcio e Costa, Paulo Manuel (2015). “*Refugiado, imigrante ou pessoa...? O poder de nomear*”. Plataforma Barómetro Social, 3ª Serie, setembro. Disponível em:<URL: <http://www.barometro.com.pt/2015/10/09/refugiado-imigrante-ou-pessoa-o-poder-de-nomear/> (Consultado 15/06/2018).

²⁹ ACNUR - Disponível em:<URL: <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/> (Consultado 15/06/ 2018).

e a universalista, desejava que qualquer pessoa, independentemente da sua origem, pudesse ser reconhecido como refugiado. (ACNUR, 1970 a)

De acordo com a Convenção de 1951, uma pessoa adquire estatuto de refugiado a partir do momento em que recebe proteção internacional, encontrando-se, anteriormente, na situação de requerente de asilo.

No Preâmbulo da Convenção de 1951, reconhece-se o carácter social e humanitário da questão dos refugiados e coloca em evidência que, a proteção internacional é baseada na premissa dos direitos humanos em que cabe aos governos dos diferentes países garantirem a proteção efetiva dos demais cidadãos. No entanto, cabe à comunidade internacional fornecer a proteção internacional aos refugiados ao abrigo da legislação internacional, regional ou nacional, de forma a assegurar aos refugiados os seus direitos.³⁰

Na definição construída pelas Nações Unidas em 1951, refugiado é qualquer pessoa que:

“...receando com razão de ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país”³¹

Os instrumentos jurídicos são vitais e o garante da proteção e da manutenção de todos os direitos, liberdades e garantias dos refugiados, e tal como já foi referido anteriormente, é na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967³² que encontramos ainda hoje a base de proteção do sistema internacional.

Dois anos mais tarde, é aprovada a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969, alargando a definição da Convenção de 1951, incluindo nela as pessoas que:

³⁰ United Nations High Commissioner for Refugees. The refugee concept under international law Global compact for safe, orderly and regular migration (New York, 12-15 March 2018). Disponível em :<URL: <https://www.unhcr.org/5aa290937.pdf> (Consultado 15/06/ 2018).

³¹ Art.º. 1 (A) (2) da Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados, 1951.

³² ACNUR - Manual de Procedimento e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado.

“(…) devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja[m] obrigada[s] a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.”³³

A Declaração de Cartagena de 1984 acabaria por acolher a definição estabelecida na Convenção da Organização da Unidade Africana na qual considera os refugiados como:

“(…) pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.”³⁴

Segundo Bakewell (2010) os refugiados estão normalmente para além do âmbito da teoria das migrações (Bakewell, 2010:1690), as evidências têm permitido verificar que os fluxos mais recentes para a Europa têm na sua origem fatores políticos, económicos e sociais que na sua essência obrigam a deslocação de muitos que se encontram em situação de fragilidade e representam a crise de refugiados na Europa que apresenta um elevado grau de complexidade.

Todos os que são obrigados a deslocar-se do seu local habitual de residência em virtude de conflitos armados, pobreza, discriminação instabilidade política, para além de serem atingidos nos seus direitos fundamentais, por vezes, são vítimas de categorizações que dificultam a obtenção do seu direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países tal como explanado no Artº 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

³³ Artigo 1º (2) da Convenção da Organização da Unidade Africana de 10 de setembro de 1969.

³⁴Declaração de Cartagena “3ª Conclusão e recomendação”- Disponível em:<URL: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf (Consultado 25/06/ 2018).

1.3 - A odisseia europeia no século XXI

Em 2001, aquando da primeira comemoração do Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho) iniciativa do ACNUR, Portugal já tinha dado asilo a 979 estrangeiros nos últimos 20 anos³⁵. Então fazia-se desses números notícia, no entanto, em comparação com a Suécia só nos primeiros três meses de 2001 esse país já tinha recebido quatro vezes mais pedidos de asilo do que Portugal nos últimos quatro anos. Se as evidências referem que os refugiados procuram asilo nos países vizinhos, as notícias nacionais têm demonstrado que, Portugal continua a ser pouco procurado por refugiados³⁶. O nosso país aparece como o país da UE que menos refugiados acolhe³⁷ ao mesmo tempo que as notícias referem que Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo³⁸.

Importa referir que, Portugal nos primeiros anos do século XXI era tido como um país pouco atrativo para os milhares de refugiados que chegavam à Europa, ocupava a par com o Liechtenstein a última posição do ranking dos 28 países industrializados acolhedores. Tendo como comparação os restantes países europeus o número de pedidos de asilo é residual. Segundo Teresa Mendes, presidente da CPR, denotava-se uma enorme falta de informação e hostilidade,

“os refugiados não são uma ameaça. Eles próprios é que são os ameaçados [...] é necessária uma atitude mais humanista. Estamos a viver um momento de rigidez europeia, os aspectos humanos ficam para quinto lugar”

Na mesma notícia, Gabriel Catarino Comissário Nacional para os Refugiados à data concordava que,

“quase ninguém conhece a situação do refugiado, talvez por ser uma realidade pouco significativa na nossa sociedade. Em Portugal não há sequer uma obra de referência sobre o direito de asilo, nem nunca foi estudado nas Universidades, esteve sempre ligado ao direito sobre emigração, o que é errado pois são realidades completamente inversas.”

³⁵ Anexo N - *Público* - “Portugal deu asilo a 979 estrangeiros nos últimos 20 anos” - 21 de junho de 2001.

³⁶ Anexo O - *Diário de Notícias* - “Portugal é um país pouco requisitado por refugiados” - 20 de junho de 2002.

³⁷ Anexo P - *Público* - “Portugal é o país da UE que menos refugiados acolhe” - 14 de março de 2008.

³⁸ Anexo Q - *Diário de Notícias* - “Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo” - 14 de março de 2008.

Vivemos num mundo marcado por uma complexidade crescente quer se trate das relações internacionais³⁹, dos mecanismos económicos, dos avanços científicos, quer dos contactos entre povos e culturas.

As sociedades atuais deparam-se com diferenças linguísticas, étnicas, religiosas, ideológicas e geracionais. Nas democracias contemporâneas, assistimos a um aumento das reivindicações identitárias⁴⁰ e, cada vez mais, em pleno século XXI a disponibilidade de muitos estados europeus para a partilha de soberania é diminuta. Nesse sentido, mesmo tendo presente que a chegada de largas dezenas de milhares de refugiados foi tudo menos inesperada, alguns países demonstraram no decorrer deste século alguma resistência ao acolhimento dos refugiados, permitindo, a rejeição das normas e princípios europeus, dividindo os Estados-Membros e os cidadãos, enquanto tarda a solução de lidar com a vida e a morte de seres humanos que fogem de zonas de guerra e perseguições.

Temos presente que na atualidade, a questão do deslocamento massivo de pessoas não é novidade para a comunidade internacional, como refere Amante (2017), “a migração internacional faz parte de um conjunto bastante alargado de movimentos que genericamente, classificamos como mobilidade humana”.

É precisamente na impossibilidade do gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais que muitas pessoas se sentem obrigadas a procurar proteção fora do seu país de origem. Assim, neste contexto europeu, grande parte do conjunto de mecanismos internacionais organizados para acolher quem foge da guerra, demonstram-se frágeis.

Tendo em consideração os valores alarmantes apresentados pelo Global Trends 2016⁴¹ quanto aos 65,3 milhões de deslocados forçados pelo mundo, na Europa apenas foram acolhidos 6%. A modéstia do número de pessoas acolhidas na Europa reflete uma pequena fração deste problema e coloca em evidência uma realidade que até então estava distante, longe das fronteiras da Europa. Neste sentido, todas as formas de migração forçadas levantam questões relacionadas com a natureza da soberania dos estados, assim como a cooperação internacional e a política económica internacional.

³⁹ Moreira, A. (2005:57/8). Sobre o processo evolutivo das relações internacionais e internacionalização dos problemas “...lei da complexidade crescente da vida internacional pretendendo significar que a marcha para a unidade vem acompanhada de uma progressiva multiplicação, quantitativa e qualitativa, dos centros internacionais de diálogo, cooperação, e de decisão, e das relações entre esses centros.”

⁴⁰ Anexo R - *Público* - “Governo com extrema-direita tem programa duro para estrangeiros e refugiados.” - 19 de dezembro de 2017.

⁴¹ ACNUR (2016) - Global Trends - Forced Displacement in 2015.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, lembra que é preciso criar condições práticas para a tolerância aos refugiados.

“Não podemos apenas defender os valores de tolerância, mas sim criar condições para que eles se mantenham, sob pena que eles desapareçam (...) É inevitável que as sociedades sejam multiétnicas, multirreligiosas e multiculturais (...) Mas para o que é visto como ameaça seja uma riqueza, não se pode apenas deixar acontecer (...) Claro que temos de lutar pela tolerância e contra a xenofobia, mas não vamos ser eficazes se não formos capazes de dar algumas respostas concretas à ansiedade, medo e emoção e isto não é fácil”⁴²

De destacar também a perspetiva de Sami Nair, politólogo, especialista em questões migratórias que defende que seria melhor a Europa preocupar-se menos com a assistência aos refugiados e deixá-los seguir caminho⁴³. Para o autor, muitas pessoas rejeitam aquilo o que é diferente e argumentando igualmente que a questão central passa em ter os refugiados livres e não prisioneiros.

Em termos gerais desde logo, importa aflorar as relações existentes entre as questões do nacionalismo e da identidade nacional dos estados não esquecendo que o nacionalismo no século XIX ganhou destaque em países como a Alemanha, a Itália e o Japão que potenciaram a I Grande Guerra Mundial,

“a primeira tentativa feita pelas nações soberanas, no sentido de alcançarem a homogeneidade étnica através da troca de populações inteiras, como se verificou por exemplo na transferência de populações gregas e turcas, sancionada pelo Tratado de Lausanne de 1923. No final da guerra havia vários milhões de refugiados europeus, expulsos pelas autoridades militares dos territórios de batalha, em particular nas províncias do Império russo.” (Santinho, 2011: 16)

Smith (1997) sugere que a identidade nacional⁴⁴ está frequentemente associada a outros tipos de identidade (*classe étnica e religiosa*) e também às transformações do

⁴² Anexo S - *Público* - “Guterres lembra que é preciso criar condições práticas para a tolerância aos refugiados.” - 23 de novembro de 2016.

⁴³ Anexo T - *Público* - “A solidariedade não é uma prenda para os refugiados. É um dever legal.” - 16 de novembro de 2016.

⁴⁴ Smith (1997:28) - Aspectos fundamentais da identidade nacional:1- Um território histórico ou terra de origem;2-Mitos e memórias históricas comuns;3-Uma cultura de massas pública comum;4-Direitos e deveres legais comuns a todos os membros;5-Uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros.

nacionalismo enquanto ideologia. Neste sentido, para o autor a identidade nacional é, sobretudo, multidimensional na medida em que não deve ser reduzida a apenas um elemento. Para Mattoso (2001) dado não haver qualquer diferenciação entre a identidade de qualquer objeto, e a identidade nacional, (no que diz respeito à distinção ao significado e ao valor) a percepção de identidade nacional seria obtida através de um esquema elucidativo⁴⁵, sendo

“...um fenómeno da consciência coletiva, que se baseia, por um lado, numa percepção das diferenças comuns verificadas em relação à população de outros países, ao nível das estruturas sociais, das manifestações culturais (nomeadamente da língua, dos hábitos e dos valores) e, por um lado de uma certa percepção do passado comum.” (Mattoso, 2001:102)

Neste sentido, a identidade nacional tem um processo de formação ambíguo que a transporta no tempo histórico, uma vez que não é fixa nem estática e combina um conjunto de fatores que caracterizam fenómenos como a imigração e outros movimentos minoritários que num dado território comungam idênticos interesses económicos, religiosos, sociais, culturais e político de representação comum.

A sombra dos conflitos de cariz identitário, a busca da personalidade individual e o relacionamento do indivíduo com a identidade nacional mantém-se como um dos problemas mais prementes do nacionalismo, uma vez que a doutrina nacionalista é acusada inúmeras vezes de ser incoerente e logicamente contraditória. Nesse sentido, Smith (1997), afirma que,

“A indeterminação dos critérios nacionais e o seu carácter vago, inconstante e por vezes arbitrário nos escritos dos nacionalistas, abalou a credibilidade da ideologia, mesmo nos casos em que foram respeitadas propostas nacionalistas individuais, tal como a ideia de diversidade cultural”⁴⁶

⁴⁵ Mattoso (2001:5) “...para identificar qualquer objeto é necessário:1-distingui-lo de qualquer outro;2-atribuir-lhe um significado;3-conferir-lhe um valor...”

⁴⁶ Smith -Op.cit. p.32.

Anthony D. Smith observou que é possível catalogar os efeitos benignos do nacionalismo tais como;

“a defesa de culturas minoritárias; o resgate de histórias e de obras literárias «perdidas»; a inspiração para renascimentos culturais; a resolução da «crise de identidade»; a legitimação de comunidade e de solidariedade social; a inspiração para resistir a tirania; o ideal de soberania popular e de mobilização colectiva; e mesmo a motivação do crescimento económico independente.”⁴⁷

Os fatores que de um modo geral definem o nacionalismo têm como denominador comum uma entidade política livre e independente, em algumas situações poderá ser o objetivo a atingir ou, pelo contrário, um objetivo já alcançado. Admitindo que é um objetivo a atingir, é na forma de estado que há uma tomada de consciência de nacionalidade, por conseguinte, a consciência de uma identidade é essencial como parte do processo de legitimação de uma ordem política e social.

O nacionalismo, no seu sentido ideológico, tem como fim a criação de laços de solidariedade entre indivíduos, ainda que isso não o totalize, tenta mobilizar os diversos valores devidamente instituídos que fazem ou acompanham as suas tradições comuns.

Na sua transversalidade e do ponto de vista doutrinário, o nacionalismo produz símbolos e mitos. Pelas razões anteriormente enunciadas, podemos depreender que o nacionalismo produz a identidade, tanto individual como social e que, no seu limite, produz a identidade nacional. Anthony Smith observou que há três grandes tópicos a dominar a teoria dos nacionalismos, em que se fixam várias aceções do termo nacionalismo.

“(…) Todo o processo de formação e conservação de nações ou de estados nação;(…) Uma consciência de pertença à nação, unida a sentimentos e aspirações pela segurança e prosperidade;(…). Uma linguagem e um simbolismo da «nação» e do seu papel (…)
Uma ideologia, incluindo uma doutrina cultural das nações, e a vontade nacional e as prescrições para a realização das aspirações nacionais e da vontade nacional;(…). Um movimento social e político para alcançar os objetivos da nação e realizar a sua vontade nacional.” (Smith ,1997:95/6)

⁴⁷ Op. cit. p.33.

Nesta perspectiva, podemos observar que os termos identificados plasman vários assuntos, desde logo, de natureza ética e filosófica, passando por termos que nos guiam para um trabalho de natureza sociológica e antropológica.

As questões de identidade, em particular nas relações internacionais, descrevem uma trajetória que podem ir desde a natural cooperação ao oposto o conflito, muito embora grande parte das vezes se dê maior relevo aos efeitos disfuncionais da mesma, que no limite são potencialmente geradores de instabilidade. Por outras palavras, e como refere Sartori, a *identidade negativa* é aquilo que maior atenção desperta aos investigadores. (2002:44)

Creemos que os conflitos de cariz identitário são, pois, um dos problemas mais prementes do século XXI constituindo objeto de várias teorizações.

A ideia de exclusão que cruza ou atravessa os limites dos estados é, com frequência, fonte de conflitos baseados nas diferenças nacionais, étnicas, religiosas, raciais ou culturais, entre outras, as quais assumem as mais diversas formas.

Muito embora ainda hoje, em pleno século XXI, existam relações ráticas e discriminatórias que estão na origem de relações sociais desiguais, não sendo a ordem do dia, não raras vezes, as ações de protesto e as manifestações⁴⁸ organizadas pela extrema-direita degeneram em violência por conta do comportamento mais radical de alguns militantes, ou por opositores defensores de uma visão radicalmente oposta.

Em suma, a presença de refugiados pode provocar alterações nas dinâmicas locais e perturbação na ordem estabelecida. Quando falamos de exclusão social, associamo-la aos mais carenciados que se encontram na base da sociedade, a quem são vedados o acesso e a participação em pleno nas instituições e atividades realizadas pela maioria da população. Porém, existem processos de exclusão social no topo, gerados por uma minoria que se pode permitir excluir-se de participar nas instituições devido à sua riqueza e influência (Giddens, 2010:331). Estes processos são sintomáticos da falta de equidade na distribuição da riqueza produzida pelo modelo de desenvolvimento e da cultura capitalistas, que favorece o aumento do fosso entre ricos e pobres, numa espiral que torna a pobreza e a subjacente exclusão social uma inevitabilidade histórica. No exemplo atrás referido, demonstra-se que os conflitos não são necessariamente identitários, mas há cada

⁴⁸ Através das redes sociais em foi organizado em 20 de setembro de 2015 em frente à Assembleia da República uma manifestação contra os refugiados em Portugal, sob o mote “Cuidar dos nossos primeiros”, que contou com a presença de cerca de 150 militantes de extrema-direita. Disponível em:<URL: <https://peticaopublica.com/viewsignatures.aspx?pi=PT78324&pg=91> (Consultado 26 /06/ 2017).

vez mais conflitos étnicos, religiosos e nacionais com uma componente identitária.

À semelhança do que sucede com a questão das identidades, na qual encontramos uma pluralidade de qualificativos política, cultural ou nacional, o nacionalismo, apesar da sua ascensão nos dias de hoje, é um fenómeno sobre o qual não existe uma teoria geral. Hoje, o Estado moderno é um agente central no que se refere à classificação, categorização e identificação dos indivíduos, pelo que, assume o papel primordial na formação de identidades. É possível constatar que na atualidade existe uma evidente renovação dos nacionalismos e neste sentido, por vezes, torna-se preocupante saber até quando a paz e a estabilidade mundiais serão reconhecidas, visto que a ideia e o propósito de alguns, por vezes bem ou mal, perpetuam no tempo.

Segundo Benedict Anderson, os nacionalismos não tiveram o seu fim na História e estão agora animados por um novo fôlego, “A realidade é bastante clara: a época da era do nacionalismo, profetizada há tanto tempo, não está à vista. De facto, a nação é o valor mais universalmente legítimo na vida política do nosso tempo.” (Anderson, 2005:3)

É o receio do crescente nacionalismo em distintas partes da Europa que torna a questão do grande fluxo de refugiados uma incógnita, na medida em que, alguns países apoiam a proteção internacional a milhares de pessoas, vislumbrando um futuro culturalmente enriquecido. No lado oposto, existem países que recusam receber tais fluxos de refugiados limitando o seu acesso ao país.

Em 2017, algumas notícias colocavam em evidência países como a Hungria e Eslováquia contra a distribuição⁴⁹ de migrantes e requerentes de asilo, numa Europa que entre 2014 e 2017 acolheu 1,7 milhões de pessoas fugidas da guerra e da perseguição oriundas, na sua maioria do norte de África e Médio Oriente. Sousa e Costa (2015) realçam que, “A rejeição e a recusa da qualidade de refugiados a todos aqueles que, efetivamente, precisam de asilo é equivalente à perseguição e aos acontecimentos que motivaram a sua fuga.”

A crise humanitária que há muito é canalizada para o Mediterrâneo considerado como *O Cemitério de refugiados*, chega até nós através da divulgação de imagens de

⁴⁹ Anexo U - *Diário de Notícias* - “Eslováquia e Hungria obrigados a receber a sua quota de refugiados” - 07 de setembro de 2017.

diversos naufrágios,⁵⁰ corpos de crianças a dar à costa,⁵¹ transmitem a forma desesperada como essas pessoas tentam “agarrar” uma nova oportunidade, fugindo a um terror que as persegue, “lutando” contra muitas adversidades, tendo no limite como pior consequência a própria morte. Essa centralidade dos meios de comunicação no que é transmitido, influenciam a formação da opinião pública, na forma como presenciam as sucessivas tragédias que envolvem os refugiados e reciprocamente o interesse pelo outro.

Segundo Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível em que “é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto desconhecido.”(Bourdieu,1998:8)

A segurança humana engloba inúmeros conceitos que sintetizam preocupações da União Europeia, quer na gestão de crises, na cooperação civil, na prevenção de conflitos, quer na ajuda humanitária. Assim, em maio de 2015 *plena crise* a Agenda Europeia para as Migrações para dar uma resposta capaz a esses acontecimentos estabeleceu ações concretas⁵² que visavam *packs* de medidas a aplicar ao longo do ano que, tinham como prioridade numa primeira fase, a reinstalação de 20 mil pessoas com necessidades de proteção internacional e a recolocação de 40 mil refugiados em trânsito em Itália e na Grécia. Também, houve lugar à criação de um mecanismo de recolocação de cerca de 120 mil pessoas no decorrer de dois anos. Estipulou-se a criação de um mecanismo de crise em matéria de recolocação de refugiados para todos os Estados - Membros e a criação de *centros hotspots*.

Posteriormente, a gestão eficaz, rigorosa e partilhada das fronteiras externas passou a ser feita através da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira FRONTEX bem como o reforço do controlo de entradas mediante a utilização de novas tecnologias. Desta forma, tornava-se necessário uma ação concertada sendo que as principais tarefas da FRONTEX⁵³ consistiam na realização de análises e risco, na coordenação da cooperação operacional, no acompanhamento dos desenvolvimentos

⁵⁰Público: “Cerca de 700 migrantes podem ter morrido em três naufrágios no Mediterrâneo”. Disponível em:<URL:<https://www.publico.pt/2016/05/29/mundo/noticia/mais-de-13-mil-refugiados-resgatados-numa-semana-ao-largo-da-libia-1733422> (Consultado 16 /06/ 2017).

⁵¹ BBC: “A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo”. Disponível em:<URL: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd (Consultado 15/06/2017).

⁵² Comissão Europeia. Disponível em:<URL: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/summary_european_agenda_on_migration_pt.pdf(Consultado 26 /06/ 2017).

⁵³ FRONTEX. Disponível em:<URL: <https://frontex.europa.eu/> (Consultado 26 /06/ 2017).

científicos relevantes para o controlo e vigilância das fronteiras externas, entre outras capacidades.

Todas estas ferramentas visam o controlo e a vigilância, na luta contra o crime organizado e imigração ilegal, grande parte das vezes associado ao fenómeno dos refugiados, ainda que, as políticas restritivas e de atribuição de asilo e o reforço das fronteiras externas através da FRONTEX provoquem um aumento da imigração ilegal,⁵⁴ e, por conseguinte, possam comprometer a genuína ação dos Estados-Membros na proteção dos refugiados. Como consequência, e de forma a evitar tais medidas dissuasoras para os mal intencionados, muitos imigrantes e refugiados optam por caminhos e meios potencialmente mais perigosos e ilícitos tais como redes de contrabando ou tráfico a fim de contornar tal dissuasão.

1.4 - Os desastres das guerras e as suas consequências mediáticas.

“Toda a obra de arte é filha de seu tempo e, muitas vezes, mãe dos nossos sentimentos. Cada época de uma civilização cria uma Arte que lhe é própria e que jamais se verá renascer (...) A verdadeira obra de arte nasce do "Artista" - criação misteriosa, enigmática, mística - separada dele, ela adquire vida própria, converte-se numa personalidade, num sujeito independente, animado por um sopro espiritual, um sujeito vivo com existência real - um Ser." (Kandinsky, 1990:21)

Qualquer uma obra de arte implica a sua experiência, independente das metodologias e estratégias utilizadas pelos artistas, falemos dos despojos da violência, os que ficam quando as armas se calam e os holofotes se apagam.

No contexto atual, e fazendo uma alusão à marcante forma de escapar a uma morte certa, muitos refugiados, sem quaisquer outras alternativas, aventuram-se numa tentativa desesperada de encontrar segurança, o certo é que, muitos encontram na resistência da viagem as mesmas armas que estavam patentes nas mãos dos soldados na Obra de Goya, certamente, tal analogia falhe na medida em que a perseguição e as torturas que os mesmos são vítimas não sejam representadas apenas numa tela.

⁵⁴ Anexo V- *Diário de Notícias* - “Traficantes usam rotas de refugiados para trazer imigrantes ilegais” - 04 de dezembro de 2015.

A dimensão da sua perda, quer de pertença quer de identidade torna-se efémera quando comparadas com a possibilidade de sentir a vida interrompida sem outra possibilidade de fuga.



Figura 1 - Francisco de Goya, Os fuzilamentos de 3 de maio de 1814 óleo sobre tela, 268 x 347 cm, Museu do Prado, Madrid.

Perante a tela, obra de Francisco de Goya⁵⁵, *Os fuzilamentos de 3 de maio*⁵⁶ (1814) observamos uma obra de arte capaz comunicar e identificar tensões e deslocamentos sociais nela implícitos. O ato de ilustrar é uma forma de comunicação, que pode ser associada à capacidade de representação. Por via da pintura, o homem transmite o que foi adquirindo à medida que desenvolveu a sua sensibilidade para perceber e compreender o mundo que o rodeava.

Na época em que Goya viveu, entre 1746 e 1828, ele pode testemunhar a luta entre duas Espanhas. A tela, aqui reproduzida revela as consequências do dia seguinte à resistência da população contra a vontade de Napoleão e representa uma das mais memoráveis imagens da desumanidade do homem face ao seu semelhante.

Para Araújo⁵⁷ o horror estampado no rosto do próximo a ser fuzilado pode ser entendido pela proximidade da morte,

⁵⁵ Francisco José de Goya y Lucientes (1746-1828), nasceu em Fuendetodos, Saragoça, Espanha, no dia 30 de março. Foi um dos maiores mestres da pintura espanhola. Foi o pintor da corte e também o pintor dos horrores da guerra, das assombrações do mundo e da vida interior dos homens. Disponível em:<URL: https://www.ebiografia.com/francisco_de_goya/ (Consultado 10 /09/ 2018).

⁵⁶ A tela, no Museu do Prado, em Madrid, é apresentada com o seguinte título: “*El 3 de mayo de 1808 en Madrid: los fusilamientos en la montaña del Príncipe Pio*”.

⁵⁷ Rafael de Paula Aguiar Araújo- Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Política da PUC-SP e de Sociologia Contemporânea da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisador do NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e editor da Revista Aurora, vinculada ao mesmo programa.

“...mas poderia ser pelo reconhecimento da banalidade, da animalização que suprime a reflexão e conduz o homem ao agir mecânico(...) A morte, enquanto punição, é exemplo para os demais, é reafirmação do poder que unifica, que mantém, pela oposição ao diferente, a força identitária dos iguais.” (Araújo, 2009:69)

Nesta obra de arte não se regista apenas uma alegoria sobre a violência humana, mas sobre a capacidade desumanizante numa linguagem que imortaliza o trauma. Os soldados sem rosto, alinhados, de fardas azuis, seguramente franceses, apontavam a ponta dos seus sabres para aqueles que indefesos revelam um rosto visivelmente horrorizado. A tela retrata a tensão do instante em que a morte se aproxima, o medo apodera-se daqueles que vêem os seus semelhantes tombar vítimas da fúria dos homens sem rosto.

O desespero e o horror juntam-se num só, o medo de ver a vida esvaziar-se sobrepõe-se à indignação de ver a liberdade de uma nação rendida aos pés do dominador. O horror à guerra aqui presente é conseguido pela aniquilação do mais fraco, fazendo imperar a força do mais forte.

Os seres humanos aqui representados indefesos são pessoas como nós, a vítima central de camisa branca, de braços levantados num gesto heróico não consegue disfarçar o desespero e o terror mortal em seu semblante.

Recorde-se, a propósito da ideia de *mimesis*, Platão na obra *Sofista* a nível da pintura considerara a existência de dois tipos de *mimesis* uma baseada na semelhança e a outra caracterizada pelo apelo distorção fantasiosa do real sendo ambas características do alvo do pintor. Na obra *A República* Platão remete para a *verdadeira realidade* na medida em que recorrendo à analogia com o pintor defende então que “...os filósofos serão esses pintores que utilizam esse modelo divino.” (Avelar, 2006:62)

Francisco de Goya expressa-se pela *mimesis* para retratar o momento em que a vida e a morte se confrontam, passado, presente e futuro, o segundo dos disparos torna-se eterno. As vítimas não poderiam saber como era importante para a história de Espanha, aquele momento em que iriam morrer, este ato repetiu-se em muitas outras regiões de Espanha que acabaram por contribuir para a derrota francesa e para a restauração borbónica que se seguiu.

O Papa Francisco na sua mensagem⁵⁸ para o dia mundial do migrante e do refugiado alude bem a realidade em que nos encontramos...

“Considerando o cenário atual, *acolher* significa, antes de tudo, oferecer a migrantes e refugiados possibilidades mais amplas de entrada segura e legal nos países de destino. Neste sentido, é desejável um empenho concreto para se incrementar e simplificar a concessão de vistos humanitários e para a reunificação familiar. Ao mesmo tempo, espero que um número maior de países adote programas de patrocínio privado e comunitário e abra corredores humanitários para os refugiados mais vulneráveis. Além disso seria conveniente prever vistos temporários especiais para as pessoas que, escapando dos conflitos, se refugiam nos países vizinhos. As expulsões coletivas e arbitrárias de migrantes e refugiados não constituem uma solução idónea, sobretudo quando são feitas para países que não podem garantir o respeito da dignidade e dos direitos fundamentais.[...]Volto a sublinhar a importância de oferecer a migrantes e refugiados um primeiro alojamento adequado e decente. «Os programas de acolhimento difundido, já iniciados em várias partes, parecem facilitar o encontro pessoal, permitir uma melhor qualidade dos serviços e oferecer maiores garantias de bom êxito»

(Papa Francisco, 2018)

Neste mundo globalizado, são cada vez mais, as redes mediáticas que dimensionam a comunicação e derrubam as fronteiras temporais e geográficas, fazendo-nos, por vezes, esquecer determinados factos históricos que estão na base da nossa história, tais como a formação da Europa como continente de geografia preenchida de sucessivas vagas migratórias. Para grande parte dos acontecimentos significativos que estão a decorrer, os *media* dada a sua poderosa dimensão de disseminação disponibilizam diversas interpretações facilitadoras de “compreender estes acontecimentos.” (Hall, 2003:228)

A força do cinema não passa despercebida, tal como lembra Alberto Pimenta⁵⁹ é com o cinema que se funde o tempo e o espaço e quem governa a dimensão *espácio-temporal* governa o mundo.

⁵⁸ Mensagem do Papa Francisco para o dia mundial do migrante e do refugiado 2018[14 de janeiro de 2018] Disponível em :<URL: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20170815_world-migrants-day-2018.html (Consultado 16 /06/ 2018).

⁵⁹ José Alberto Resende Figueiredo Pimenta, nasceu no Porto em 1937 e cresceu numa casa na Lapa- Poeta, narrador, ensaísta, performer e professor universitário. Licenciou-se em Filologia Germânica na Universidade de Coimbra e, durante alguns anos (1960-1977), exerceu funções de leitor de Português e de

O documentário *Fuocoammare/Fire at Sea* de Gianfranco Rosi, uma co-produção italo-francesa sobre os refugiados na ilha de Lampedusa conquistou o grande prémio, o *Urso de Ouro* na 66ª edição do Festival Internacional de Cinema de Berlim⁶⁰. O filme apresenta a cruel realidade do êxodo da população civil em deslocamentos forçados em massa, que foge de conflitos e de miséria que assolam o Médio Oriente e a África Subsariana pelas rotas de imigração por terra e mar à procura do seu sonho, de uma Europa Unida, da tão desejada prosperidade económica e social, aliada à liberdade religiosa e política. No entanto, “*Alguns sonhos naufragaram muito antes de se tornarem realidade*”⁶¹

A ilha italiana de Lampedusa, pelos piores motivos,⁶² foi palco em 2013 de um dos naufrágios em que morreram cerca de 400 pessoas. Lampedusa é a fronteira mais a sul de Itália, mais perto da Tunísia do que da Sicília, fazendo com que as suas travessias fossem mais desejadas muito embora mais arriscadas. Muitos têm sido os relatórios realizados pelas organizações humanitárias internacionais,⁶³ a ilha transformou-se numa fronteira de destaque da Europa. Contudo, não devemos esquecer que, tais acontecimentos neste local são o resultado de opções políticas efetuadas ao longo dos anos.

Em 2016, Lampedusa continuava a ser palco de tragédia⁶⁴, de mediatização, de discussões políticas, mas sem resolução à vista.

Entre a paisagem e a vida pacífica dos habitantes da comunidade de Lampedusa, no documentário podemos visualizar inúmeros cortes que dão a conhecer as operações de resgate dos intitulados “imigrantes ilegais”. O poder cruel das filmagens não deixa um ser humano indiferente, as travessias efetuadas até Lampedusa feitas muitas vezes com o

Literatura Portuguesa em Heidelberg, na Alemanha. Regressando a Portugal, desenvolveu uma intensa atividade no domínio da criação literária relacionada com os movimentos experimentalistas.

Fonte: Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. I

⁶⁰ *FUOCOAMMARE*- Disponível em:<URL:

https://www.berlinale.de/en/archiv/jahresarchive/2016/02_programm_2016/02_Filmdatenblatt_2016_201614479.html#tab=filmStills

⁶¹ CPR, (2014) Relatório de Atividades, CPR, Lisboa. Disponível em:<URL:

<http://refugiados.net/lcpr/www/RelatorioCPR2014.pdf> (Consultado em 05/12/2017).

⁶² ACNUR- Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Disponível em:<URL:

<https://www.acnur.org/noticias/noticia/acnur-consternado-por-la-tragedia-frente-a-las-costas-de-lampedusa/> (Consultado em 03/12/2017).

⁶³ ACME. Disponível em:<URL: <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1004/858> (Consultado em 03/12/2017).

⁶⁴ ONU- Organização das Nações Unidas. Disponível em:<URL: <https://nacoesunidas.org/mais-de-4-mil-refugiados-e-migrantes-morreram-em-2016-a-maior-parte-no-mediterraneo-alerta-oim/> (Consultado em 05/12/2017).

auxílio de organizações criminosas que em troca de quantias avultadas e em condições desumanas, potenciam uma pseudo-liberdade.



Figura 2 - Cena do documentário *Fuocoammare/Fire at Sea* de Gianfranco Rosi

As pequenas embarcações sobrelotadas à deriva no Mediterrâneo transportam crianças, mulheres (algumas grávidas) e homens, todos com acentuado quadro de desnutrição portadores de inúmeras outras doenças que resultam do contacto frequente com o combustível, havendo também inúmeros cadáveres.

Neste documentário observa-se que, aqueles que conseguem encontrar terra firme após longos dias de travessia agradecem a sua sorte e rezam pelos que não conseguiram sobreviver. Um homem relata que muitos foram obrigados a passar longas semanas no deserto do Sahara para fugir e não encontrar o seu fim nas prisões da Líbia. O risco de entrar no mar era a única esperança, “the sea is not a road”, é sem dúvida um verdadeiro teste à resistência humana, em que está subjacente tanto o desumano como o heróico.

Os primeiros sorrisos são apenas visíveis quando após uma breve viagem de autocarro os migrantes são levados para instalações provisórias e aí já com algumas condições (ainda que mínimas) se tornam membros de uma nova comunidade. Recorde-se que, o campo de acolhimento de Lampedusa possuía uma capacidade muito reduzida⁶⁵ entre 381 a 500 pessoas com a permanência máxima de 2 dias. Por questões humanitárias nunca deveriam ser ultrapassados esses limites, no entanto, neste documentário não conseguimos ter essa avaliação. O dia recomeça e as operações de resgate parecem não

⁶⁵ Global Detention Project. Disponível em:<URL: <https://www.globaldetentionproject.org/countries/europe/italy/detention-centres/114/lampedusa-centro-di-primo-soccorso-e-accoglienza-cda-formerly-centri-di-permanenza-temporanea-ed-assistenza-lampedusa> (Consultado em 03/12/2017).

ter fim, outras embarcações à deriva rasgam a imensidão do mar com outros seres humanos “amontoados”, mas a mesma amargura, tristeza e medo no olhar irrompem no filme.

É importante também referir que a tragédia de Lampedusa⁶⁶ abalou consciências colocando em marcha a operação de salvamento *Mare Nostrum*⁶⁷, que estima ter salvo cerca de 150 mil refugiados do Mar Mediterrâneo. Contudo, após a suspensão da referida operação, foi substituída pela *Frontex Operação Triton* que contava com o apoio de grande parte dos países europeus. Contrariamente ao carácter humanitário da operação *Mare Nostrum*, a *Frontex Operação Triton* visava em primeiro lugar, a segurança das fronteiras europeias.

1.5 - Europa onde tudo (re)começa

No pós-Segunda Guerra Mundial surge a preocupação em conter o avanço do regime totalitário por parte da URSS. Tendo presente que a Europa se encontrava devastada, tinha necessariamente na assistência por parte dos EUA um apoio vital não só na reconstrução económica, ma também no apoio a possíveis avanços de leste. Por conseguinte, o Tratado do Atlântico Norte assinado em Washington, a 4 de abril de 1949 foi “impulsionado” pelos EUA e pela ação de um conjunto de países que em comum tinham idênticos objetivos de defesa do espaço europeu, norte atlântico e norte-americano, da mesma forma, que pretendiam fazer face às potenciais pretensões protagonizadas pela URSS, por outras palavras, a Aliança seria o pólo mais forte do sistema bipolar.

No Tratado ⁶⁸ estão enumerados os valores fundamentais da Aliança: democracia, liberdade individual, o Estado de Direito e a existência de Instituições livres e independentes. Como refere Teixeira (1999), a posição geoestratégica de Portugal em particular do arquipélago dos Açores foi fundamental na presença como membro

⁶⁶“Tragédia ao largo de Lampedusa”: Disponível em:<URL:

<http://refugiados.net/lcpr/www/lampedusa20131008.php> (Consultado 27/06/ 2017).

⁶⁷ Operação naval e aérea de grande escala que envolvia busca e salvamento, iniciada em outubro de 2013, após o naufrágio migratório de Lampedusa. Por ter custos demasiado elevados o governo italiano solicitou fundos adicionais à UE para continuar a operação, mas os Estados-Membros não ofereceram o apoio. De referir também que o Reino Unido temia que a operação atuasse como um fator involuntário de atração incentivando mais migrantes a tentar a travessia marítima.

⁶⁸ NATO - “The North Atlantic Treaty Washington D.C. - 4 April 1949.”

Disponível em:<URL: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm (16/09/2018).

fundador da Aliança Atlântica, na medida em que funcionaria como base de apoio para as deslocações aéreas norte-americanas.

Com o fim da ameaça soviética em 1989, acreditava-se que tais conflitos não se voltariam a repetir. Todavia, acontecimentos que ocorreram, entretanto, mostram que não terá sido isso que aconteceu, crises políticas e conflitos armados violentos em países da África Central como a Serra Leoa, a Libéria e na África Ocidental provocaram deslocamentos de grande magnitude em que os refugiados não tinham os seus direitos salvaguardados⁶⁹. Em 1999 a União Europeia começou na definição de um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA).

Os primeiros anos do século XXI foram marcados por novos deslocamentos que tinham na sua génese conflitos políticos e causas naturais.

Com os atentados de 11 de setembro aumentaram os receios com a segurança, deixando para segundo plano os problemas dos refugiados, ao mesmo tempo que se agravou a imagem destes aos olhos de todas as comunidades. Como refere Santinho(2013) assistimos a uma crescente manipulação dos medos sociais,

“...generalizou-se ainda mais o princípio da desconfiança, com base na ideia de que muitos dos pedidos de asilo seriam falsos, ou seja, não teriam como justificação a necessidade de proteção motivada por perseguições e conflitos, mas sim razões económicas: a procura de melhores condições de vida. Para os requerentes de asilo, estas medidas afetaram gravemente o seu acesso aos países europeus e, na prática, tiveram como consequência a “invenção” de uma outra figura jurídica: a da “proteção subsidiária” com “autorização de residência por razões humanitárias”, com o respetivo decréscimo de concessões do “estatuto de refugiado.”” Santinho (2013:12)

Para Jean Francois Durieux⁷⁰ representante do Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, em 2002, fez questão de invocar que: “nunca ter sido tão urgente fazer a distinção. Os refugiados não são terroristas são vítimas do terror”.

Com a “Primavera Árabe” dá início ao fim das velhas ditaduras Árabes, em particular no Egito, Tunísia, e posteriormente Líbia, Síria e Iémen, tendo como resultado

⁶⁹ No decurso dos anos 90, dado o elevado número de imigrantes ilegais, coloca-se em causa o estatuto de refugiado, na medida em que, alegadamente apenas pretendiam requerer asilo a fim de firmar a sua situação no país de acolhimento. Nesse sentido os países como resposta restringiam o acesso ao pedido de refúgio, contrariando os direitos previstos na Convenção de Genebra de 1951.

⁷⁰ Anexo X - *Público* - “Os refugiados não são terroristas são vítimas do terror” - 21 de novembro de 2002.

conflitos internos que originaram os deslocamentos que culminaram nos refugiados e na crise que assola a Europa.

Os conflitos regionais são os grandes responsáveis pelo aumento dos fluxos migratórios. Em virtude da impossibilidade de uma atempada reconstrução, dos países afetados pelos conflitos, cabe a comunidade internacional potenciar condições em países de acolhimento, possibilitando também nessa medida, uma adequada integração dessas pessoas na comunidade.

Em mensagem enviada ao V Congresso do Conselho Português para os Refugiados, o Presidente da República, Jorge Sampaio, manifestava os receios causados pelos atentados, “Muitas vezes, ainda se olha para o refugiado como alguém que actuou menos corretamente, no seu país de origem, ou que não foi suficientemente conformista perante a injustiça e a opressão”, refere o Presidente da República⁷¹ Jorge Sampaio

Depreende-se dessa afirmação, que muitas são as razões que fazem com que a falta de esclarecimento por partes das pessoas possam contribuir para este prévio julgamento. As diferentes perspetivas e as dúvidas existentes no passado faziam parte dos títulos dos jornais também em 2002, e demonstravam que a confusão deliberada entre os termos era evidente, para Jean François Durieux representante da ACNUR “às confusões deliberadas existentes entre refugiados e imigrantes e pior entre estrangeiros e terroristas são da responsabilidade dos *media* e de algumas forças políticas extremistas”⁷².

Não devemos deixar de refletir sobre cobertura mediática nacional da nomeação do português Eng.º António Guterres para Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados a 25 de maio de 2005 é um marco incontornável que não deixa nenhum jornal indiferente^{73 74 75}, os seus títulos inclusive reforçam mais do que tudo a pessoa e não a organização para a qual foi nomeado.

Costa⁷⁶ (2015) considera que o sucesso de um processo integrativo depende do estado, dos grupos e dos indivíduos, mas pode estar condicionado pela política de gestão de fluxos migratórios, o pluralismo existente e a proximidade cultural.

Sousa e Costa (2015) realçam a importância do respeito pela qualidade do refugiado.

⁷¹ Anexo Y - *Diário de Notícias* - “Asilo é «direito sob suspeita»” - 21 de novembro de 2002.

⁷² Anexo Z - *Diário de Notícias* - “Direito de Asilo em Perigo” - 22 de novembro de 2002.

⁷³ Anexo A1 - *Diário de Notícias* - “Um alto-comissário entre os refugiados” - 15 de junho de 2005.

⁷⁴ Anexo A2 - *Público* - “Guterres triunfa na ONU” - 25 de maio de 2005.

⁷⁵ Anexo A3 - *Jornal de Notícias* - “Vitória pessoal da via diplomática” - 25 de maio de 2005.

⁷⁶ Ver Costa, P. (2015) O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português.

“Este é o desafio que se coloca à União Europeia e aos seus Estados, signatários da maior parte dos instrumentos internacionais de salvaguarda dos Direitos Humanos: nomear as pessoas atualmente em fuga. A rejeição e a recusa da qualidade de refugiados a todos aqueles que, efetivamente, precisam de asilo é equivalente à perseguição e aos acontecimentos que motivaram a sua fuga.”⁷⁷

A crise migratória dos refugiados que rumam à Europa não passou despercebida tanto na imprensa nacional como internacional e a 17 de dezembro de 2015, chegou a Portugal o primeiro grupo de refugiados^{78 79} recolocados no âmbito do Plano de Nacional de Acolhimento e Integração de Pessoas com necessidades de Proteção Internacional, entraram em Portugal apenas cerca de 30 pessoas vindas de Grécia e Itália, apesar de Portugal se ter disponibilizado para receber 130 até ao final de 2015. As organizações de acolhimento foram as responsáveis pela distribuição e pelo processo de integração dos refugiados nos diferentes pontos do país, assim como o seu acompanhamento.

De acordo com o Relatório de Imigração Fronteira e Asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras⁸⁰ em 2017 foram acolhidos 171 refugiados, dos quais 130 de nacionalidade síria provenientes da Turquia ao abrigo da referida Declaração UE-Turquia, e 41 refugiados provenientes do Egito e Marrocos bem como de outras nacionalidades.

Em 29 de maio de 2017, o Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa afirmou:

“Tempo demais a Europa ignorou África, uma parte da Ásia, uma parte das Américas. É preciso afirmar os princípios europeus e o mesmo se afirma na comunidade que falam o português (...) olhamos á volta e vemos responsáveis políticos defenderem o hipernacionalismo, a xenofobia, a intolerância, a reação básica e populista perante os desafios deste tempo, temos que responder culturalmente, de acordo com os princípios.”⁸¹

⁷⁷ Op. cit.

⁷⁸ Anexo A4 - *Público* - “Os primeiros já chegaram a Portugal. Ainda faltam mais 4476.” - 18 de dezembro de 2015.

⁷⁹ Anexo A5 - *Diário de Notícias* - “21 adultos, duas crianças e um bebé. Um recusou viajar” - 18 de dezembro de 2015.

⁸⁰ Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017 do SEF. Disponível em:<URL: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf> (Consultado 11 /09/ 2018).

⁸¹ Presidente da República Portuguesa, conferências do Estoril em 29 de maio de 2017. Disponível em :<URL: <https://ionline.sapo.pt/565540> (Consultado 15/06/2017).

Tendo em conta essa afirmação, o contexto internacional também estará muito dependente da capacidade de resiliência e de falar a uma só voz, aludindo que cada Estado-Membro deverá implementar políticas mais integrativas e mais inclusivas, contribuindo assim para uma maior integração, apenas assim, será possível “combater” as mais recentes e populistas visões xenófobas.

Para Santinho,

“É necessário criar sociedades baseadas na escuta, no diálogo e no respeito pelos direitos dos cidadãos, ou seja, sociedades plurais onde os imigrantes, refugiados e autóctones criem laços e trocas reais e simbólicas, produtivas para todos, sem recurso a manipulações de acordo com os interesses políticos ou económicos dos Estados-nação.” (Santinho, 2013:27)

O processo de migração forçada representa um grande desafio para a estrutura global dos países, sendo que as medidas adotadas pelos estados em defesa do seu interesse de controlo de imigração irregular, colide muitas vezes com a possibilidade de refugiados procurarem proteção. O princípio de *non-refoulement*⁸² significa que aos países fica vedada a repulsão de qualquer pessoa ao território onde a sua vida ou integridade física estejam ameaçadas. O princípio de *non-refoulement* é um elemento chave na proteção dos refugiados, visto que, constitui uma garantia contra o reenvio forçado para situações de perseguições ou mais graves. Este tem sido expresso, sob diferentes formas, em diversos instrumentos internacionais sobre refugiados e direitos humanos, em especial no Artigo 33º. (1) da Convenção de Genebra de 1951:

"Nenhum dos Estados contratantes expulsará ou repelirá um refugiado, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida e a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas."

De facto, este princípio correlaciona-se com o medo particularmente o medo de ser perseguido/a por motivos religiosos, raciais, de nacionalidade, por sua opinião política ou por integrar um certo grupo social, expresso na definição de refugiado pelo art 1º- A da Convenção de Genebra.

⁸² Artigo 33º, n.º 1, da Convenção de Genebra de 1951, sobre o estatuto dos Refugiados.

Capítulo II - A importância dos diferentes *media*

2.1 - Na arte de comunicar

“A invenção da escrita, foi talvez, a maior contribuição dos sumérios à cultura humana [...] o marco do fim do Período Pré-Histórico, e, conseqüentemente, o início da História, ao tornar possível, pelo registo dos factos obras, o conhecimento da evolução da sociedade humana, de suas conquistas e realizações.” (Rosa, 2012:55)

A busca incessante pela velocidade de comunicar faz do homem um ser insaciável, que procura na “tecnificação”, (Wolton, 1999:7) desenvolvidas ferramentas para manter erguida uma sociedade aberta, que privilegia os combates pela democracia, alicerces que sustentam a sociedade em que vivemos. O uso das várias conexões, aliada a instrumentalização das tecnologias na comunicação fez encurtar as distâncias existentes entre os cidadãos e as culturas, unindo as demais comunidades aproximando e comungando os seus valores. Como refere Breton, “a comunicação tende a suprimir todas as distâncias, mas as distâncias, precisamente, resistem muito mais do que se imagina.” (1994:132)

A convergência tecnológica começou a ser uma realidade no decorrer do século XX reunindo as telecomunicações, a informática e a comunicação. Nesse progresso surge uma nova sociedade, que dispunha também da rede de informação na envolvência da comunicação, possibilitando a comunhão de ideias e metas “...é sempre uma maneira de agir sobre o outro ou sobre os outros.” (Foucault,1994:33)

Valores, como a liberdade, democracia e a cidadania dependem da comunicação e da informação, assegurar a viabilidade do desempenho democrático adequado dos meios de informação é de importância vital numa democracia. No entanto, a comunicação e a informação instantânea torna esta equação menos profícua, na medida em que o encurtar das distâncias torna os envolvidos mais vulneráveis menos protegidos face aos olhos de quem observa, como refere Wolton,

“Não há nada mais perigoso do que ver na presença de uma tecnologia cada vez mais desenvolvida a condição de aproximação entre os homens. [...] Quanto mais os homens estiverem próximos uns dos outros mais as diferenças serão visíveis...” (Wolton, 1999:9)

A comunicação assume um papel importante nas sociedades modernas, e como refere Esteves “transversal a generalidade dos campos sociais e assumindo a função de instância de mediação incontornável de praticamente de todas as formas de actividade humana.” (Esteves, 2003:15)

“A revolução da comunicação é, em simultâneo, um fenómeno recente, um corte radical, mas também uma realidade adaptada à sociedade de massas do século XX, da qual é um pouco o símbolo” (Wolton, 1999:28). Nesse sentido, não deixa de ser oportuna a ideia da existência do “paradoxo da comunicação” (1999:28) tal como Wolton (1999) observa, as origens da história da comunicação são tão antigas quanto a história do homem, no entanto, as tecnologias que a suportam são cada vez mais recentes, e a isso chama-se progresso. Ainda no seu entender a comunicação é um grande valor humanístico assim como democrático que prima pela igualdade e liberdade dos seus interlocutores, sem ela “não haverá sociedade aberta.” (Wolton, 1999:34)

Na atualidade, a comunicação deve ser entendida nas suas múltiplas dimensões e partilhas, um processo de trocas de conhecimentos através de agentes singulares e coletivos e que constroem no quotidiano um novo espaço público. As alterações que a noção de comunicação tem sofrido ao longo do tempo são fruto da evolução da vida em sociedade e do pensamento humano, para Wolton, torna-se necessário haver uma partilha de significados

“Não há comunicação sem experiência do tempo: tempo para falar para compreender, para ler um jornal ou um livro, para ver um filme. Independentemente dos problemas de deslocação. No acto de comunicação existe sempre uma *duração* ou *durée*.” (Wolton, 1999:94)

A ideia de democracia como garante do bem comum e do interesse público, tem sequência no modelo de deliberação, que destaca a importância da participação dos cidadãos em qualquer processo político, em aproximação a ideia de soberania popular, podendo entre outras ações consubstanciar numa opinião pública informada e refletida revigorando a democracia, exemplo disso é a notícia seguinte: “Migrações: É preciso dar voz aos cidadãos para perceber os seus medos”⁸³, essa virtude está ao alcance dos

⁸³ Anexo A6 - *Público* - “Migrações: É preciso dar voz aos cidadãos para perceber os seus medos” - 14 de setembro de 2018.

cidadãos, que informados, podem tomar decisões ou ajudar a decidir, revigorando a democracia, e no limite se pretende fazer emergir uma opinião pública informada e refletida.

Da mesma forma, o exercício da cidadania está, na sociedade em rede em relação de dependência entre a interligação em rede com os diversos *media* através da capacidade individual da literacia necessária para a interação, assim como, na capacidade de mediação, quer no acesso à informação quer na participação e influência dos acontecimentos e escolhas, para Silverstone (1999) “Esse é o poder dos *media*, em última análise, o poder conferido por ouvir, falar e ser ouvido.” (Silverstone 1999 apud Cardoso, 2006:44)

A informação é cada vez mais essencial para uma saudável e democrática evolução da sociedade, sem essa informação livre não estão garantidas outras formas democráticas de expressar, Gustavo Cardoso coloca em evidência o duplo papel dos *media* nas sociedades modernas “...instrumentos da democracia [...] tendem a subverter os espaços que abrem...” (Cardoso, 2006:190)

É no contexto da sociedade da informação e da era do conhecimento que os conceitos de espaço e conhecimento se tornam ferramentas que permitem à sociedade civil adquirir capacidades de participação e a intensificação da sua intervenção social ativa. (Santos,2010:42)

2.2 - Conviver numa Europa dos *media*

“Cada país tem os *media* que merece. Na verdade, eles reflectem quase fielmente a sociedade que representam. Tudo neles se reflecte: o estágio de desenvolvimento económico, sob o prisma quantitativo; a prosperidade e diversidade dos jornais e estações de rádio ou de televisão; o temperamento nacional pelo estilo e modo como neles se tratam as pessoas; o regime político, através da liberdade de que dispõem os jornalistas e do modo como a usam; a originalidade da cultura, através da língua e da qualidade dos textos; enfim, a vida quotidiana, o clima, os gostos do público, através da publicidade.”(Rodrigues, A., & Dionísio, E., & Neves, 1981: 53)

A sociedade está em contacto permanente com os *media*, ouvindo rádio, lendo jornais, utilizando a Internet, vendo televisão e, como refere Mário Mesquita (1994:393) com a televisão, “instalou-se um tempo quase permanentemente de espetáculo, servido ao domicílio, em simultâneo com o tempo de trabalho, pautando como um relógio o ritmo da vida quotidiana”. Sendo considerável a influência que os *media* têm nos diversos temas, a realidade comunicada pelos *media* é uma realidade socialmente construída que pode assumir diversas formas e sentidos, nessa perspectiva “os *media* já não formam a nossa cultura: os *media* são a nossa cultura.” (Thoman e Jolls, 2004: 1)

O campo dos *media* na atualidade exige, cada vez mais, que cada jornalista e respetivo órgão de comunicação social seja produtor e reproduzidor de inúmeras notícias e abordagens noticiosas, tendo sempre em consideração o sistema discursivo e o respeito pelos devidos critérios de noticiabilidade.

Para Cádima “o discurso sensacionalista, a linguagem do espetáculo do real, a atualidade trágica e a catástrofe, o *fait divers*, a curiosidade e a monstruoso, etc., vão preenchendo o campo narrativo dos *media*, deixando pouco espaço ao rigor, à contextualização e, enfim, ao humano.” (Cádima et al, 2003:4)

O sistema dos *media* é caracterizado pela sua organização em rede tanto económica, como cultural ou social, Gustavo Cardoso (2006) afirma que, o sistema mediático se desenvolve em torno de duas redes principais a televisão e a Internet, meios apropriados tecnologicamente pela sociedade, que permitem um elevado grau de interatividade, “E é da selecção e articulação desses diferentes *media*, em função dos nossos projetos, que a autonomia se gere e a cidadania se exerce...” Cardoso (2006:45) No fundo, o que prevalece é tal como refere Wolton “modificar as relações humanas e sociais” em que cada um pode agir sem intermediário, sem filtros ou hierarquias e quando quiser sempre em tempo real.

Hoje em dia a interação entre os novos dispositivos de comunicação e os indivíduos assume importante relevo, na medida em que constituem uma atividade social natural potenciando uma gestão diferente do tempo e do espaço das novas redes de relacionamento, como afirma Rodrigues, os novos dispositivos potenciam regularidades automáticas sobrepondo-se a experiência comunicacional tradicional, constituem-se, “em novas modalidades de experiência do mundo.” (Rodrigues,1999:215 *apud* Ferreira, 2004:212)

Os *media* em Portugal em particular no decorrer do século XXI têm influenciado a opinião pública, como se pode constatar nas palavras de Francisco Cadima,

“...a cobertura efetuada pelos *media* pode condicionar a percepção do “outro”, algumas práticas jornalísticas podem contribuir para empobrecer a diversidade multiétnica e conduzir a intolerância, indicar estratégias políticas mais latas de inclusão ou exclusão das minorias na vida política: influenciar a formação da ação política dominante e enquadrar a compreensão dos vários acontecimentos.” (Cádima et al, 2003:6)

Independentemente do reconhecimento da importância dos demais instrumentos jurídicos internacionais, vitais na proteção e na manutenção dos direitos, liberdade e garantias dos refugiados, do lado dos *media* espera-se que atue de forma responsável com a realidade da crise dos refugiados, na medida em que possui influência formativa e informativa na sociedade e na reprodução dos diferentes conceitos sociais. Para Barbosa, a nossa opinião sobre quem nos é estranho é construída, muitas vezes através das notícias que são diariamente veiculadas pelos *media*,

“O seu poder de condicionamento do nosso comportamento e do nosso imaginário é enorme. Hoje, são os *media* que concretizam e moldam, em grande medida, a nossa percepção e a nossa aceitação ou rejeição da multiculturalidade e da interculturalidade. A sua influência é decisiva, como mostra a história dos tempos mais recentes, em termos de hospitalidade ou hostilidade em relação a estranhos culturais, sejam eles minorias étnicas, imigrantes, forasteiros ou refugiados. Devemos, pois, contar com os *media* na modelação de atitudes e condutas em relação aos outros culturalmente diferentes e, sobretudo, na construção de uma cidadania mais inclusiva do ponto de vista cultural.” (Barbosa, 2012: 232)

Nesse sentido, a pouca divulgação que era dada no passado e a falta de mediatismo passam a ganhar novo fôlego cada vez mais no presente, com a reprodução e com as sucessivas narrativas dos refugiados difundidas pelos *media*. Como salienta Wolton

“As dimensões psicológicas são, na verdade, essenciais para a atração exercida pelas tecnologias, em virtude dessas reforçarem o profundo movimento de individualização da sociedade contemporânea. As novas tecnologias são o símbolo da liberdade e da

capacidade para dominar o tempo e o espaço, um pouco como o automóvel nos anos 30.”
(Wolton, 1999:77)

No entender da psicóloga norte-americana Sherry Turkle, as potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação não são de natureza operacional, “...As pessoas recorrem aos computadores em busca de experiências que possam alterar as suas maneiras de pensar ou de afectar a vida social e emocional.” (Turkle,1997:37apud Ferreira, 2004:215)

As novas tecnologias sofrem constantes “expansões”, possibilitando ao universo de utilizadores experiências distintas, como tal, ficam em condições de “experimentar acontecimentos” que conduz ao estabelecimento de novos mecanismos de constituição da identidade. Nesse sentido, a consciência de uma identidade múltipla, composta ou flexível adquire grande importância a partir do momento em que a comunicação se transferiu de forma generalizada para os espaços digitais.

Para Giddens (2010) são diversos os fatores que contribuem para o dinamismo da modernidade tardia entre eles *a separação do espaço e tempo* que permite a articulação das relações sociais em amplos intervalos de tempo e espaço assim como a *reflexividade* o uso do conhecimento constantemente reformulado sobre a vida social, fatores que para o autor têm grandes consequências para o *eu* e para a identidade. As relações sociais nas comunidades virtuais fazem de cada elemento não apenas participantes, mas responsáveis pela parte de um grupo e responsáveis pela manutenção das relações, nessa mesma latitude para Turkle “...à medida que participam, os jogadores tornam-se autores não apenas de textos, mas também de si próprios, construindo novas identidades...” (Ferreira, 2004:230)

Por outras palavras, a comunidade virtual convoca a presença de agentes, detentores de intencionalidades específicas que comungam, interagem e negociam significados e identidades.

Tendo em consideração este cenário de fundo, é difícil, por vezes, manter uma satisfatória coerência identitária nos nossos dias, resultante da crescente reflexividade que se associa a uma complexificação da vida social e pessoal, em virtude das inúmeras referências que rodeiam o mundo do homem moderno. De facto, o contexto acelerado da vida social na contemporaneidade conduz os indivíduos a participarem em grupos de referência, por vezes em concorrência entre si, nesta senda, a reconstrução da velha dicotomia entre o próprio e o alheio produz uma multiplicidade dinâmica de identidades.

2.3 - O papel dos *media* no espaço público

Como vimos anteriormente, os *media* são, hoje, íntimos fazem parte do nosso dia-a-dia, construíram progressivamente um contributo para a viabilidade e legitimação da ordem social, ultrapassando as fronteiras do tempo e do quotidiano, tornaram-se uma resposta oportuna, acessível e viável sempre omnipresente, como afirma Brandão,

“Os *media* refletem, principalmente, as práticas dos que podem determinar a vivência dos outros, ou seja, as principais questões que podem e devem ser objeto de difusão pública. Acabam assim, por construir a ordem de importância e o agendamento dos grandes desafios e temas da actualidade.” (Brandão, 2016 :21)

A informação continua a ser essencial para uma boa evolução da sociedade e, nesse sentido, não é possível existir a democracia sem que haja uma rede de comunicação rica em informação livre, “...se algo pode simbolizar as sociedades dos nossos dias, esse algo será o tríptico: sociedade de consumo, democracia de massas e meios de comunicação social de massas...” (Wolton, 1999:27)

A isenção e a firmeza de uma força comunicacional que atua no Espaço Público está na base da compreensão do papel ambivalente dos *media* nas presentes condições sociais.

Habermas, alerta-nos para o facto de que

“Esfera ou espaço público é um fenómeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. [...] Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.” (Habermas, 1997: 92)

O conceito de esfera pública tal como inicialmente apresentado por Habermas (1962) aponta para origens históricas da esfera pública burguesa que coincidem com a dinâmica capitalista da Europa. Habermas observou as grandes transformações das estruturas sociais que viria a ser desenvolvida em muitos outros estudos também por diversos autores.

Diversas teorias desenvolvidas em torno da questão do poder dos *media* geram uma grande controvérsia sobre o seu real impacto na construção social da realidade e na formação da opinião pública.

São várias as hipóteses explicativas que nos permitem refletir sobre o poder dos meios de comunicação social. As investigações sistemáticas sobre os efeitos dos *media* ganharam forma a partir do estudo da opinião pública e da comunicação política, na crença de que a propaganda era particularmente importante.

Durante a Primeira Grande Guerra, a teoria das “balas mágicas” ou da “agulha hipodérmica”, como metaforicamente as denominações da teoria traduzem, vislumbravam a comunicação como um processo reativo e unidirecional, com efeitos diretos e indiferenciados.

“A teoria das balas mágicas popularizou-se a partir de 1920, e fundava-se no conceito de que o processo de comunicação de massas é equivalente ao que se passa numa galeria de tiro. Bastava atingir o alvo para que este caísse. As balas eram irresistíveis, as pessoas estavam totalmente indefesas.” (Santos, 2001:18)

O interesse de investigadores pelo efeito das mensagens na população pelos meios de comunicação de massas começou a partir do século XX com Walter Lippmann (*Public Opinion*), Lasswell⁸⁴ (*Propaganda Technique in the World War*) e Chakhotin (*The Rape of the Masses*). Tais estudos sobre os *media* terão sido produzidos no período entre guerras em que os efeitos das comunicações das massas eram precisos e com eles proveriam os resultados pretendidos, o estudo sistemático e rigoroso dos conteúdos da propaganda constituía um modo de revelar a sua eficácia, incrementando as defesas contra ela, modelo *estímulo-resposta*.

Na teoria hipodérmica de inspiração positivista e behaviorista, face a uma determinada mensagem dos *media*, (considerados como aparelhos de persuasão e manipulação) o público reagiria, obtendo os efeitos desejados pelo emissor (Santos, 1992;

⁸⁴ Lasswell pode ser considerado um dos «pais» da análise do conteúdo, método que, de resto fundamenta a sua tradição e o seu sucesso precisamente na teoria hipodérmica. O estudo sistemático e rigoroso dos conteúdos da propaganda constituía um modo de revelar a sua eficácia, incrementando as defesas contra ela. (de outubro de 1937 a dezembro de 1941, funcionou um Institute for Propaganda Analysis, que publicava um boletim mensal cujo objetivo era «ajudar o cidadão inteligente a descobrir e analisar a propaganda» Alguns dos seus trabalhos são elucidativos: *Propaganda Technique in the World War* (1927) análise dos temas principais da propaganda americana, inglesa, francesa e alemã, entre 1914 e 1917; *World Revolutionary Propaganda* (primeira tentativa para avaliar o volume e os efeitos da propaganda do movimento comunista em Chicago, 1939).

Sousa, 2000) esta teoria considerava as massas de indivíduos recetores dentro de uma perspectiva homogénea em que os poderes dos “*media* são *ilimitados e incontroláveis*” eliminando assim a possibilidade de existência de qualquer particularidade, seja ela social, política, religiosa ou histórica.

Autores como Lazarfeld, Berelson e Gaudet colocam em causa este mecanismo, ao relativizarem o poder dos *media*, em que assumem que é apenas um dos factores possíveis de influenciar a formação de atitude, a par da “...teia de relações sociais significativas de cada indivíduo.” (Wolf 2001:52)

Recorde-se que, a teoria dos efeitos limitados dos *media* viria a ser reforçada pela teoria da «dissonância cognitiva» pelo psicólogo social norte-americano Leon Festinger⁸⁵ de seus postulados fundamentais são resumidos pelo próprio da seguinte maneira

" There may exist dissonant or nonfitting relations among cognitive elements. 2. The existence of dissonance gives rise to pressures to reduce the dissonance and to avoid increases in dissonance. 3. Manifestations of the operation of these pressures include behavior changes, changes of cognition, and circumspect exposure to new information and new opinions." (Festinger, 1957: 31)

e pelo modelo da comunicação a dois níveis (two-step flow communication) de Elihu Katz e Lazarsfeld (1955), que “...é determinado precisamente pela *mediação* que os líderes exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo.” (Wolf 2001:53)

Tal como temos vindo a referir, os avanços tecnológicos e em particular com a popularização da televisão e a sua utilização como instrumento, deram origem a uma rápida mediatização da sociedade, na justa medida em que, permitiram a convergência e o fluxo de informação, acelerando a comunicação de forma ainda mais fluída e disponível a todos, independentemente da sua posição geográfica. A realidade mediática substitui-

⁸⁵ Leon Festinger (Tradução do autor) (nascido em 8 de maio de 1919, Brooklyn, New York, EUA - falecido em 11 de fevereiro de 1989, New York City), psicólogo cognitivo americano, mais conhecido por sua teoria da dissonância cognitiva, segundo a qual a inconsistência entre os pensamentos, ou entre pensamentos e ações, leva ao desconforto (dissonância), que motiva mudanças nos pensamentos ou comportamentos. Festinger também fez contribuições importantes para o estudo do comportamento de grupo, autoavaliação e mudança de atitude. Disponível em:<URL: <https://www.britannica.com/biography/Leon-Festinger> (Consultado 10/05/2018).

se muitas vezes, vivemos no que Marshall McLuhan⁸⁶ (1968) chama aldeia global, estamos interruptamente ligados.

Os *media* têm conquistado o seu próprio espaço, providenciaram o acesso a realidades e funcionalidades, tornaram-se espaços intermediários entre vários sectores e, nessa medida, omnipresentes como um instrumento de comunicação entre as diversas esferas públicas.

“Os *Media*, e sobretudo os audiovisuais, não são, por certo, a fonte exclusiva da transformação cultural ocorrida nas últimas décadas, mas foram e são, de certeza o veículo privilegiado dessa transformação. Os *Media* funcionam, ao mesmo tempo, como espelho e como agente modelador da sociedade”⁸⁷

O fenómeno migratório tem sofrido profundas alterações ao longo da história, hoje, entram na Europa pessoas do Médio Oriente e Norte de África não apenas pessoas elegíveis de obter o estatuto de refugiado, mas também migrantes económicos. Desde logo, as migrações forçadas decorrentes de catástrofes naturais ou guerras e conflitos entre povos, de que são exemplo os milhões de deslocados desde a Segunda Guerra Mundial, representa uma questão central e agravante, na medida em que, o número de indivíduos que fogem da guerra tem aumentado significativamente, causando grande impacto político, económico e social em todas as civilizações.

Perante a inépcia dos países vizinhos e a indiferença de potenciarem refúgio, a Europa, nos últimos anos tem garantido suporte aos mais desfavorecidos. Os refugiados, representam o paradigma do mundo contemporâneo, no contexto das conexões globais, são noticiados de maneira sem precedentes nos meios de comunicação, influenciando a formação da opinião pública e a forma como os cidadãos constatarem situações de extrema vulnerabilidade em que com os imigrantes são vítimas. Deste modo, a responsabilidade social e pública dos *media* perante os cidadãos aumenta, na medida em que atuam como construtores da realidade social e a este propósito, como salienta Gaye Tuchman as

⁸⁶ Marshall McLuhan (Edmonton, 21 de julho de 1911 - Toronto, 31 de dezembro de 1980) foi um destacado educador, intelectual, filósofo e teórico da comunicação canadense, conhecido por vislumbrar a Internet quase trinta anos antes de ser inventada. Ficou também famoso por ter cunhado o termo aldeia global. McLuhan foi um pioneiro dos estudos culturais e no estudo filosófico das transformações sociais provocadas pela revolução tecnológica do computador e das telecomunicações.

⁸⁷ *O Desafio da Comunicação Social* - António José da Silva p.64

Disponível em:<URL: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12780/1/silva.pdf>
(Consultado 10/07/2018).

notícias podem apresentar-se como verdadeira representação social da realidade quotidiana, se é certo que não “espelham a sociedade”, da mesma forma também o é que “ajudam à sua construção como fenómeno social.” (Tuchman,1983:198)

A problemática das migrações forçadas, que no passado entraria com naturalidade no esquecimento, tem hoje uma grande repercussão global, uma vez que tem ameaçado a segurança e estabilidade ocidental, visto que as políticas de fronteira são cada vez mais direcionadas para aqueles que se apresentam como uma potencial ameaça.

Nesse sentido, como refere Santinho “...refugiado ou imigrante, é sempre este sujeito que passa a ser submetido a escrutínio, por não pertencer a uma cidadania nacional reconhecida, localizada e integrada nos supostos “valores ocidentais.” (Santinho, 2013:15)

Perante uma realidade francamente preocupante, podemos dizer que os *media* atuam como construtores da realidade social, uma vez que dão visibilidade e enquadramento a um conjunto de assuntos que diariamente são noticiados, nesse sentido, de acordo com Wolf, isto é criando a “cultura e o ambiente simbólico e cognitivo em que o individuo vive, constituindo um recurso que este usa nas interações sociais, para situar ou converter em significativo a sua própria actuação.” (Wolf,1994:170)

O conceito de cidadania tem evoluído com as sociedades ao longo dos tempos, não cabe aqui dissertar sobre o contributo de cada um dos pensadores que vieram influenciar o sentido de cidadania. No entanto, considera-se necessário recordar duas das importantes tradições políticas da teoria da cidadania, a clássica e a liberal, atualmente assimiladas pelas sociedades que têm enquadrado a ação cívica do produto jornalístico que é mediatizado. A perspetiva clássica concebe a cidadania como algo que é determinado pelo princípio da autonomia cívica. A noção de cidadania depende, em grande medida do contexto histórico, político, cultural e social estando associada ao conjunto de direitos e deveres dos membros de uma comunidade.

Como refere Matias,

“A consagração do direito à cidadania no artigo 15º da Declaração Universal dos Direitos Humanos eliminou quaisquer dúvidas que pudessem persistir da existência de limites à liberdade dos Estados na definição das regras da cidadania.” (Matias, 2014:86)

O mundo contemporâneo globalizado, caracteriza-se por uma crescente mobilidade de fluxos migratórios transnacionais no contexto europeu, a cidadania europeia está presente no artigo 20º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, “é

cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro.

A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui”. O exercício da cidadania europeia depende da informação da participação e da vontade dos cidadãos quererem expressar em consciência os seus direitos e deveres.

Importa assinalar que, a participação dos cidadãos surge como recurso indispensável à construção identitária, e tendo presente que, a alteração profunda de paradigma que os *media* tradicionais foram sujeitos posiciona-os cada vez mais para um veículo de informação ao serviço dos cidadãos, deixando de ser o território preferencial de intervenção dos cidadãos. Neste quadro de referências como sublinha Mendes

“É óbvia a influência que a comunicação social tem na formação da cidadania. Afinal, os *media* informam, esclarecem, ajudam a formar opinião, estimulam o debate e a reflexão, contribuem de modo decisivo para a participação dos cidadãos na vida pública.” (Mendes, 2017:87)

A participação dos cidadãos surge como uma dimensão essencial tanto a nível coletivo como individual, permitindo garantir tanto as apreciações individuais como plurais e independentes, assegurando o exercício da soberania popular princípio fundador da democracia.

Segundo Mendes, “Os *media* são um inequívoco pilar da democracia e têm, também por isso, uma responsabilidade acrescida: o dever do bom senso e de equilíbrio na sua nobre tarefa de informar” (Mendes, 2017:100)

Estamos, assim, perante a realidade que os *media* nos dizem cada vez mais sobre o que devemos pensar e, nesse cenário, torna-se evidente a hierarquia e os temas que geram uma atividade simbólica e que perspetivam a sua produção de trabalho permanente que em suma, tornam a realidade social mais perceptível.

Capítulo III - A Europa dos *media*

3.1 - O problema de investigação

Considera-se que os meios de comunicação social enquanto espaço de *mediação* entre a realidade e o público têm a responsabilidade e a capacidade de informar e educar. Nesse sentido, o presente estudo tem como principal objetivo refletir sobre a importância das notícias que envolveram os refugiados e por inerência os migrantes e requerentes de asilo em Portugal veiculada pelos *media* portugueses nos primeiros anos do século XXI.

Os cidadãos europeus na sua generalidade partilham as diversas notícias veiculadas pelos *media*, logo, desempenham um papel determinante na difusão e assimilação de conhecimentos e no desenvolvimento individual e coletivo. Dentro deste contexto, e como foi referido na Introdução, a generalidade dos cidadãos europeus toma conhecimento desta realidade da crise migratória apenas pelos meios de comunicação social. Nesse sentido, a condição e a identidade de um refugiado é à partida construída de forma geral pela relevância que os *media* determinam, ou seja, como dinamizador positivo/negativo da causa.

Como referem Quivy e Campenhoudt, uma boa pergunta é a que já fornece elementos para que se lhe possa responder (*apud* Carmo e Ferreira, 2008: 69), as perguntas que formulámos são as seguintes:

De que forma os *media* são importantes para a consciencialização do flagelo dos refugiados?

Os cidadãos de um modo geral têm demonstrado confiança nos *media*?

Na nossa reflexão sustentada, procuraremos encontrar e reforçar o conhecimento em torno das notícias.

3.2 - As metodologias utilizadas

Consideramos à partida que, o tratamento jornalístico no decurso do século XXI tem vindo a dar maior importância à problemática dos refugiados na sociedade portuguesa. A informação recolhida proveniente de publicações diárias em que os *media*

fazem essa referência foram alvo deste trabalho, obrigando a compreender e interpretar o nosso objeto de estudo. Nessa base, e tendo em conta não só o longo período temporal de estudo, mas também a contingências a que esta dissertação obriga, o nosso trabalho procura dar resposta às questões de partida.

Neste sentido, importa referir que a metodologia de investigação utilizada é mista, isto é, qualitativa e quantitativa sendo mais a adequada quando se pretende uma triangulação de dados e a triangulação metodológica.

Estamos conscientes de que a metodologia escolhida para a recolha de dados não permite revelar padrões de cobertura ao longo do tempo, e por este motivo é possível que algumas notícias e/ou reportagens tenham sido publicadas fora do âmbito dos eventos analisados. Contudo, o tema dos refugiados em Portugal ainda se encontra muito associada a acontecimentos específicos.

No que constitui o nosso universo de estudo, foram considerados três jornais; o *Jornal de Notícias (JN)*, *Público* e o *Diário de Notícias (DN)* todos jornais diários considerados de referência. De salientar que a seleção não tem como finalidade o estudo comparativo entre as políticas editoriais presentes em cada jornal, uma vez que temos como único objetivo obter as notícias que são veiculadas pela imprensa.

Foram recolhidas no total 246 notícias em que do *Jornal de Notícias (JN)* 32 notícias do *Público* 126 notícias e do *Diário de Notícias (DN)* 88 notícias.

O critério de seleção das peças jornalísticas foi necessariamente de análise mais restrita, sobre a categoria de “refugiado”. Estamos cientes que este estudo é indicativo de tendências e que certamente irá potenciar outras reflexões, assim como novas investigações.

Procedemos à análise, em que a amostra são os países que fazem parte da União Europeia, tendo como espaço temporal abril de 2001 a novembro de 2017, teremos em consideração as respetivas datas de entrada de cada um dos Estados-Membros na União Europeia a aferir:

Portugal (PT), Alemanha (DE), Áustria (AU), Bélgica (BE), Bulgária (BG), Chipre (CY), Dinamarca (DN), Eslováquia (SK), Eslovénia (SI), Espanha (ES), Estónia (EE), Finlândia (FI), França (FR), Grécia (EL), Holanda (NL), Hungria (HU), Irlanda (IE), Itália (IT), Letónia (LV), Lituânia (LT), Luxemburgo (LU), Malta (MT), Polónia (PL), Reino Unido (UK), República Checa (CZ), Roménia (RO), Suécia (SE).

A metodologia escolhida dar-nos-á maior destaque aos valores apresentados em Portugal em comparação com os países da UE, dessa maneira poderemos aferir se

Portugal de uma forma geral acompanha os valores médios dos países que compõem a UE e também a sua evolução.

Importa referir que o universo é constituído pela população nacional compreendida por pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, residente em cada um dos países membros da União Europeia, tendo como fonte o Eurobarómetro.

Tendo em conta os mercados dos *media* portugueses, na sua grande maioria com organizações em estruturas oligopolísticas optámos por recolher e registar os jornais noticiosos regulares dos principais canais generalistas, aqueles que representaram o mercado da televisão do século XXI, e que em sinal aberto são atualmente fornecidos por três operadores que representam grupos; RTP (detida pelo Estado), a TVI (detida pelo grupo privado *Media Capital*), a SIC (detida pelo grupo privado *Impresa*). Segundo Eco, “...a televisão constitui um (...) fenómeno sociológico (...) capaz de instituir gostos e tendências, de criar necessidades, esquemas de reação e modalidades de apreciação aptos para resultarem (...) determinantes para os fins da evolução cultural”. (Eco,1984:340).

Acrescenta-se, a este propósito, que o período em análise cobrirá o espaço temporal compreendido entre janeiro de 2015 a junho de 2018. Deste modo, daremos maior atenção aos períodos em que as notícias sobre os refugiados tiveram maior expressão nos *media*. O período em análise tem necessariamente como justificação o número elevado de deslocados forçados, que culminaram num aumento dos números refugiados e de pedidos de asilo.

Tendo presente os valores apresentados pelo OIM de 2018⁸⁸ o ano de 2015 foi um ano dramático para o Mundo e desde a II Guerra Mundial nunca se tinha assistido a nada semelhante, sendo a análise das notícias feita neste contexto. No presente trabalho primamos pela forma cuidada de apresentar, como refere Carmo e Ferreira “... rigor do discurso académico não deve dispensar a sua clareza se bem que a homogeneidade do público-alvo implique uma terminologia codificada para o público a que se destina.” (Carmo e Ferreira, 2008: 173)

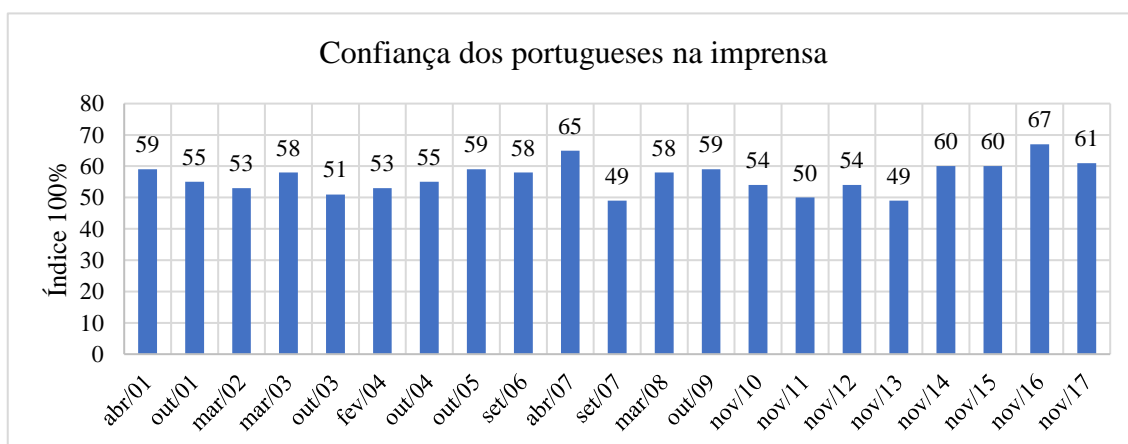
⁸⁸OIM. Disponível em:<URL: <https://www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018> (Consultado 26 /07/ 2018).

3.3 - Opinião pública da União Europeia (UE)

O processo de formação de opinião pública é como refere Mário Wolf “a interação entre o controlo que um individuo exerce no ambiente social ao seu redor e os comportamentos do próprio individuo.” (Wolf, 1994:64)

Temos presente que existe uma contínua formação e aquisição de saberes veiculadas pelos *media*, no entanto, caberá à sociedade fazer a distinção entre o que é importante e o acessório. Nesse contexto, na informação televisiva não podem ser considerada como um produto sem valor, pois influem na formação da opinião pública, “não se trata apenas de formar as pessoas para o saber, mas de as formar na sua humanidade através do próprio saber.” (Prado Coelho,2004:37)

Gráfico 1 - Confiança dos portugueses na Imprensa

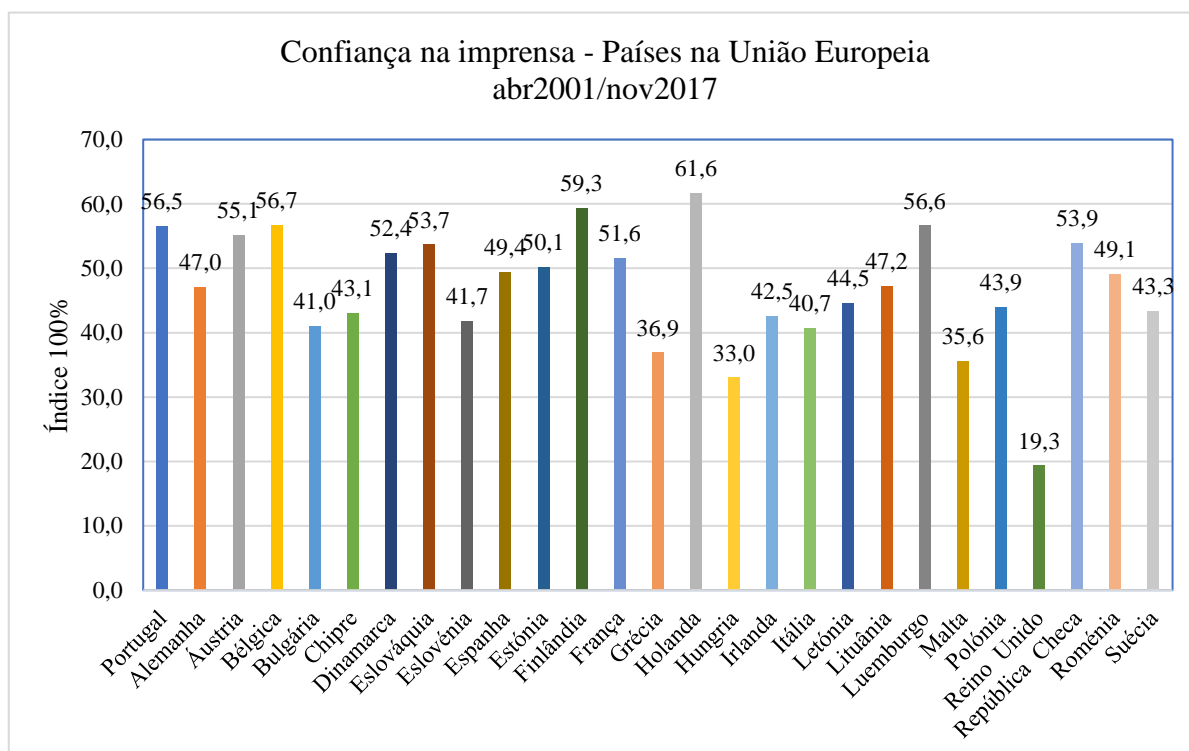


Autoria: Luciano Amaral, 2018- tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Mediante a leitura do gráfico verifica-se a evolução da confiança dos cidadãos portugueses na imprensa. Tendo em consideração o longo período em análise (16 anos) podemos constatar que, a média dos valores apresentados em setembro de 2007 reflete o nível de confiança mais baixo 49%, voltando a repetir o mesmo valor em novembro de 2013, sendo ambos os valores os únicos que representam uma média inferior a 50%.

Numa segunda análise, constatamos que a confiança dos portugueses na imprensa atinge o valor mais alto em novembro de 2016 com 67% respetivamente.

Gráfico 2 - Confiança na Imprensa nos países da UE

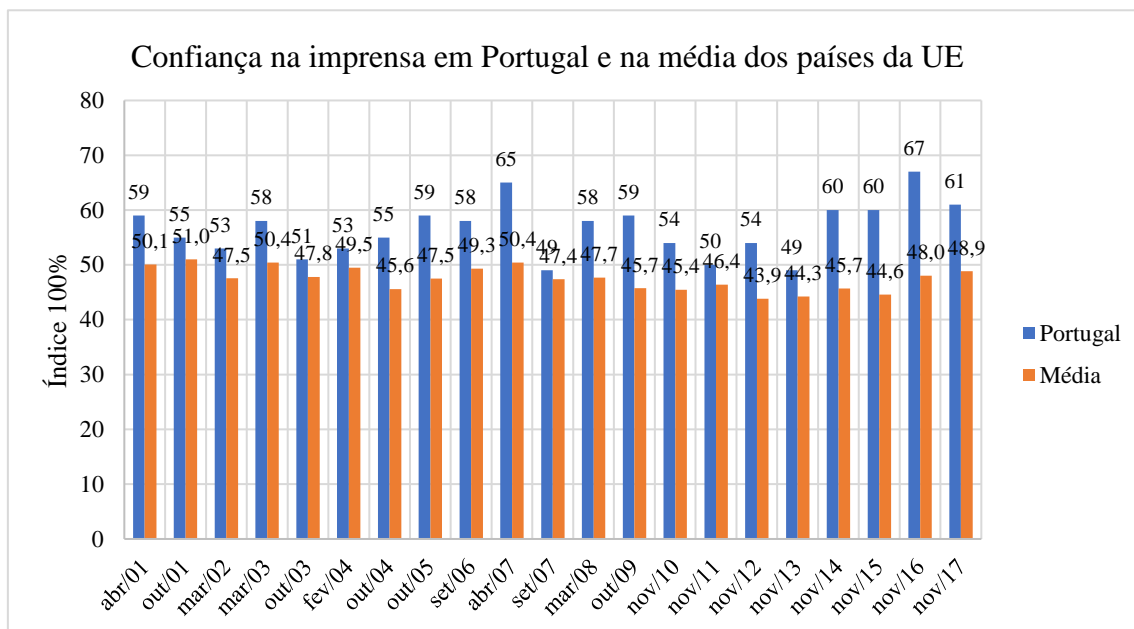


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Neste gráfico salta à vista os discrepantes valores de 61,6% no caso da Holanda e de 19,3% no caso do Reino Unido. A Finlândia segue com valores próximos dos 59,3% assim como a Bélgica com 56,7%, o Luxemburgo com 56,6% seguido de Portugal com 56,5% no que respeita à confiança.

Na visualização do gráfico, também observamos facilmente que a maior parte dos países representados apresentam um nível de confiança francamente abaixo dos 50%.

Gráfico 3 - Evolução da Confiança na Imprensa em Portugal e na média dos países da UE

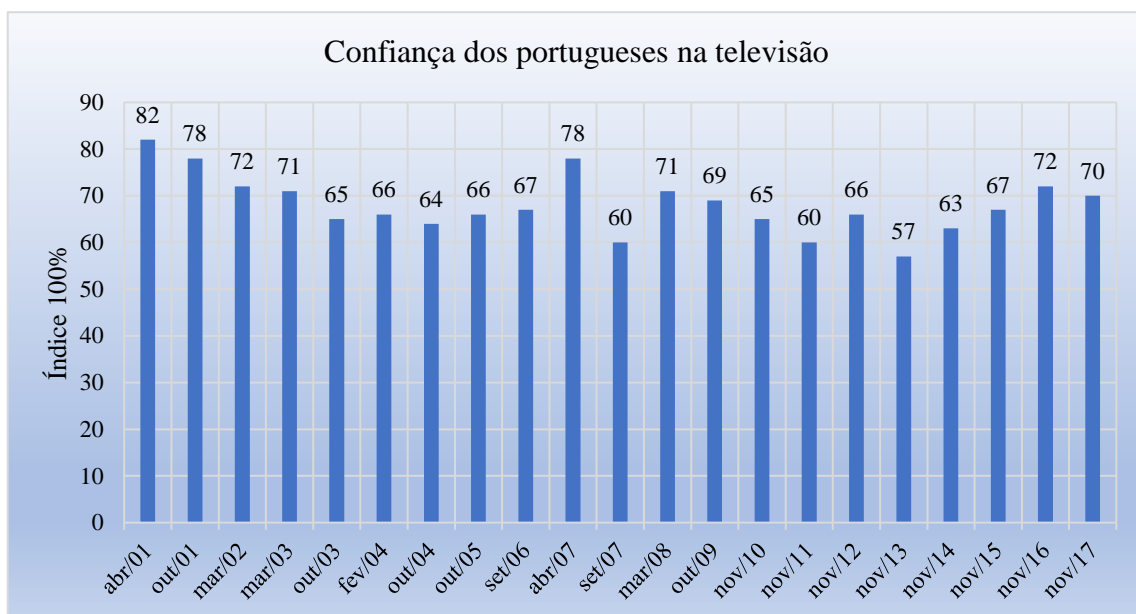


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Neste gráfico, sem exceções podemos aferir que, Portugal apresenta-se com a média de confiança na imprensa superior à média dos países da UE. De referir ainda que dentro do período estudado, foi em novembro de 2016 que Portugal atingiu o valor máximo de confiança na imprensa 67%, o valor oposto foi atingido em novembro de 2013.

De referir que, a média dos países da UE atingiu maior percentagem de 51 % em outubro de 2001 respetivamente, por outro lado, o valor mínimo observado foi de 43,9% em novembro de 2013. Chama-se a atenção para a coincidência existente entre os valores mínimos obtido quer em Portugal quer na média da UE.

Gráfico 4 - Confiança dos portugueses na televisão

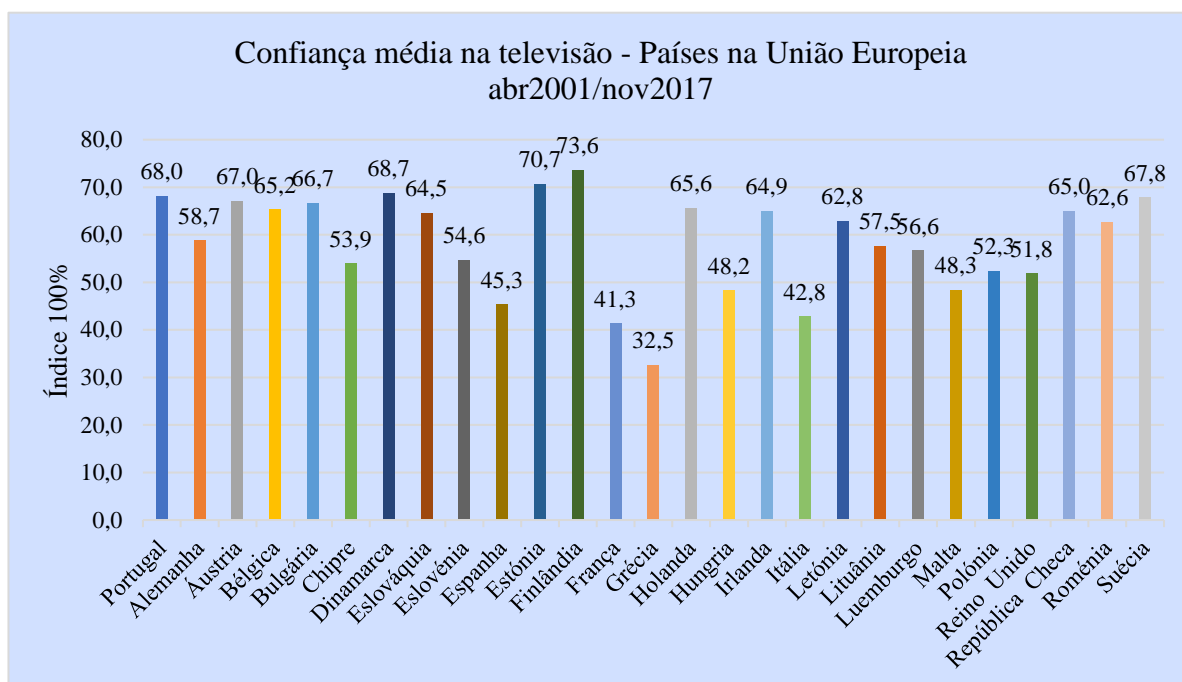


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Podemos observar no gráfico 4 que os portugueses apresentaram um maior nível de confiança na televisão em três momentos distintos sendo eles abril de 2001; 82%, outubro de 2001 e abril de 2007; 78%.

De salientar também que os portugueses apresentaram um nível de confiança na televisão mais baixo em novembro de 2013 com o valor de 57%.

Gráfico 5 - Confiança na televisão dos países da UE.

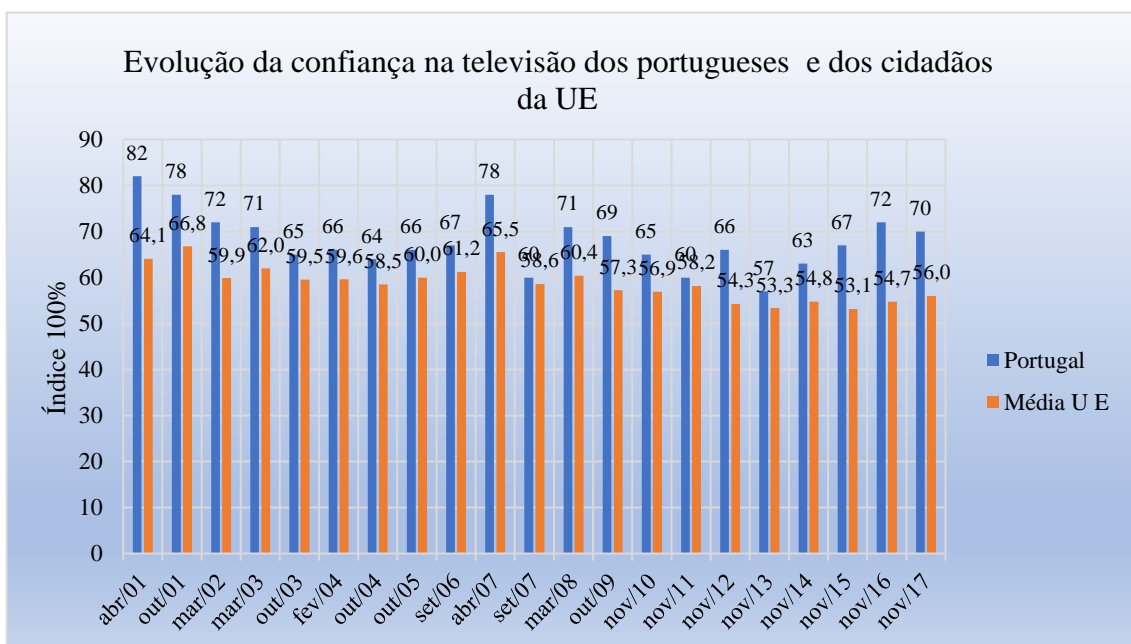


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Na maioria dos países da UE as percentagens refletem valores de confiança na televisão acima dos 50%, podemos constatar que, a Estónia e a Finlândia atingem respetivamente 73,6% e 70,7% sendo os países que apresentam percentagens superiores à média.

Também como podemos observar, um pequeno conjunto de países apresenta valores que refletem níveis baixos de confiança na televisão, são eles: a Espanha 45,3%; a França 41,3%; a Grécia 32,5% e a Itália 42,8%.

Gráfico 6 - Evolução da Confiança na televisão de Portugal e dos países da UE

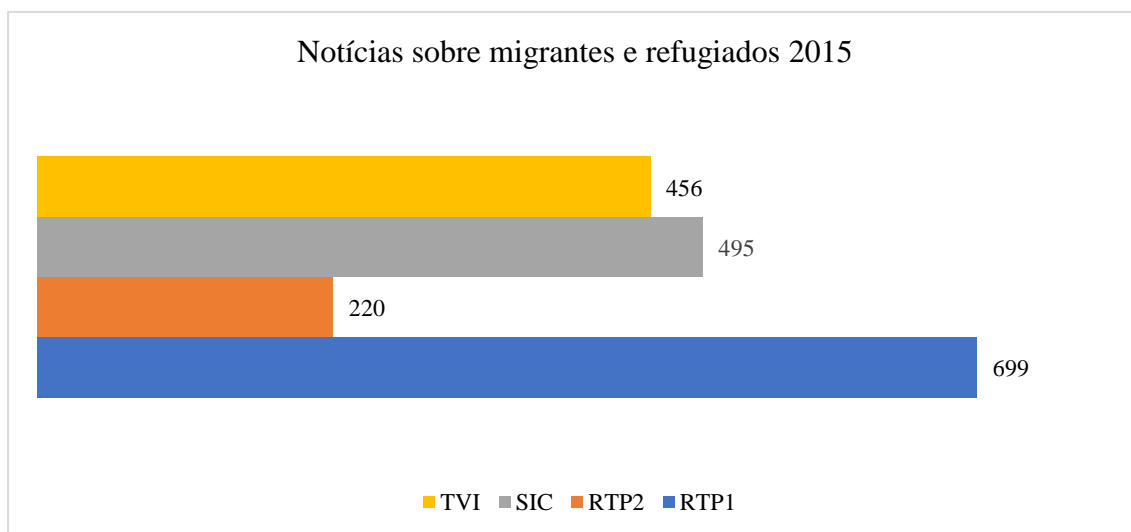


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os valores obtidos pelo Eurobarómetro

Analisando o gráfico apresentado podemos observar que em abril de 2001 foi o mês em que o índice de confiança dos portugueses na televisão apresentou o valor mais alto de todo o período em estudo. Portugal apresenta-se com a média de confiança na televisão superior à média dos países da UE, sendo em particular mais expressiva essa diferença em três momentos; no mês de abril de 2001, abril de 2007 e fevereiro de 2016. De referir também que, esses períodos coincidem com os valores de confiança na televisão mais altos em Portugal.

Destaque ainda para setembro de 2007, que reflete percentagens muito próximas entre Portugal (60%) e a média dos países em estudo (58,6%).

Gráfico 7 - Número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2015



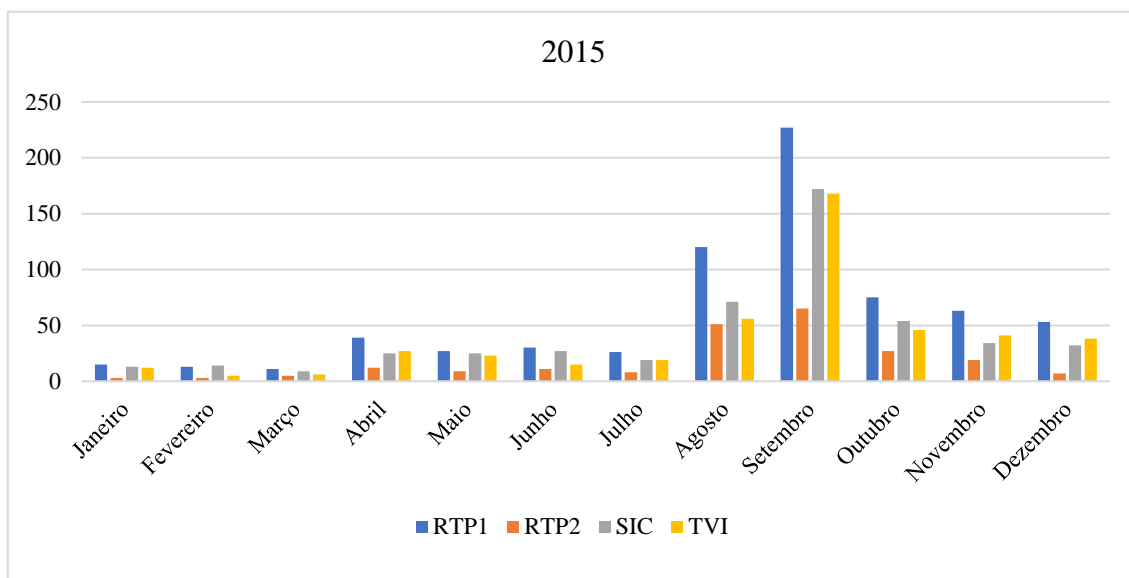
Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Tendo em consideração o século XXI, o ano de 2015 foi aquele que até então registou os maiores níveis de deslocamento forçado de refugiados e migrantes em todo o mundo, refletindo um número dramático de refugiados e migrantes.

A cobertura mediática de tal acontecimento foi vivenciada diariamente por todos os cidadãos que obtinham o conhecimento da crise migratória através da comunicação social.

Entre os canais generalistas portugueses que representam o mercado da televisão foi a RTP1 que mais transmitiu notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2015, cerca de 699 peças jornalísticas, seguido pela SIC com 495 peças.

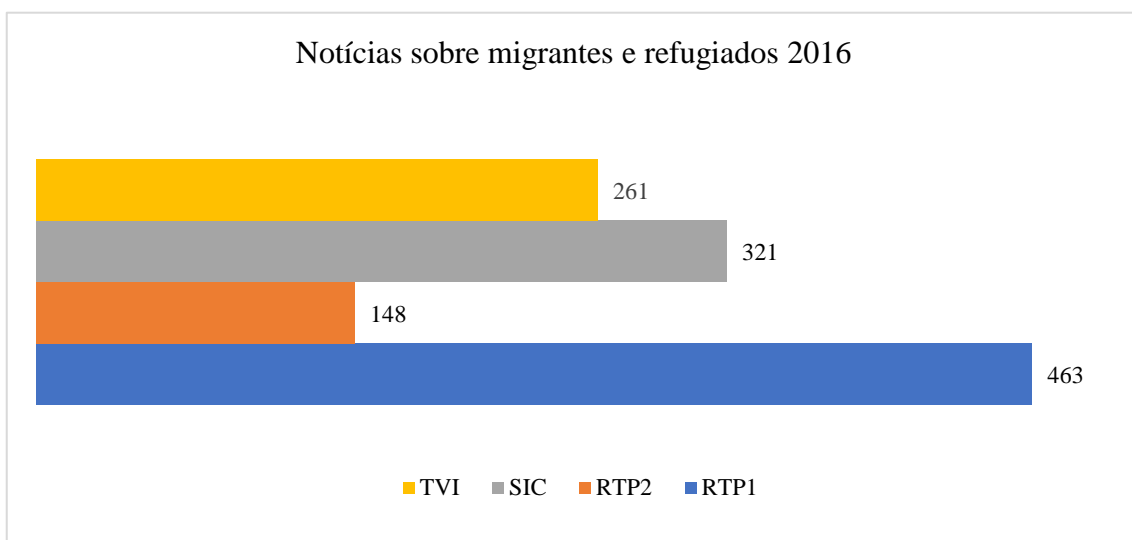
Gráfico 8 - Evolução do número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2015



Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Em termos globais, todos os canais aqui representados apresentaram um aumento progressivo de notícias sobre migrantes e refugiados. Em termos absolutos e tendo em consideração apenas o ano de 2015, o número de notícias atingiu o seu máximo em agosto e setembro.

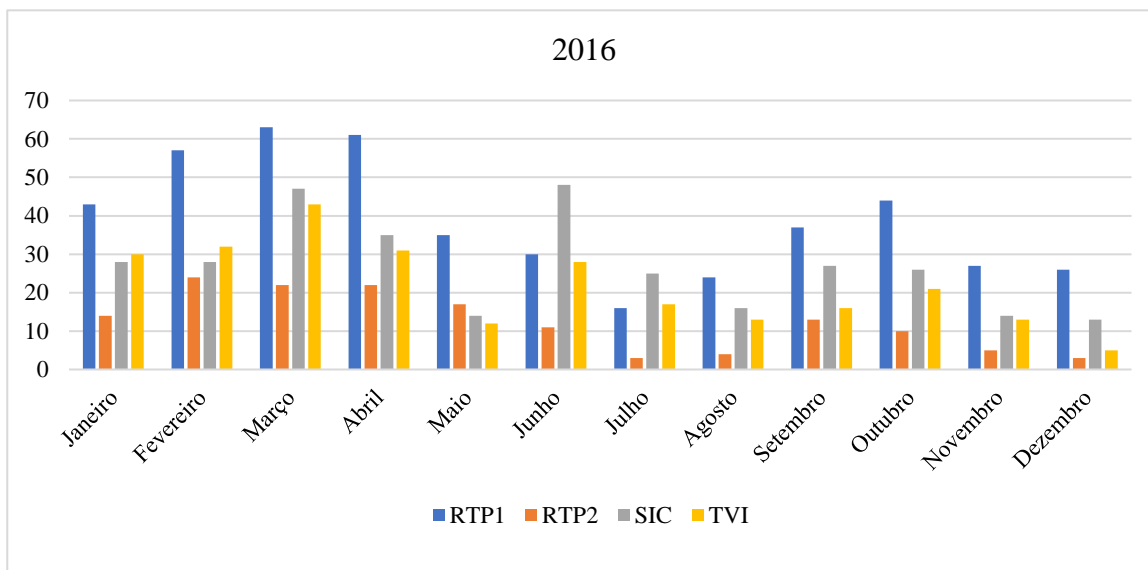
Gráfico 9 - Número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2016



Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Em termos comparativos com o ano de 2015, o ano de 2016 apresentou uma quebra significativa do número de notícias sobre migrantes e refugiados

Gráfico 10 - Evolução do número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2016

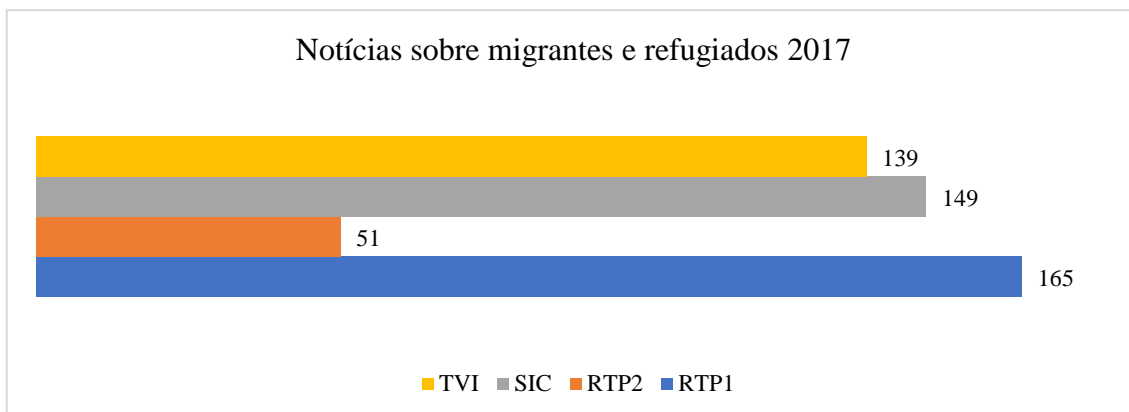


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: MediaMonitor

No que diz respeito ao ano de 2016, todos canais aqui representados apresentaram um aumento progressivo de notícias sobre migrantes e refugiados durante o primeiro trimestre do ano.

De salientar que, a RTP1 foi o canal que comparativamente apresentou o maior número de notícias sobre migrantes e refugiados em termos absolutos, sendo apenas ultrapassada pela SIC nos meses de junho e julho.

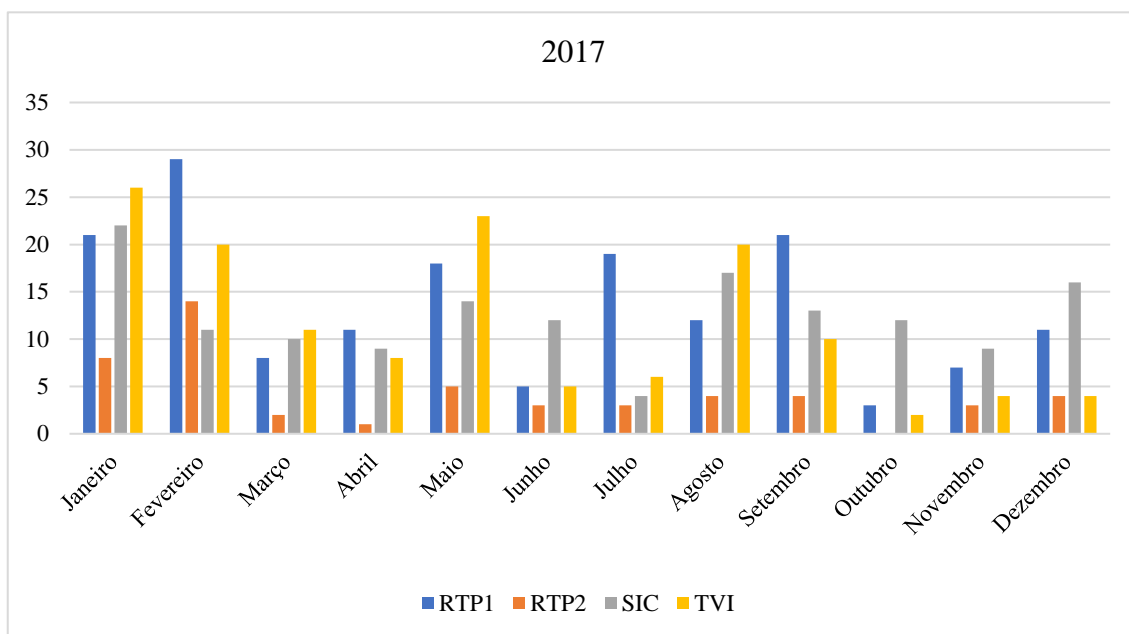
Gráfico 11 - Número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2017



Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: MediaMonitor

Podemos aferir de uma maneira geral, que durante o ano de 2017 a cobertura mediática sobre migrantes e refugiados difundida pelos canais generalistas portugueses revelou uma acentuada diminuição em comparação com o ano anterior.

Gráfico 12 - Evolução do número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2017

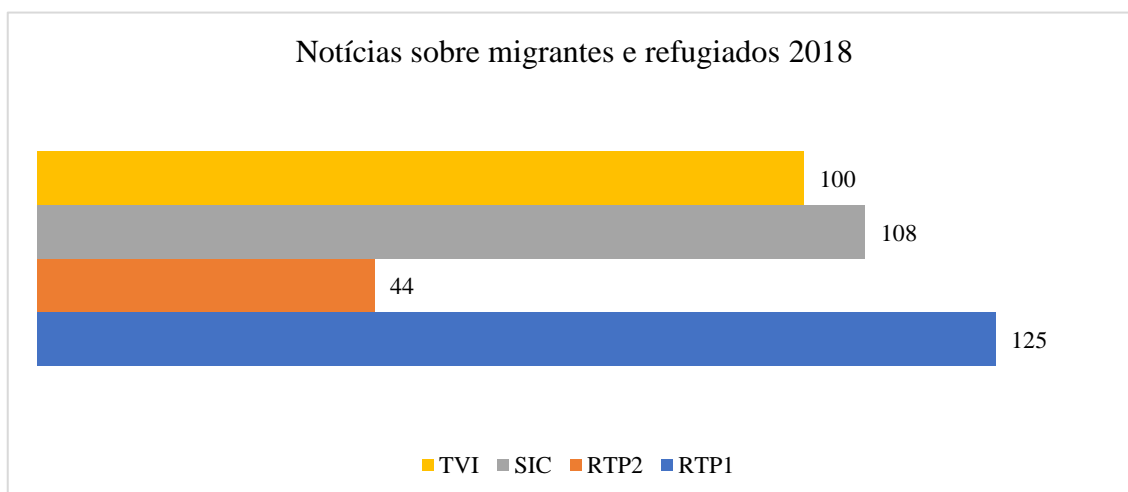


Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Neste gráfico, constatamos, que os 4 canais aqui representados apresentaram uma diminuição progressiva de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2017 distanciando-se em muito dos valores apresentados no gráfico 8.

A TVI, reforça de forma destacada a prioridade na apresentação das notícias sobre migrantes e refugiados em três momentos particulares nos meses de: janeiro, maio e agosto.

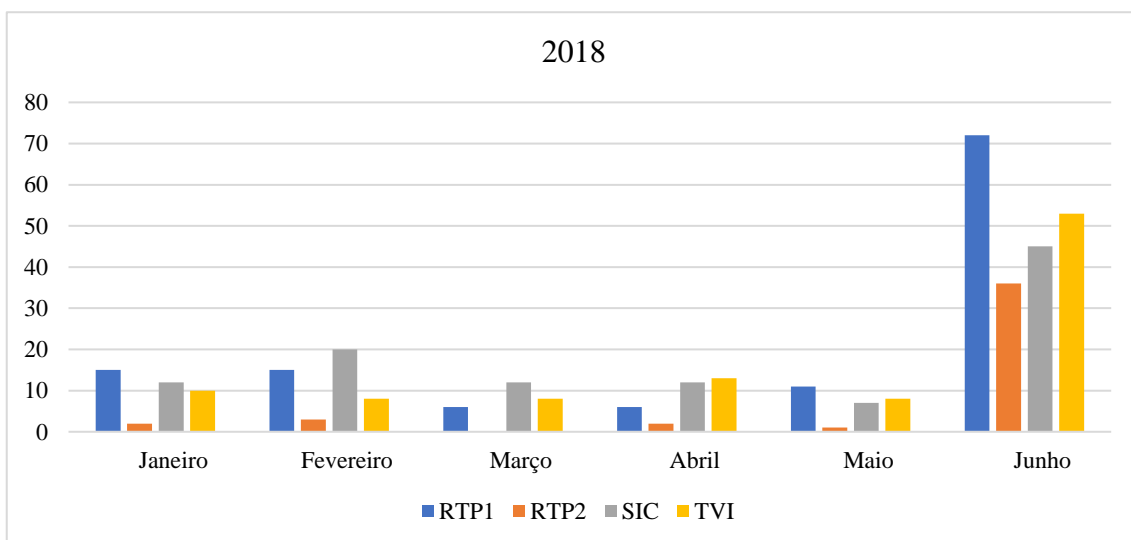
Gráfico 13 - Número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2018



Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Ainda que este gráfico não seja representativo do ano integral de 2018, o mesmo reflete o primeiro semestre do ano, e, em comparação com ano transato, podemos desde logo constatar uma prioridade para as notícias que envolvem os migrantes e refugiados.

Gráfico 14 - Evolução do número de notícias sobre migrantes e refugiados durante o ano de 2018



Autoria: Luciano Amaral, 2018 - tendo por base os dados retirados MMW/Telenews Fonte: *MediaMonitor*

Neste gráfico é evidente o expressivo número de notícias referentes ao mês de junho. Precisamente, tais valores nominais, apenas são superados em dois momentos distintos sendo eles agosto e setembro de 2015.

3.4 - Como são vistos os refugiados aos olhos dos *media*

Wolton, alerta para a importância dos meios de comunicação generalistas nacionais nos países democráticos, entre os quais se encontra Portugal, em que estes “desempenham continuamente um papel de importância considerável neste duplo movimento de abertura e de manutenção de um mínimo de coesão. É por seu intermédio que os públicos descobrem o mundo e conservam o sentimento de pertença a uma comunidade.” (Wolton, 1999:178)

Notícias como estas divulgadas pelos *media* alertam para as evidentes explorações de que muitos refugiados são vítimas, enquanto há uma contínua renúncia de responsabilidades na Europa,

“O tráfico de sírios para a Europa é um negócio milionário: só este ano, as redes criminosas terão lucrado entre 800 e 900 milhões de euros, tendo por base as estimativas das organizações internacionais. As redes criminosas que organizam as passagens marítimas dos refugiados sírios entre o Médio Oriente e a Europa cobram entre 1000 e 2500 euros por pessoa de acordo com um estudo da Comissão Europeia, datado de setembro.”⁸⁹

As evidentes violações dos Direitos Humanos de que os refugiados são alvo resulta da sua condição vulnerável em busca de segurança e acabam explorados por redes criminosas que lucram quantias avultadas (valores estimados e apresentados pelo Institute for Security Studies ou a Global Initiative Against Transnational Organized Crime)⁹⁰.

À medida em que são divulgadas violações tão evidentes dos Direitos Humanos nos noticiários, na imprensa escrita, nas redes sociais, as notícias, produzem e reproduzem um misto de sentimentos, como refere Brandão (2016) os *media* não podem ser considerados como um produto qualquer, na justa medida em que, influem na formação da opinião pública e, em particular, a televisão é uma poderosa arma de sensibilização que pode contribuir para uma sociedade mais humana e pluralista.

Para Cohen, “a imprensa é muitíssimo mais do que um fornecedor de opinião pública” (1963:13). Com o decorrer do tempo o contributo deste autor viria a ser decisivo

⁸⁹ Anexo A7 - *Jornal de Notícias* - “Redes lucram 800 milhões com sírios” - 03 de dezembro de 2015.

⁹⁰ Institute for Security Studies Global Initiative Against Transnational Organized Crime. Disponível em:<URL:<https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2015/12/Reitano-Tinti-Survive-and-advance-the-criminal-economy-of-migrant-smuggling-Dec-2015.pdf> (Consultado 26 /07/ 2018).

no que respeita à real importância dos *media* na sociedade. Para McCombs e Shaw (1993) aludindo a *agenda-setting*, o poder do jornalismo estaria na base da seleção e do enquadramento dos acontecimentos que se pretende que sejam noticiáveis, deste modo, “os *media* não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, consequentemente, o que pensar.” (1993:65)

Ainda de acordo com Shaw, os meios de comunicação não fornecem apenas uma infinidade de notícias e conteúdos, mas as estruturam de acordo com as suas categorias, nas quais os usuários podem visualizá-las de modo representativo e com determinado valor de utilidade. (Shaw apud WOLF, 2007:146)

Os *media* ao contribuírem para a interpretação e produção de sentido da atual esfera pública podem contribuir para uma sociedade mais solidária que prima por valores e princípios geradores de um elevado sentido de cidadania. A visibilidade e ação constantes das notícias cumprem a sua função orientadora dos cidadãos em sociedade e para a realidade percebida sobre os factos noticiosos, ainda segundo Brandão (2016)

“Não podemos esquecer-nos que os *media* e a sociedade interagem e influenciam-se continuamente, respondendo às exigências várias que surgem, de modo a poderem contribuir para um adequado clima de mudança socio-cultural e de inovação. Os *media* formam ou deformam o pensamento e as atitudes. Ou seja, constituem-se como um dos principais agentes de socialização.” (Brandão,2016:31)

O foco que é dado pelos *media* independentemente das opções noticiosas legitimadas pelos meios de comunicação social, deve ter como legítimo objetivo, introduzir na opinião pública fatores de ponderação social e provocar movimentações políticas realistas tendentes a concretizar soluções racionais.

Para Almeida (2017) os meios de comunicação social são um instrumento poderoso para a defesa dos Direitos Humanos, no seu estudo evidencia a importância dos meios de comunicação social na construção da imagem dos refugiados e na salvaguarda de seus direitos.

A mediatização de tensões e de catástrofe humanitária sem em contrapartida tentar dar a conhecer a razão concreta pela qual tantas pessoas arriscam a vida, (certamente o seu bem mais precioso) acabam por banalizar problemas concretos, incentivando leituras negativas, por consequência menosprezam o trabalho jornalístico, a este propósito Brites (2015) refere que,

“...as televisões, rádios e jornais focam muito mais o problema humanitário dos refugiados e os impactos que eles provocam em diferentes regiões da Europa do que a complexa e dramática situação da gigantesca ‘máquina que produz refugiados’ que, em certos aspectos, a própria Europa alimenta.”⁹¹ (Brites 2015:5)

3.5 - Os *media* na criação da homogeneidade cultural

As civilizações europeias têm tido, de uma forma ou de outra, conflitos, divergências, seguindo direções opostas na sua conceção do mundo e da sociedade. Nessa medida, torna-se inegável que a Europa é a maior aventura humana, tanto pela sua profundidade como pela sua riqueza.

“A palavra imigração, é bom lembrá-lo, não é uma palavra neutra e fria, é uma realidade que encerra pessoas, muito concretas, com as suas vidas, alegrias esperanças e desejos. É uma realidade viva, em movimento continuo que não se deixa fixar nem parar. É um puzzle humano colorido, de inumeráveis cores, línguas, sabores, tradições, culturas e religiões.” (Pinto, 2004 apud Costa,2009:117)

A Europa soube renascer sempre em novas formas de pensar, de governar, de agir, de orientar e de decidir. Os diferentes países souberam chegar sempre em novas formas de pensar, de governar, de agir, de orientar e de decidir. Os diferentes países souberam expandir-se, chegar e conquistar novos mundos, partilhar a cultura e a religião, perder e ganhar, sendo hoje, o resultado do seu percurso, em que nela comungam culturas e tradições baseadas em raízes comuns. Os *impedimenta* são a bagagem do soldado romano, do que ele precisa, mas também são estorvo no caminho, dito isto, hoje, somos tudo e não poderemos apenas falar de uma herança, mas precisamos de conhecê-las em todas as suas dimensões, por forma a não cair no unilateralismo.

O europeu remonta à Antiguidade, nesse sentido é necessário viajar à procura das influências mais longínquas nas civilizações que afastadas geograficamente da Europa influenciaram as primeiras civilizações europeias. Essas influências estão também próximas sob a forma de arte, da teologia, da filosofia, da política, da ciência e da história.

⁹¹ Pinto, Manuel; Sara Pereira e Maria José Brites, *Os media e a crise de refugiados* - Agenda de Atividades. Disponível em:<URL:http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/2293/2209 (Consultado 26 /07/ 2018).

“Na origem da Europa, não há um princípio fundador original. Os princípios Gregos e Latinos vêm da sua periferia e são-lhe anteriores; O princípio cristão vem da Ásia e só desabrochará na Europa nos fins do primeiro milénário. Todos estes princípios terão de ser agitados, sacudidos, misturados, na barafunda dos povos invadidos, invasores, latinizados, germanizados, eslavizados, antes mesmo de se associarem e de se oporem.” (Morin, 1988:33)

A informação que hoje é obtida, com ou sem filtros, sobre as mais diversas áreas de interesse encontra-se acessível através *dos media*. Em Portugal o pluralismo da comunicação social é um dado adquirido sendo parte intrínseca da liberdade de imprensa em que na atualidade, a comunicação cada vez mais sofisticada nos dá um poder de relacionamento com amigos, familiares e estranhos que no passado seria impensável.

Hoje, diferentes culturas convivem num mesmo espaço social e é na riqueza dos significados das notícias que são veiculadas pelos *media* que há lugar para a reprodução de sentimentos e de significados, como salienta Berger & Luckman,

“Os significados que estabelecem a *mediação* deste mundo modificam o mundo no curso da *mediação*. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é filtrado para o indivíduo através desta dupla selectividade.” (Berger & Luckman, 1973:178)

As migrações alimentam estas sociedades multiculturais e multi-étnicas, no entanto, José Fontes⁹² (2018) na Jornada de Estudos Europeus de 2018⁹³ alertava para o facto de “as questões das migrações serem um dos desafios do século XXI”.

Inúmeras vezes, uma minoria de países membros da comunidade internacional assumem através de seus governantes uma posição bastante negativa contra os migrantes,

⁹² José Fontes - Professor associado com agregação da Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade de Lisboa). Colabora ainda como investigador no Centro de I&D sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no Centro de Investigação da Academia Militar, no Instituto Português de Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa) e no Observatório Político - Plataforma de Investigação em Estudos Políticos. Eleito Académico de Número da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2014) onde foi Académico Correspondente desde 2011. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, de secretário-geral adjunto da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e de secretário do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa para os setores do Seminário Permanente dos Jovens Cientistas e do Ensino Sénior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Direito Internacional, Administração Pública, Direito Administrativo e Direito e Segurança.

⁹³ Jornada de Estudos Europeus 2018 UAB 10 de novembro de 2018.

considerando-os uma ameaça e através de políticas populistas instrumentalizam⁹⁴ o medo das migrações para chegar e manter o poder.

“O ministro da Administração Interna italiano e o primeiro-ministro húngaro não pouparam esforços para mostrarem aos seus eleitores, e à União Europeia, que a liga dos partidos e governos anti-imigração está cada vez mais forte e unida.(...)A Hungria é a prova de que os migrantes podem ser travados em terra, e é aqui que entra a missão de Salvini”, disse Orbán, para depois concluir: "Ele tem de mostrar que estes migrantes também podem ser travados no mar." ⁹⁵

As distâncias geográficas que no passado tornavam as comunicações mais lentas foram desbloqueadas pela evolução dos tempos tecnologicamente falando, criando um contacto e um intercâmbio instantâneo entre culturas. Como refere Giddens (2010) esse intercâmbio fez com que a globalização seja possível, um processo iniciado pelo contacto intercultural levando a uma mudança cultural e individual.

Temas tão fundamentais e transversais dão, naturalmente, ao papel dos *media* grande importância. Nessa medida, detêm grande responsabilidade na constituição do espaço público transnacional. Um dos principais estudos⁹⁶ que consideramos e que diz respeito a abordagens sobre refugiados é o de Vicsek, Kezsi & Márkus (2008) em que evidenciam pesquisas realizadas sobre os *media* e como representam as demais minorias como potenciais problemas ou ameaças para o país anfitrião, centrando-se essencialmente nos conflitos

“Foreign investigations have found that in most cases the media present immigration and the existence of asylum as a problem or something threatening the host country. As a result the key themes are restricting the rights of immigrants, the burden on the welfare state and the dishonesty of the migrants. Bach found that the media focus more on conflicts than on ethnic harmony; and they rarely obtain information from members of the ethnic minorities.” (Vicsek, Kezsi & Márkus, 2008:89)

⁹⁴ Anexo A9 - *Público* - “Governo Italiano ordena saída de refugiados de cidade modelo” - 15 de outubro de 2018.

⁹⁵ Anexo A8 - *Público* - “Orban foi a Itália dar força a Salvini para “travar” os migrantes no mar” - 29 de agosto de 2018.

⁹⁶ Representation of Refugees, Asylum-Seekers and Refugee Affairs In Hungarian Dailies. Disponível em:<URL:https://www.researchgate.net/publication/26575664_Representation_of_Refugees_Asylum-Seekers_and_Refugee_Affairs_In_Hungarian_Dailies (Consultado 15/06/2018).

Os *media* moldam hoje, em grande medida, a nossa percepção, aceitação ou rejeição do outro, a este respeito, diferentes narrativas sobre refugiados são produzidas dentro de um conjunto de discursos e relações de poder pré-concebidas criando, a possibilidade dos diferentes *media* influenciarem as opiniões, os valores e as percepções que as pessoas têm da realidade.

Como sublinha Denis McQuail, os *media* no seu discurso noticioso nunca operam num “vazio social”, mas sim numa teia complexa de relações sociais (McQuail, 2003:61), os *media* apresentam de forma organizada a interpretação da realidade contida nos seus discursos, podendo, muitas vezes, ser determinante na “construção social de fenómenos culturais, bem como na fundamentação das identidades e acções individuais e coletivas”. (Fernandes, 2001:40). Deste modo, os *media* podem contribuir de forma efetiva para a promoção da igualdade, assim como, potenciar uma maior integração daqueles que em outros países procuram refúgio.

Os *media* são aparelhos sociais que geram mediatizações e através delas à hierarquização do espaço público. Para grande parte da população os *media* definem os acontecimentos mais significativos que estão a decorrer, da mesma forma que oferecem também diferenciadas interpretações que possibilitam “...compreender estes acontecimentos.” (Hall, 2003:228)

Diversos são os benefícios da integração numa sociedade plural e, é através dessa integração, que se reduz a possibilidade das pessoas que pertencem às minorias étnicas se sentirem marginalizadas.

A riqueza das culturas conquistou a capacidade de transmissão além-fronteiras, as ideias culturais do Ocidente facilmente são transportadas para todo o mundo, os diferentes estados que fazem parte da União Europeia são o exemplo disso.

Têm em comum uma herança histórica, esses países, formam hoje uma amálgama de identidades e sensibilidades, que independentemente das suas diferenças partilham e usufruem da mesma mobilidade, no mesmo espaço geográfico permitindo a troca de saberes e experiências. Nesse sentido, a cultura adquirida determinará o nosso comportamento em todas as fases da vida, para Garcea “Our culture will affect and determine our behavior during all phases of our life. As human beings, we can belong to various cultural groups and, thus, we organize our value system based on the various cultural patterns we identify with.” (Garcea, 2005: 56)

O projeto da União Europeia constitui um fenómeno político sem paralelo no contexto internacional. Atualmente, encontramos uma União Europeia que atravessa

seguramente um dos momentos mais difíceis desde a sua criação e encontra desafios económicos, políticos e sociais.

Desde o início da integração europeia⁹⁷ a UE ao longo das décadas contrariou oposições teóricas, construindo uma União cada vez mais geograficamente abrangente política e economicamente complexa. Esse percurso como já aqui referido apresentou avanços e recuos começando com um grupo de 6 passando a ter uma comunidade de 28 Estados-Membros.

Assistimos também a opiniões divergentes, como recorda Conceição (2016), “...o debate científico foi caracterizado pela dicotomia entre as duas principais teorias de integração europeia, o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo, e prosseguida depois pela dicotomia entre o supranacionalismo e o intergovernamentalismo liberal.” (Conceição,2016:17)

Sobre o *neofuncionalismo*, Hass (1958)⁹⁸ define a “integração como processo de transferência de lealdade, expectativas e atividades políticas a um novo centro de poder que passa a ter jurisdição sobre o anterior, processo este, que envolveria a busca do consenso através da persuasão”. Segundo o mesmo autor, esta transferência teria a sua evolução gradual.

Na perspetiva do *intergovernamentalismo* é através das considerações de Hoffman (1982)⁹⁹ que analisa o processo de integração a partir do paradigma Estado-cêntrico, ou seja, o processo de unificação da UE numa nova perspetiva em que fazendo referência a concessões que demonstram o processo de integração regional como alternativas nacionais à interdependência crescente da economia mundial, nessa medida as instituições internacionais são tidas como alternativas para soluções dos constrangimentos que são causados pela maior interdependência económica.

Mais recentemente, teorias como o *construtivismo*, de que são exemplo Parsons (2002) e Schimmelfenning e Sedelmaier (2004), se o primeiro aborda as questões teóricas à volta da integração numa perspetiva transnacional e respetivos processos de

⁹⁷ O Tratado de Paris, assinado em 1951, estabeleceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O sucesso da CECA levou à assinatura do Tratado de Roma, em 1957, o qual instituiu a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). Inicialmente com seis membros, a União Europeia sofreu alargamentos vários, sendo constituída atualmente por 27 Estados-Membros.

⁹⁸ Haas, Ernst B. (1958). *The Uniting of Europe*. Stanford, Stanford Univ. Press.

⁹⁹ Stanley Hoffmann é o fundador do Intergovernamentalismo (oposto pelo Intergovernamentalismo Liberal de Andrew Moravcsik). Ele propõe que as instituições internacionais se devem abster de unificar federalmente os estados e que a manutenção de um processo de decisão estatocêntrico deve prevalecer.

socialização¹⁰⁰ das instituições europeias, os segundos tratam as questões do alargamento da UE. Até meados de 1990, as teorias de integração basearam-se numa oposição entre o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo evoluindo para a dicotomia entre *supranacionalismo*¹⁰¹ e o *intergovernamentalismo liberal*¹⁰².

Após esse período, houve uma evolução na forma de olhar a integração, surgiram então os defensores da escola da governança *multinível*¹⁰³, que se caracteriza por uma UE como um sistema político onde as decisões eram tomadas em vários níveis.

É necessário ter em consideração que a Europa nas décadas de 30 e 40 do século passado sofreu as consequências daquilo que conhecemos pelos efeitos da Grande Depressão mundial e como tal, provocou uma diminuição nos rendimentos das famílias, na atividade económica e, por sua vez, no comércio mundial, conduzindo ao elevado nível de desemprego, aumento da pobreza e por consequência ao aumento das disparidades.

As consequências económicas no seio da Europa seriam agravadas com a II Guerra Mundial. Muitas vezes, a crise tem a capacidade de levar a uma maior integração entre os Estados-Membros, de acordo com Mcnamara

“The history of the EU shows that crisis often-but not always-leads to increased integration. Crisis alone will not produce results unless there is the political will and creativity to respond with decisive innovation. From the initial establishment of the European Coal and Steel Community in response to the challenges of postwar reconstructions to the single-market...” (Mcnamara, 2010:4)

¹⁰⁰ Socialização é o processo através do qual o indivíduo aprende e interioriza o sistema de valores, de normas e comportamentos de uma determinada cultura, onde intervém um conjunto de agentes de socialização como a família, escola, grupo de pares, meios de comunicação, empresa ou instituições.

¹⁰¹ A supranacionalidade é a consequência do aprofundamento da integração e do spill over, uma vez que num primeiro momento existe uma integração restrita, que depois gera novas questões que traz um aprofundamento da integração por meio do spill over que gera por fim a supranacionalidade, onde os interesses regionais se tornam mais importantes que os nacionais.

¹⁰² De acordo com Moravcsik a teoria intergovernamentalista liberal procura entender quais são as pressões domésticas, grupos sociais que vão influenciar na formação da política internacional dos Estados. De forma diferente da teoria neofuncionalista que não explica e não analisa quais são os grupos que tem a capacidade de intervir nas preferências fazendo valer os seus interesses na política externa do país. Em relação ao comportamento racional dos Estados, esta teoria auxilia na discussão dos constrangimentos produzidos pelas preferências nacionais.

¹⁰³ Governança multinível é o modelo mais adequado para descrever a UE. A participação de atores públicos e privados no processo de tomada de decisão representa um fator fundamental para assegurar eficiência e responsabilidade nas atividades das autoridades públicas, que se caracteriza por um sistema de governança multinível a partir da perspectiva da distribuição vertical de competências entre as autoridades central, regional e local.

Os avanços e recuos fizeram parte de um percurso que à partida não se esperava fácil. No entanto, o processo de integração europeia prosseguiu, decorrente dos tratados fundadores das três Comunidades Europeias dos anos 50 do século XX e, hoje, na União Europeia as dúvidas prendem-se apenas com as perspectivas para os anos futuros.

Face ao exposto, assiste-se na atualidade, a uma ausência total de solidariedade entre os Estados-Membros na resolução da crise dos refugiados que “embarcam” na odisseia europeia.

Essa constatação não poderia ser mais evidente, alguns países resistem partilhar outras culturas existentes, essa posição torna-se patente nas medidas que alguns decisores políticos, optam pela edificação de fronteiras físicas, seguindo políticas anti-imigrantes, acompanhadas por políticas xenófobas, securitárias e nacionalistas, na tentativa de segregar a população, tal como refere Agier,

“(…) borders of many kinds, dotted with sophisticated control systems, high barriers (...) waiting zones for travelers without a visa, or administrative detention centers for foreigners and asylum seekers. (...) If the twentieth century in Europe was the “century of camps”, what is happening on the world scale today is the extension and greater sophistication of various forms of camps that make up a mechanism for keeping away undesirables and foreigners of all kinds – refugees, displaced, “rejected”. In a world context dominated by the national and inter-governmental obsession with controlling mobility and frontiers, it is possible to draw up an inventory of these camps.” (Agier,2011:3/4)

A Europa é feita de diversidade e de multiculturalidade. Para Fernando Machado (2002) “uma sociedade multicultural seria, ao limite, a resultante global da justaposição de um número variável de comunidades diferentes entre si e regidas internamente por algo muito semelhante a uma lógica de solidariedade mecânica” (Machado, 2002:3), o multiculturalismo está na base de qualquer tentativa de construção cultural europeia, como tal, é fundamental revalorizar as diferenças culturais e a afirmação das identidades nacionais e, nesse sentido, “O multiculturalismo é provavelmente uma das chaves do êxito, ou do fracasso, do projecto europeu.” (Wolton, 2004:71)

Para Wolton enquanto nos Estados Unidos da América o conceito é difundido em função da procura de uma organização das relações entre as diferentes culturas, na Europa

procura-se construir uma comunidade sem ponderar como garantir a preservação da multiplicidade de culturas.

De acordo com Faria, o multiculturalismo é a representação de algo que é novo, sendo "...uma nova percepção de uma realidade de alteridade e diferença nas sociedades contemporâneas." (Faria, 2004:199). O eurocentrismo, para a autora traduz a ideia que envolve determinado número de tendências e operações tendo em vista um progressivo aperfeiçoamento das instituições políticas, assim como tecnológicas de diferentes sociedades.

O diálogo entre culturas assume extrema importância, evitando situações de discriminação e intolerância para com as demais realidades, por vezes complexas nas sociedades onde coexistem diferentes crenças e identidades culturais, nesse mesmo sentido Mário Filipe recorda que, "A integração não se faz pelo apagamento, mas pela soma das diferenças é a base das relações interculturais." (Filipe, 2013:2)

O caminho apontado por Vasco Graça Moura reflete bem o que é o ideal de uma unidade

"A unidade europeia só poderá ter êxito se conseguirmos realiza-la no quadro da diversidade cultural e linguística, valorizando devidamente o que é próprio da dimensão cultural europeia: as suas raízes comuns, o imenso tecido que se formou ao longo dos séculos em todas áreas da cultura e cujas malhas se espelham e se respondem de modo caleidoscópico no espaço e no tempo."(Moura, 2013:83)

A diversidade cultural espelha a riqueza existente na Europa, o necessário diálogo intercultural reforça o respeito pela diversidade garantindo a paz, a coesão social e os demais direitos de forma a ajudar a compatibilizar as diversas realidades existentes na sociedade onde coexistem diferentes crenças e identidades culturais. Neste diálogo intercultural todos são convidados a participar e cada um é importante para que questões como a liberdade, fraternidade e igualdade façam parte do quotidiano, potenciando a máxima unidade na diversidade e, nesse sentido, Santos é bastante explícito na sua opinião

"...temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade

que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.” (Santos, 2003:56)

Esta posição é vital para o aperfeiçoamento da condição humana que é capaz de promover as mudanças necessárias ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade, neste contexto, se conhecermos alguns protagonistas e algumas conquistas do passado, com humildade, perceberemos que apenas somos o virtuoso resultado desse *Turbilhão Cultural*¹⁰⁴.

Tendo em consideração a interação entre *media* e sociedade é a interação comunicacional “mediatizada por símbolos concebidos, elaborados e legados por gerações sucessivas” (Rodrigues, 1999:22) que dá lugar à criação e a afirmação de estreitos laços sociais. No entanto, para o autor, a homogeneidade “não acarreta necessariamente uma desterritorialização generalizada, não faz com que toda a humanidade passe a ter as mesmas representações da realidade e a fazer parte de uma mesma área cultural” (Rodrigues, 1999:25), também nesta dimensão exclui a possibilidade de que todas as pessoas tenham a mesma reação perante os diferentes conteúdos dos *media*.

Nesse sentido, Santos, (2001) diz nos que “a comunicação social não diz necessariamente ao público como deve pensar, mas quais as questões da actualidade sobre as quais é importante ter uma opinião, qualquer que ela seja.” (2001:97)

Os termos cultura e comunicação surgem desde que existe a Humanidade através de agentes mediadores e transmissores de cultura, tais como a família e a educação. Fruímos da realidade existente no produto mediatizado dos *media* exercido sobre um número elevado de pessoas. De acordo com Rodrigues “a comunicação não é um produto, mas um processo de troca simbólica generalizada, processo de que se alimenta a sociabilidade, que gera os laços sociais que estabelecemos com os outros.” (Rodrigues, 1999:22)

¹⁰⁴ Morin, Edgar (1987). *Pensar a Europa*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Conclusão

Através da nossa investigação, podemos constatar que ao longo do século XXI, a opinião pública conferiu aos jornais e à televisão um papel de relevo no que se refere à informação e comunicação. Portugal e os demais países europeus beneficiaram com a realidade mediática na justa medida em que a sociedade se tornou mais exigente, mais reivindicativa e mais inconformada, mas devemos ter presente o alerta lançado,

“Um jornal, uma rádio, uma televisão não têm de assumir-se como grande educador do povo e muito menos estar ao serviço de um projeto de poder pessoal ou partidário, político ou económico, cultural ou desportivo. A qualidade e a independência de um meio de comunicação social revelam-se pelo percorrer de um caminho próprio, de acordo com os critérios deontológicos, de modo a permitir ao leitor, o ouvinte, o telespectador tire, por si próprio, as suas conclusões.” (Balsemão, 2017:39)

Um dos espaços privilegiados para a representação dos refugiados são os *media* onde a cultura pública é entendida como um conjunto de símbolos, normas e valores, e os grupos interagem num espaço público.

Concomitantemente, constatamos vários acontecimentos negativos no seio da União Europeia, o encerramento de fronteiras e a criação de muros por parte de alguns estados que têm como finalidade o impedimento da entrada de refugiados. A Europa, depara-se com desafios que a acompanham no decurso deste século sem a tão desejada solução capaz de resolver este drama que perpetua no tempo, a solidariedade flexível¹⁰⁵, um conceito destinado a mitigar as irreconciliáveis diferenças entre os estados europeus que reflete a dificuldade em gerir a crise migratória.

Constatamos, que contrariamente aos princípios que estão na base da construção da União Europeia, valores de respeito, tolerância e solidariedade há lugar em diferentes países ao sentimento de intolerância, visões xenófobas e a crescente fluidez das identidades nacionais. Ao mesmo tempo, os refugiados e as diversas nomenclaturas que os acompanham percorriam o seu trilho incerto no século XXI, facto verificável sob as

¹⁰⁵ Anexo A10 - *Público* - “De que falamos quando falamos de solidariedade europeia?” - 21 de setembro de 2018.

diferentes publicações noticiosas em que de forma reiterada mediatizam essas distintas designações.

Como refere Mendes “...os inconvenientes não são irrelevantes ou desprezíveis (...) sobretudo três inconvenientes de monta: o imediatismo; a concorrência desenfreada; a demagogia e o populismo” (Mendes, 2017 :96/7). Tais inconvenientes estiveram e estão presentes no seio da sociedade enquanto produto político, social e económico, e de igual modo, são potenciais condicionadores do poder dos *media*.

No caso específico desta pesquisa, na generalidade das notícias, os refugiados, entre outros sofrimentos enfrentam a leviandade existente na parcialidade dos estados ao seu acolhimento, visto que, são considerados ameaças económicas, sociais e políticas. Sempre que acontece uma tragédia de grandes dimensões o espaço mediático é preenchido, da mesma forma, o tema quase não tem visibilidade sempre que os *media* decidem o que deve ou não ser objeto de divulgação pública.

Podemos constatar que a ascensão e a convergência tecnológica se tornaram uma realidade no decorrer do século XX que reunia as telecomunicações a informática e a comunicação. O resultado desse progresso é o presente, que potencia comunicações de múltiplas dimensões e partilhas, um processo que comunga trocas de conhecimentos através de agentes singulares e coletivos e que constroem no quotidiano um novo espaço público.

Foi através da observação, e interpretação dos valores obtidos na investigação e na análise dos gráficos que notamos que os cidadãos nacionais mostraram um índice de confiança superior à média dos restantes cidadãos residentes nos países da UE tanto ao nível da imprensa quanto ao nível da televisão. Tais conclusões são o reflexo da análise dos valores observáveis no decurso do tempo em que a nossa investigação incidiu. De uma maneira geral, os cidadãos residentes nos países da UE demonstram um índice de confiança superior em relação a televisão se comparados com os valores obtidos na imprensa escrita. Os *media* são, hoje, íntimos, construíram progressivamente um contributo para a viabilidade e legitimação da ordem social, ultrapassando as fronteiras do tempo e do quotidiano. A comunicação social é mais do que um mero fornecedor de informação, e tal como nos relembra Cohen , “pode muitas vezes não ter sucesso quando diz às pessoas o que pensar, mas é surpreendentemente bem-sucedida ao dizer às pessoas no que pensar” (Cohen, 1963:13), logo, encontramos na comunicação a moeda de troca da Humanidade, pois concorre para o bom entendimento entre as pessoas.

Bibliografia

ACNUR (1970a). *Conference of Plenipotentiaries on the Status of Refugee and Stateless Persons: Summary Record of the Twenty-Second Meeting*. Genebra.

AGIER, Michel (2011). *Managing the Undesirables - Refugee Camps and Humanitarian Government*. Polity Press.

ALMEIDA, D. (2017). *A Situação dos Refugiados e os Direitos Humanos. Representações na Imprensa Portuguesa: o caso dos jornais Diário de Notícias e Público*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade dos Açores: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

AMANTE, M. (2017). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: ISCSP.

ANDERSON, Benedict (2005). *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa, Edições 70.

ANDRADE, José H. Fischel de (2001). “Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados”, in ARAÚJO, Nádida de LAMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.). *O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro, Renovar.

ANDRADE, José Henrique Fischel de (1996). *Direito Internacional dos Refugiados: Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro, Renovar.

AVELAR, Mário (2006). *Ekphrasis o poeta no atelier do artista*. Lisboa, Edições Cosmos.

BAKEWELL, O. (2010). *Some reflections on structure and agency in migration theory*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 36, n. 10, p. 1689-1708.

BALSEMÃO, Francisco P. (2017). *O poder político e os media*. In Maria do Céu Patrão Neves [e] Rui Sampaio da Silva (coord.), “*Ética aplicada: comunicação social*” (pp.29-62). Lisboa, Edições 70.

BERGER, P. L., **LUCKMANN**, T. A. (1973). *Sociedade como realidade in A construção social da realidade tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Editora Vozes.

BÍBLIA SAGRADA (2015). *Missionários Capuchinhos*. 1ªed.Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica.

BRANDÃO, N. G. (2016). *Os Media e o Território Televisivo*. Lisboa, Escolar Editora.

BRETON, P (1994). *A Utopia da Comunicação*. Lisboa, Instituto Piaget.

- BOURDIEU**, Pierre. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand.
- CÁDIMA**, R. e **FIGUEIREDO**, A. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Lisboa, Obercom.
- CARDOSO**, G, **ESPANHA** R. Araújo V. (2009). *“Da Comunicação em Massa à Comunicação em Rede*. Porto, Porto Editora.
- CARDOSO**, G. (2014). *O Poder de Mudar. Crise, Autonomia e Escolha*. Lisboa, Tinta da China.
- CARDOSO**, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARMO**, H., **FERREIRA**, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para a Autoaprendizagem*. Lisboa, Universidade Aberta.
- COHEN**, B.C. (1963). *The Press and Foreign Policy*. Nova Jérnia, Princeton University Press.
- CONCEIÇÃO**, Eugenia (2016). *O Futuro da União Europeia*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- COSTA**, José M. Barra da (1996). *Exílio e Asilo (A questão Portuguesa 1974-1996)*. Lisboa, Universidade Aberta, Coleção de Estudos Pós-Graduados, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais.
- COSTA**, Paula (2009). *“Imigração em Portugal: tendências recentes. Os imigrantes guineenses, ucranianos e brasileiros no mercado de trabalho português”* In Cadernos: Curso de Doutoramento em Geografia, nº1 Universidade do Porto. (pp.117-140).
- COSTA**, Paulo M. (2015). *A Cidadania, o Universalismo e a Diferença*, Revista Ciências Sociais Unisinos, Vol. 51, n.º 1.
- DIAS**, F. N. (2007). *Sistemas de Comunicação de Cultura e de Conhecimento. Um olhar sociológico*, (2ªEd.).Lisboa, Instituto Piaget.
- ESTEVES**, João Pissarra (2003). *Espaço público e democracia: comunicação, de sentido e identidades sociais*. Lisboa, Colibri.
- FARIA**, L. (2004). «A Questão do multiculturalismo nos Estados Unidos e na Europa: Semelhanças e diferenças». In CUNHA, Norberto (Coord.) *Europa, globalização e multiculturalismo: actas dos Encontros de Outono 19 e 20 de Novembro de 2004*. Encontros de Outono, Vila Nova de Famalicão, 2004. 1ª ed. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

FERNANDES, A.P (2001). *Televisão do Público- Um Estudo sobre a Realidade Portuguesa- 1993-1997*. Coimbra, Minerva.

FERREIRA, G. (2004). “Novos Media, Experiência e Identidade” in Santos; J. & Correia, J. (orgs.), *Teorias da Comunicação*. Covilhã, UBI, (pp. 211-252).

FERREIRA, G. (2012). *Que identidade nas redes virtuais? O eu flexível, entre a unidade e a fragmentação*. Escola Superior de Educação- Instituto Politécnico de Coimbra, Exerda nº2, (pp185-198, 2012).

FERREIRA, G. (2010). Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo». In I. Morgado e A. Rosas, *Cidadania Digital* (pp. 70-100). Covilhã, LabCom.

FESTINGER, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA, Stanford University Press.

FOUCAULT, M. (1994). *Dits et écrits*. Paris, Gallimard.

GARCEA, Elena (2005). “Culture as a starting point and framework for guidance and counselling – Basic concepts and perspectives”. *Multicultural Guide and Counselling*, Launikari and Puukari, II (4): (55-73). Finland, CIMO and Institute for educational Research.

GIDDENS, Anthony (2010). *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

HAAS, Ernst B. (1958). *The Uniting of Europe*. Stanford, Stanford Univ. Press.

HABERMAS, J. [1962] (1994). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society*, Polity: Cambridge.

HABERMAS, J. (1997). *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade* (volume 2). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HALL, Stuart (2003). “*The Spectacle of the Other*” in *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London, Sage, (p. 223-90).

HUNTINGTON, Samuel (1999). *O Choque de civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Lisboa, Gradiva.

JUNIOR A., MOISÉS C. (1999). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo Biblioteca Edusp de Direito 6.

KANDINSKY, W. (1990). *Do Espiritual na Arte*. Lisboa: Dom Quixote.

MACHADO, Fernando L. (2002). *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

MARTIN H, (2008). *Aux Sources de la Civilisation Européene*. Paris, Albin Michel.

MATIAS, Gonçalo S. (2014). "*Migrações e Cidadania*". Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio D'Água Editores, Lisboa.

MATTOSO, José (2001). *A Identidade Nacional*. 2ª Ed. Lisboa, Fundação Mário Soares-Gradiva.

MENDES, Luís Marques (2017). *Comunicação e Cidadania*. In Maria do Céu Patrão Neves [e] Rui Sampaio da Silva (coord.), "*Ética aplicada: comunicação social*" (pp.87-102). Lisboa, Edições 70.

McCOMBS,M, **SHAW**,D (1993). *The Evolution of the Agenda- Setting Research: Twenty- Five Years in the Marketplace of Ideas*, Vol. 43, N°2, *Journal of Communication*.

MCQUAIL, D. e **WINDAHL**, S. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MORIN, Edgar. (1988). *Pensar a Europa*. Mem Martins, Publicações Europa- América.

MOURA, V. (2013). *A identidade cultural europeia*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MOREIRA, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra, Almeidina.

NEVES, M. Patrão; **SILVA**, Rui Sampaio (2017). Na intrincação de poderes. In Maria do Céu Patrão Neves [e] Rui Sampaio da Silva (coord.), "*Ética aplicada: comunicação social*" (pp. 9-26). Lisboa, Edições 70.

PRADO COELHO, E (2004). *O Fio da Modernidade*, Lisboa, Editorial Notícias.

QUIVY, R.; **CAMPENHOUDT**, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais* (3ª edição). Lisboa, Gradiva.

RODRIGUES (1999). Adriano Duarte, Comunicação e Cultura. *A experiência cultural na Era da Informação*. Lisboa, Editorial Presença.

RODRIGUES, A., **DIONÍSIO**, E., & **NEVES**, H. (1981). "*Comunicação Social e Jornalismo*", 1º volume O Fabrico da Actualidade. Lisboa, Editora A Regra do Jogo.

ROSA, C. (2012). *Da Antiguidade ao Renascimento Científico*. 2ª Ed. (Volume I). Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

SANTOS, B. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- SANTOS, J.R.** (2001). *Comunicação*, Lisboa, Prefácio Edições.
- SANTOS, V.**(2010). A “Era do conhecimento” e as Problemáticas globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação. In I. Morgado & A. Rosas (Eds.), *Cidadania digital* (pp. 41–58). Covilhã, Livros Labcom.
- SARTORI, G.**(2002). *Puralismo, Multiculturalismo e Estranei, Saggio sulla Società Multiethnica*. Milão, BUR Biblioteca Univ. Rizzoli.
- SMITH, Anthony D.** (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa, Grávida.
- SMITH b), Anthony D.** (1998). *Nationalism and Modernism: a critical survey of recente theories of nations and nationalism*, London, Routledge.
- SOUSA, J. P.** (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed. rev.e ampliada). Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, L. e COSTA, P.** (2015). *A evolução do direito de asilo e regimes de proteção a refugiados em Portugal (1975-2015)*, Lisboa. Centro de Estudos Judiciários.
- TUCHMAN, G.** (1983). *La producción de la noticia*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili S.A.
- WOLF, M.** (1994). *Los efectos sociales de los media*, Barcelona, Paidós.
- WOLF, M.** (1999). *Teorias da comunicação*, 5ª Ed. Lisboa, Editorial Presença.
- WOLF, M.** (2001). *Teorias das comunicações de Massa*. 1ª Ed. São Paulo, Martins Fontes.
- WOLTON, Dominique.** (2004). «A comunicação e a Europa, do multiculturalismo à coabitação cultural». p. 61-73. In KASTORYANO, Riva (org.). *Que identidade para a Europa? O multiculturalismo e a Europa, O problema da identidade europeia*. Trad. João Martins. Lisboa, Ulisseia. Col. Europa.
- WOLTON, Dominique.** (1999). *E depois da Internet*. Trad. Rui Branco. Oeiras, DIFEL Difusão Editorial S.A.
- ZOLBERG, ARISTIDE, SUHRKE, ASTRI, AGUAYO, SERGIO** (1989). *Escape From Violence; Conflict and the Refugees Crisis in the Developing World*. Oxford, University Press.

Webgrafia

ACNUR(1967)-*Manual de Procedimento e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado*. Disponível em :

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado (Consultado em 06/01/2018).

ACNUR (1951) *Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em :

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados (Consultado em 06/01/2018).

ACNUR (1979) *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em :

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf (Consultado em 06/01/2018).

ARAÚJO, Rafael (2009). *O horror à guerra: uma análise a partir de Käthe Kollwitz e Goya*. Disponível em :

<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14022/10335>

BARBOSA, M. (2012). *Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva*. *Comunicação e Sociedade* 21: 231-240. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/711/632>

BRITES M (2015) *Os media e a crise de refugiados* – Agenda de Atividades. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/2293/2209 (Consultado em 05/01/2018).

FILIFE, Mário (2009) *Internacionalização da Língua Portuguesa – Uma perspetiva sobre o Global* Disponível em:

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3549/1/SIMELP2009EVORA_Uma_perspetiva_sobre_o_global.pdf (Consultado em 06/01/2018).

FILIFE, Mário. (2013) *Os desafios e o valor social e cultural da língua Portuguesa*. Congresso Internacional de Línguas e Culturas Lusófonas no Mundo, 28 e 29 de maio de 2013, Sorbonne Nouvelle, Institut du Monde Anglophone, Paris. Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3492> (Consultado em 06/01/2018)

MCNAMARA, K. (2010) *The Eurocrisis and the Uncertain Future of European Integration*. “Councilon Foreign Relations”. pp-1-6. Disponível em:

<https://www.cfr.org/report/eurocrisis-and-uncertain-future-european-integration>

SANTINHO, Maria (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de

Lisboa, Portugal

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3512>

SANTINHO, Maria (2013) *Afinal, que Asilo é este que não nos protege?* Etnografia 17(1): 5-29 Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14749>

SANTOS, Boaventura de S.; Nunes, João (2003) *A Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.*

Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf>

SOUSA, L. (1999) *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados?* Lisboa, UAB - Universidade Aberta Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2106>

THOMAN, E. & T. **JOLLS** (2004). *Media Literacy – A National Priority for a Changing World.* Center for *Media* Literacy. Disponível em: <https://www.medialit.org/reading-room/media-literacy-national-priority-changing-world>

Anexo A -20 de junho de 2013

“Cada vez que piscamos os olhos, há uma pessoa que foge” do seu país

Refugiados

O conflito na Síria é o principal motivo para o aumento do número de refugiados e deslocados, o maior em 20 anos

Há 20 anos que o número de pessoas obrigadas a fugir do seu país não era tão elevado, disse o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, liderado pelo antigo primeiro-ministro português António Guterres. Com 7,6 milhões de novos refugiados e deslocados em 2012, o ACNUR contabilizava no final do ano 45 milhões de pessoas em fuga devido a conflitos.

Este número já está desatualizado: não inclui os refugiados sírios dos últimos seis meses. Em Março deste ano, havia já mais de um milhão de sírios que tinham abandonado o país devido à guerra civil. Na mesma altura, Guterres dizia que, se a tendência se mantivesse, o número de refugiados sírios (na maioria, são crianças) iria “duplicar ou triplicar” até ao final de 2013.

Entretanto, a ONU estima em 1,6 milhões os sírios refugiados nos países vizinhos – pelo menos mais 3 milhões de sírios são refugiados internos. “No fim do ano, metade da população síria, 10 milhões, es-

tará deslocada ou precisará de ajuda urgente”, afirmou ontem a actriz Angelina Jolie, embaixadora da boa vontade do ACNUR, durante uma visita a Zaatari, o maior dos vários campos de refugiados sírios na Jordânia.

O Afeganistão é o campeão mundial dos refugiados, cenário que não muda há 32 anos. É o país que mais contribui para as estatísticas; 95% dos refugiados afegãos estão no Paquistão e no Irão. De resto, 55% dos refugiados são provenientes de cinco países: Afeganistão, Somália, Iraque, Síria e Sudão. Mesmo sem contar com os novos refugiados, a Síria entraria já nesta lista negra.

“São números verdadeiramente alarmantes. Reflectem o sofrimento individual em larga escala e as dificuldades da comunidade internacional para prevenir conflitos e promover soluções duradouras”, disse Guterres. Os 7,6 milhões de novos refugiados e deslocados significam que há uma pessoa que foge da catástrofe no seu país de origem a cada 4,1 segundos. “De cada vez que piscamos os olhos, há mais uma pessoa que se sente obrigada a fugir”, sublinhou o líder do ACNUR.

Depois dos afegãos, 25% do total de refugiados no mundo, os que mais engrossam a estatística são os somalis, de acordo com o relatório agora divulgado, na véspera do Dia Mundial do Refugiado.

45,2

milhões de pessoas estavam deslocadas ou refugiadas em 2012, o maior número registado desde 1994

4,6

milhões de sírios fugiram das suas casas. Três milhões estão deslocados; 1,6 milhões fugiram para países vizinhos

46%

dos refugiados são menores de 18 anos; em 2012, um recorde de 21.300 pedidos de asilo foram feitos por crianças não acompanhadas pelos pais

81%

dos refugiados de todo o mundo encontraram refúgio em países em desenvolvimento

Fonte: Jornal Público p. 27

Rede de imigração ilegal de sírios não está a ser alvo de investigação

Passaportes. Ministério Público e SEF não abriram inquéritos ao caso dos 74 sírios que entraram em Portugal ilegalmente. Justificação das autoridades é que se trata de pedido de asilo. Mas há crimes em causa que ficam por investigar

VALENTINA MARCELINO

Nem o Ministério Público (MP) nem o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) estão a investigar a rede de auxílio à imigração ilegal que apoiou os sírios que entraram em Portugal no ano passado, confirmaram ao DN fontes oficiais de ambas as entidades. O caso mais recente foi o dos 74 sírios que chegaram ao aeroporto da Portela em dezembro último, provenientes da Guiné-Bissau. Pelo menos dois crimes se revelaram, suscetíveis de serem investigados e cuja responsabilidade fica assim por apurar: falsificação de documentos, porque todos tinham passaportes turcos falsos; e auxílio à imigração ilegal por parte de quem lucrou no apoio à sua vinda para a Europa. Os países por onde passou este grupo, Turquia, Marrocos e Guiné Bissau, ficam também impedidos de exercer a sua soberania para travar a ação das redes criminosas porque não lhes foi solicitada colaboração policial.

A justificação dada por fonte autorizado do SEF é que, a partir do momento em que um estrangeiro pede asilo, como foi o caso daqueles refugiados, não é aberto nenhum inquérito. "Estaria a ser posta em causa a salvaguarda da vida das pessoas e esse é um interesse maior", explica este dirigente. Além disso, salienta ainda, "não foram cometidos crimes em território nacional e, portanto, qualquer investigação a ser aberta seria noutro país".

Sem cooperação internacional

No entanto, fontes de investigação criminal ouvidas pelo DN estranham este procedimento. "Os refugiados, enquanto vítimas ficam isentos de responsabilidade criminal, ficando demonstrado que não tiveram outro papel, mas é inconcebível que não haja, pelo menos, um processo de averiguações, como pedidos de cooperação policial aos estados envolvidos, para se apurar a origem da rede, o *modus operandi* e quem lucrou com este crime. Os países também foram usados pela rede criminosa e podem partilhar informação entre si", defende um ex-inspetor do SEF com experiência nestas matérias, que pediu anonimato.

No caso dos 74 sírios houve, pelo menos, a constatação de apoios a este grupo de imigrantes ilegais em três países: a Turquia, onde terão obtido os passaportes falsos, alguns diplomáticos; Marrocos, em



SEF tem intercedido cada vez mais cidadãos sírios a entrar ilegalmente no território português

cujo aeroporto Internacional de Rabat, fizeram escala sem que tivessem sido controlados; e na Guiné-Bissau, onde estiveram instalados durante pelo menos uma semana, com evidente apoio de operacionais locais desta rede criminosa transnacional.

Mas, apesar de o SEF ter tido conhecimento antes da sua chegada a Lisboa, de que os sírios viajavam com documentos falsos, podendo

recusar-lhes a sua entrada, como acontece anualmente com dezenas de outros estrangeiros e, nesse caso, abrir um inquérito, segundo a mesma fonte autorizada do SEF, foi entendido aceitar os pedidos de asilo.

Asilo é palavra mágica

"Não havia condições para os obrigar a regressar ao país de origem. Ninguém compreendia

uma atitude dessas por parte do SEF com este tipo de refugiados", esclarece, acrescentando que "a 'palavra mágica' é mesmo o pedido de asilo".

No caso de Marrocos, este país tem até um acordo especial de cooperação policial com Portugal, França e Espanha - no âmbito do grupo G4 - que tem o combate ao auxílio à imigração ilegal como uma das prioridades.

O DN questionou o Ministério da Administração Interna sobre que diligências tinham sido efetuadas junto às autoridades de Rabat em relação ao caso dos sírios que entraram ilegalmente em Portugal e que medidas estavam a ser consertadas entre os dois países para prevenir outros fluxos desta natureza, mas o gabinete de Miguel Macedo não respondeu às questões.

IRANIANO

Passaportes falsos portugueses no Kuwait

As autoridades do Kuwait estão a investigar um homem iraniano que será o responsável pela venda de passaportes portugueses falsos a cidadãos sírios. No dia 1, uma mulher síria, com duas crianças, foi detetada no aeroporto do Kuwait com passaportes portugueses fraudulentos. A mulher confessou que tinha comprado os documentos em Teerão e que o iraniano com quem fez negócio tinha viajado no mesmo avião para o Kuwait.

Síria lidera fraudes de documentos detetadas pelo SEF em 2013

ocorrências. No ano passado, a interceção de pessoas com documentos falsos registou um forte aumento de cidadãos originários da Síria

A Síria é a nacionalidade que registou maior número de ocorrências, entre janeiro e outubro de 2013, em matéria de documentação fraudulenta detetada pelo SEF. São cada vez mais as pessoas originárias deste país que são detetadas a entrar em Portugal com documentação fraudulenta. Foi registado um aumento de interce-

ções com os portadores de nacionalidade síria, 68, na posse de documentos furtados em branco (32), passaportes alemães (5), autorizações de residência gregas (22) e autorizações de residência alemãs (5). Estes dados ainda não incluem os 74 sírios que chegaram em dezembro.

Esta situação deve-se à guerra civil em que mergulhou a Síria, provocando a saída do país de milhares de pessoas, sendo o território europeu o objetivo normalmente perseguido. Desde janeiro de 2011 que o regime de Bashar El Assad tem sido fortemente contes-

tado, sem dar sinais de cedências. Este braço-de-ferro traduz-se em conflito militar entre poder e rebeldes, com milhares de mortes.

A maioria das pessoas que chega à Europa são de classe média. É necessário ter dinheiro para obter a documentação, mesmo fraudulenta. No caso dos 74 sírios que pediram o asilo a Portugal, após terem passado por Marrocos e Guiné-Bissau, havia famílias completas, com pessoas com profissões como médicos. Portugal não seria o destino final da maioria e alguns foram mesmo apanhados a tentar sair do país.

A crise de refugiados na Europa “é uma crise de solidariedade”

Pouco mais de 200 requerentes de asilo na Grécia e Itália foram até agora acolhidos noutros Estados-membros. Comissão vai apresentar medidas para tentar acelerar este processo

Cineira europeia
Sofia Lorenna

Entre Janeiro e Novembro deste ano chegaram por via legal à União Europeia 1,5 milhões de pessoas, o maior número de sempre. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), perto de 80% têm condições para pedir asilo e receberem estatuto de refugiados. Mais de metade chegou à Grécia (842 mil) e Itália (159 mil), as duas grandes portas de entrada. Os Estados-membros da União Europeia concordaram acolher 160 mil destas pessoas, mas até agora apenas 203 foram recebidos noutros países.

A Comissão Europeia aprovou nos últimos dias uma série de recomendações que vai apresentar na cineira de hoje e amanhã. O objectivo é acelerar o processo de “recolocação”, o que implica aumentar o número de centros de registo e triagem (*hotspots*) nas ilhas gregas e italianas – até agora há um a funcionar em cada país, em Lesbos e Lampedusa.

Outras medidas visam a melhoria do controlo das fronteiras externas da União, incluindo a criação de uma guarda europeia costeira e de fronteiras e o aumento dos controlos de identidade aos cidadãos comunitários que saem do espaço Schengen no regresso a casa – para impedir casos como os dos envolvidos nos atentados de Paris, cidadãos com passaportes europeus e que tinham passado pela Síria.

Houve 940 mil pedidos de asilo nos países da UE até Novembro (mais 300 mil do que em 2014 e mais do dobro do ano anterior), mas faz sentido que se batam recordes. Afinal, o mundo está a braços com a maior crise de refugiados desde que o ACNUR existe. Há mais de 60 milhões de pessoas deslocadas por conflitos dentro dos seus países ou refugiadas, e a esmagadora maioria está em países em desenvolvimento.

“O momento dos grandes discursos acabou, tem de começar a fase da concretização”, afirmou num en-

contro com jornalistas europeus a eurodeputada Kshetu Kyenge, do Partido Democrático Italiano. Muito crítica da Comissão e dos Estados-membros, Kyenge lembrou que sempre houve fluxos de pessoas a chegarem ao seu país e que nunca foram tomadas medidas de fundo.

Em resposta a uma pergunta do PÚBLICO sobre a inexistência de rotas legais e seguras – o que leva pessoas desesperadas e pagar a contrabandistas e a arriscar a vida em perigosas viagens –, Kyenge defendeu a criação de “corredores humanitários”. “O problema é exactamente esse. Não há alternativas legais, rotas seguras e é isso que temos de oferecer”, afirmou no mesmo encontro outra italiana, Laura Ferrara, do Movimento Cinco Estrelas.

“Temos um sistema de asilo na UE, mas não há formas legais de aceder a esse sistema. Esperamos que as pessoas descubram uma forma de cá chegar e todos os dias há gente a morrer”, diz a alemã Ska Keller, dos Verdes alemães.

Até agora, oficialmente, 3671 refugiados ou imigrantes morreram desde o início do ano no Mediterrâneo. As ONG que trabalham nos locais de chegada estimam que o número seja muito maior e que muitos mortos fiquem por contabilizar. Uma realidade que só pareceu entrar finalmente na cabeça dos líderes europeus quando a imagem de Alan Kurdi, de três anos, afogado numa praia da Turquia no início de Setembro, apareceu nas capas de jornais de todo o mundo. Muito foi anunciado desde então, mas pouco concretizado.

Antecipar e não reagir

Por exemplo, segundo o eurodeputado José Manuel Fernandes, co-redactor do Orçamento europeu de 2016, “dos 500 milhões prometidos pelos Estados-membros para gerir a crise síria, só 49 milhões foram efectivamente disponibilizados” até agora. “O problema não é da Grécia nem da UE. Em vez de reagirmos, temos de começar a antecipar”, defende. Na verdade, essa é a grande questão colocada por quem trabalha no ter-



Refugiados a caminhar da Macedónia para a Grécia em Agosto

no. Com a guerra na Síria a provocar mais de quatro milhões de refugiados e as condições de vida nos países vizinhos cada vez mais difíceis para estas pessoas, era óbvio que acabariam por tentar chegar à Europa.

Agora, de facto, é difícil lidar com a chegada de tanta gente sem que isso tenha sido acautelado. E os países não têm exactamente elado mostras de solidariedade. “Há países que recebem muito dinheiro da UE através dos fundos estruturais e depois não são capazes de ajudar a resolver problemas”, acusa o eurodeputado português do PSD. “Temos de insistir na obrigatoriedade”, defende a socialista francesa Sylvie Gullhaume.

Em Junho, o Conselho Europeu recusou um sistema de quotas pro-

posto pela Comissão para distribuir 40 mil sírios e eritreus que estão na Grécia e Itália, para além de 24 mil refugiados indicados pela ONU. Em vez disso, os países ficaram de fazer ofertas e decidiram que poriam em prática o acordado em dois anos. A discussão na cineira de Junho durou 12 horas e terminou de madrugada, com o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, a afirmar que “reuniões nocturnas não permitem tomar boas decisões”.

Dois bons sinais dos últimos dias são a chegada a Portugal de 24 pessoas vindas de Roma e Atenas, prevista para hoje, e o anúncio, pelo Reino Unido, de que vai cumprir a promessa de realojar mil refugiados sírios vulneráveis até ao Natal – es-

tes não vêm da Itália nem da Grécia, mas integram o programa de reinstalação do ACNUR, que traz pessoas dos países vizinhos da Síria.

Várias crises

Para José Manuel Fernandes, esta “é uma crise de liderança”. Ska Keller, que integra a comissão do Parlamento Europeu para o mecanismo de recolocação de refugiados, diz que “é uma crise de solidariedade”. “Há falta de solidariedade em todo o lado, não é só nos países do Leste”, afirmou, depois de uma discussão sobre países que recusam receber requerentes de asilo, como a Eslováquia, e o tratamento que recebem noutros. “Se a Hungria põe as pessoas na prisão, é normal que elas

Fonte: Jornal Público p. 22-23

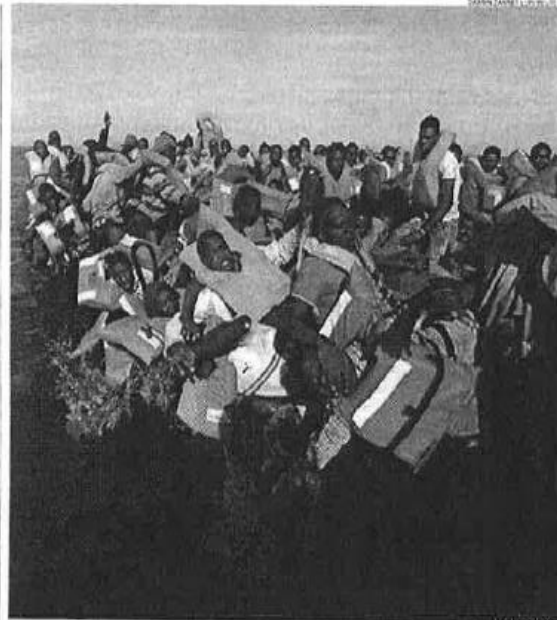
A Europa, a história e a crise

João Arriscado Nunes

Não surpreende que na UE as tensões e conflitos internos tenham a expressão mais visível nas respostas da União e dos Estados-membros à chamada 'crise dos refugiados'

O momento atual de crise social, política, financeira e económica tem vindo a ser comparado com o período de entre as duas guerras mundiais, procurando chaves para a compreensão de fenómenos como a (re) emergência de uma extrema-direita e de movimentos de perfil nacionalista e xenófobo que têm ganho posições nos governos e parlamentos das democracias liberais, em particular dos países da União Europeia e dos Estados Unidos. É possível, certamente, questionar a falta de rigor histórico ou as simplificações que muitas vezes marcam essas comparações. Mas elas têm o mérito de convidar a situar os problemas atuais num quadro histórico mais amplo. Os sinais explícitos de divisão interna na União Europeia e no interior dos seus países-membros sobre as políticas de imigração, de legalização de imigrantes e de acolhimento de refugiados aparecem como um sintoma de tensões e de contradições que atravessaram desde o início o processo de integração europeia. Encontram raízes no silenciamento ou na marginalização de aspectos centrais da própria história da Europa e da relação desta com o mundo fora do seu espaço -- como a longa história do colonialismo -- e que, em momentos de crise, vêm assombrar a memória oficial do projeto europeu. Por isso é pertinente trazer à reflexão a afirmação de Walter Benjamin, em 1940, de que "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie".

O século XX assistiu a dois dos mais brutais conflitos da história, que tiveram a sua origem e o seu principal cenário numa Europa que se apresentava como o berço da civilização moderna e do progresso. Nas três décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, a Europa ocidental conheceu um período de paz e de reconstrução e ressurgimento económico nos países que haviam sido devastados pela guerra. O modelo político-económico que o sociólogo Wolfgang Streeck designou como "capitalismo democrático" procurou mostrar a possibilidade de compatibilizar



o capitalismo com a democracia liberal. Os sucessos mais visíveis desse modelo, contudo, não devem fazer esquecer os momentos de crise que se manifestavam



Os Estados são hoje subordinados a um poder financeiro que se sobrepõe às escolhas democráticas dos cidadãos



explicitamente através do que Streeck chama "os conflitos de distribuição", e as contradições em que assentava o modelo, tais como a dependência de combustíveis fósseis, que viria a tornar-se um aspeto central da crise ecológica, ou as relações neocoloniais com os países que acederam à independência durante aquele período.

Na viragem para o século XXI, a Estratégia de Lisboa e o chamado "Modelo Social Europeu" procuraram

relançar o projeto de uma Europa que pretendia tornar-se, no espaço de duas décadas, a mais dinâmica e inovadora economia baseada no conhecimento, oferecendo ao mesmo tempo o máximo de proteção social, ambiental e de saúde aos seus cidadãos. Os anos seguintes mostraram a fragilidade desse projeto, perante o avanço da dinâmica neoliberal. Os Estados soberanos são hoje subordinados de facto a um poder financeiro que se sobrepõe às escolhas democráticas dos cidadãos; a promiscuidade entre poder económico e financeiro e poder político tende a ser normalizada, apesar das proclamações sonantes que denunciam a corrupção; os direitos sociais e económicos passam por um processo de erosão e de recuo sem precedentes; serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação ou a energia, são privatizados total ou parcialmente, submetidos a lógicas de concorrência e de gestão inspiradas nas práticas do setor privado; a defesa dos direitos dos cidadãos é sacrificada a uma deriva securitária que designa como ameaças os imigrantes e refugiados, os que procuram abrigo e asilo nessa Europa que os havia atraído, abrindo assim caminho ao crescimento do racismo, da xenofobia e de todas as formas

de rejeição da diferença e alimentando as forças de extrema-direita.

Não surpreende, por isso, que as tensões e conflitos internos na União Europeia encontrem hoje a sua expressão mais visível nas respostas da UE e dos seus Estados-membros à chamada "crise dos refugiados". Mas esta não explica a crise mais ampla e profunda que atravessa a União Europeia e o projeto europeu. Um relatório recente divulgado pelas Nações Unidas mostrou a desproporção entre o volume dos fluxos de imigrantes e de refugiados que nos últimos anos têm procurado chegar à Europa e as proclamações de alguns governos acerca da alegada invasão por hordas vindas do outro lado do Mediterrâneo, que ameaçariam uma Europa indefesa perante uma ameaça à sua identidade e à sua civilização. As migrações foram sempre parte dos processos históricos que criaram a Europa de hoje e os Estados que a constituem, mas também da criação de um mundo moderno em que as histórias da Europa se entrelaçam com as histórias desse "resto do mundo" de que uma grande parte era, até há meio século, dominado pelos impérios coloniais europeus.

Hoje, a proclamação dos princípios da solidariedade, da dignidade e dos direitos humanos tem como reverso a transformação do Mediterrâneo num imenso cemitério, ou as medidas de criminalização dos imigrantes indocumentados e dos candidatos a refugiados, assim como do apoio a estes que estão a ser adotadas em vários Estados-membros da UE. Outras respostas à situação dos imigrantes e refugiados, que respeitem a sua dignidade e os seus direitos, passam por uma abertura às interpelações dos povos, comunidades e populações do mundo que procuram na Europa um refúgio seguro e que confrontam a Europa com os princípios que proclama, com eles aprendendo novos idiomas, saberes e práticas da solidariedade.

Investigador do Centro de Estudos Sociais e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A opinião aqui veiculada é da responsabilidade dos investigadores, não constituindo qualquer posição oficial do Centro de Estudos Sociais

CEB — Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
www.ces.ucp.pt

Escreve à sexta-feira



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Fonte: Jornal Público p.40

Naufrágios ao largo da Líbia fazem pelo menos 240 mortos e desaparecidos

Refugiados

Os números não são ainda exactos, mas de acordo com as Nações Unidas existem mais de duas centenas de mortos e desaparecidos

Nas últimas 48 horas, pelo menos 240 imigrantes e refugiados morreram ou estão desaparecidos no Mediterrâneo, depois de dois naufrágios ao largo da Líbia, avançou uma porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Inicialmente, as autoridades referiram a existência de 110 mortos na sequência do naufrágio de uma embarcação no mar Mediterrâneo on-

tem, mas um outro acidente com um bote de borracha, na quarta-feira, levou a rever o número de vítimas, que aumentou para mais de duas centenas: segundo os ocupantes que foram salvos pela Marinha italiana, cada barco teria entre 150 a 170 pessoas a bordo.

"As duas embarcações eram botes de borracha que estavam a abarrotar de imigrantes e que não resistiram à força da ondulação provocada pelo mau tempo. Estimamos que transportassem mais de 300 pessoas", disse o porta-voz da Organização Internacional para as Migrações, Leonard Doyle. Segundo o mesmo responsável, apesar de todos os esforços, a operação de resgate no mar coordenada pela Guarda Costeira italiana, e que envolveu cinco navios

de salvamento, só conseguiu evitar o afogamento de 58 pessoas.

Os sobreviventes explicaram também que as medidas tomadas recentemente pela União Europeia, em termos de política migratória e de patrulhamento marítimo, esfarão a pressionar os grupos que se dedicam ao contrabando de seres humanos no Mediterrâneo. Segundo disseram, os contrabandistas avisam os candidatos a asilo de que, depois da conclusão das missões de treino das autoridades europeias, quem for resgatado em alto mar será devolvido à Líbia e não transportado para a costa italiana. E, por isso, muitos concordam fazer a viagem em condições meteorológicas adversas.

Além disso, com a destruição dos barcos de pesca usados por estas re-



Foram resgatados 58 naufragos

des, cada vez mais são embarcações que não garantem as condições mínimas de navegabilidade em alto mar que transportam os imigrantes.

O alto-comissário para os Refugiados, Filippo Grandi, exprimiu a sua "profunda tristeza" perante mais uma tragédia que poderia ser evitada, se mais países europeus respeitassem os programas de acolhimento de refugiados. Assim, notou, os imigrantes continuam a arriscar a vida no Mediterrâneo.

Em Outubro, 27.388 imigrantes desembarcaram em Itália. Desde o início de 2016, já foram 158 mil. Este ano morreram cerca de 4200 refugiados ao tentar atravessar o mar Mediterrâneo, mais do que as 3777 mortes registadas durante todo o ano anterior.

Fonte: Jornal Público p.21

UE viola os seus princípios ao “fechar os olhos” a abusos sobre imigrantes, diz Amnistia

Refugiados
João Manuel Rocha

Ideia de que a maior parte dos que procuram a Europa o fazem por razões económicas é um “mito”, considera organização

Os países europeus estão a ignorar as suas obrigações em matéria de direitos humanos e a UE “parece ter abandonado os seus princípios fundadores e valores, ao fechar os olhos” aos abusos cometidos sobre imigrantes e refugiados nas suas fronteiras. A acusação é da Amnistia Internacional (AI), que, num relatório divulgado ontem, procura desmontar “mitos” e acusa a UE de “políticas e práticas” que entende estarem na origem de tragédias em que regularmente milhares de pessoas perdem a vida, ao tentarem chegar à Europa.

A organização de direitos humanos socorre-se de dados do projecto jornalístico *The Migrants Files* para quantificar a dimensão da tragédia que tem custado inúmeras vidas: pelo menos 23 mil pessoas desde 2000. Só nos primeiros cinco meses de 2014, mais de 170 homens, mulheres e crianças morreram nos mares Mediterrâneo e Egeu e teme-se que centenas de desaparecidos tenham também morrido.

“Muitos dos que morreram estavam claramente a procurar escapar à violência e perseguição, como quase 60% dos que cruzaram o centro do Mediterrâneo irregularmente em 2013, provenientes da Síria, Eritreia e Somália”, denuncia a Amnistia.

Ao contrário dos “mitos” sobre o assunto, a Amnistia Internacional sustenta que a maior parte dessas pessoas não são imigrantes económicos, mas fogem da violência. Os factos, sublinha, comprovam-no: 48% das entradas “irregulares” e 63% das pessoas que chegaram de forma “irregular” à Europa em 2013 por mar vieram da Síria, Eritreia, Afeganistão e Somália, países com conflitos armados.

No caso da Síria, desde o início da guerra civil, em 2011, até Abril de 2014, só 96 mil dos mais de 2,8 milhões que tiveram de deixar as suas casas tinham recebido protecção na Europa.

Invocando dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a AI destaca que a maior parte dos que têm de abandonar as



Nigeriano que pediu asilo na Suécia torturado por ser homossexual

23

mil pessoas terão morrido a tentar chegar à Europa desde 2000, segundo o projecto jornalístico *The Migrant Files*, em que se baseia a Amnistia

96

mil dos mais de 2,8 milhões de sírios obrigados a deixar as suas casas por causa da guerra civil no seu país encontraram refúgio e protecção na Europa

zonas em que vivem permanecem nas regiões de origem. Os países que, no final do ano passado, acolhiam maior número de refugiados eram, recorda, Paquistão, Irão, Líbano, Jordânia, Turquia, Quênia, Chade, Etiópia, China e Estados Unidos.

Palavras e actos

A AI acusa a UE de ter construído uma “fortaleza cada vez mais impenetrável” para manter à margem imigrantes, “independentemente dos seus motivos” e “sem olhar às soluções desesperadas” a que muitos recorrem para fugir dos lugares onde a sua vida corre perigo. Essas políticas incluem uma dimensão de *outsourcing* – a procura de acordos com países vizinhos para barrar a entrada de imigrantes e entendimentos sobre repatriamento.

Para além das políticas europeias comuns, a Bulgária, a Espanha e a Grécia adoptaram “medidas drásticas” para travar a chegada de imigrantes, submetendo-os a maus

tratos por guardas fronteiriços e guardas costeiros. Ao expulsá-los, colocam-nos em situações de “grave risco”, denuncia a AI.

Apesar de críticas específicas a esses países, a organização considera que a “responsabilidade pela construção da Fortaleza Europa e pelos abusos nas fronteiras” não é apenas, nem principalmente, dos Estados com fronteiras a sul ou a leste. A responsabilidade é tanto desses Estados como dos do Norte – as “terras proibidas” aos imigrantes –, que pressionam a UE a fechar fronteiras e levam essa agenda às instituições europeias.

A Amnistia denuncia o contraste entre as palavras de tristeza e solidariedade expressas pelos líderes europeus em momentos como a tragédia que, em Outubro de 2013, causou a morte a mais de 400 pessoas ao largo da ilha de Lampedusa, Itália, e a prática. “O foco dos decisores da Europa permanece na exclusão: construir cercas mais altas, instalar mais equipamentos de vigilância e aumentar o policiamento das fronteiras. Isso força as pessoas a seguirem rotas cada vez mais perigosas”, acusa.

A AI apela aos países europeus para que reavalem as suas políticas migratórias e de refugiados e tenham em conta as razões pelas quais milhares de pessoas arriscam a vida, recorrendo, no caso dos que se deslocam por via marítima, a embarcações sem condições para navegar.

Recomenda também a criação de formas seguras e legais de refugiados poderem chegar à Europa e apela ao fim do *outsourcing* de controlo migratório feito por países vizinhos que não garantem os direitos dos migrantes.

AMEAÇA TERRORISTA

Para salvar Schengen, União Europeia reforça controlos nas fronteiras externas

Ministros do Interior e da Justiça dos Estados-membros aprovam verificação mais apertada da identidade dos cidadãos europeus que entram e saem pelas fronteiras que definem o espaço Schengen

Ana Fonseca Pereira

Os ministros do Interior e da Justiça europeus chegaram ontem a acordo para blindar, desta vez sem demoras, a segurança das fronteiras externas da União Europeia (UE). Os cidadãos comunitários vão passar a ser sujeitos aos mesmos controlos reforçados de identidade que, até agora, eram obrigatórios apenas para os oriundos de países terceiros. Os Vinte e Oito querem também que, "até ao final do ano", seja aprovado o registo europeu de passageiros aéreos, que há anos é discutido em Bruxelas.

"Não podemos esperar por outra tragédia. Temos de demonstrar que a união das democracias é mais forte do que o terrorismo", disse o ministro do Interior francês, Bernard Cazeneuve, que chegou à reunião extraordinária do Conselho de Ministros da UE, em Bruxelas, dizendo que a Europa "perdeu demasiado tempo". Tempo gasto a discutir medidas que já deveriam estar a ser aplicadas, tempo que passou sem que tenham sido cumpridas as promessas de cooperação feitas após os atentados de Janeiro em Paris.

Agora, que a UE se confronta com uma crise de refugiados sem precedentes e que Jihadistas com passaportes europeus voltaram a furar a vigilância comunitária, o sentimento de urgência parece finalmente ter-se instalado e, um após outro, os líderes dos Estados-membros dizem que só reforçando as fronteiras externas será possível garantir a livre circulação entre os países do espaço Schengen.

"A voz da França foi ouvida", assegurou o Comissário Europeu para os Assuntos Internos, Dimitris Avramopoulos, saudando a unanimidade com que os Vinte e Oito acolheram as propostas para o reforço da segurança e da cooperação policial.



Além do controlo de fronteiras, em Bruxelas discutiu-se necessidade de melhorar cooperação policial

Com "efeito imediato", as polícias fronteiriças vão passar a controlar de forma mais rigorosa a identidade de todos os que entram ou saem do espaço Schengen, uma medida que se aplicará "aos indivíduos que gozam de liberdade de circulação". Em causa não está apenas a verificação visual dos passaportes – já efectuada – mas o cruzamento dos dados dos documentos "com as bases de dados nacionais e europeias", tais como os ficheiros da Europol e o Sistema de Informação de Schengen (SIS), que reúne informações sobre pessoas procuradas, sob vigilância policial ou impedidas de entrar em território europeu. Uma medida que, se estivesse já em vigor, poderia ter travado Abdelhamid Abaaoud, o belga que terá sido o mentor dos ataques em Paris e de um punhado de outras conspirações terroristas em solo europeu, que conseguiu re-

gressar da Síria sem ser detectado.

Mas para tornar este controlo "verdadeiramente sistemático e obrigatório" para todos os europeus, é necessário mexer no Acordo de Schengen. Respondendo ao pedido dos ministros, a Comissão Europeia anunciou que vai apresentar "até ao final do ano" uma proposta de revisão que incidirá sobre o artigo 7.2, aquele que que limitava estas verificações aos cidadãos extracomunitários.

A iniciativa terá de ser aprovada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, o que, segundo uma fonte ouvida pelo *Le Monde*, pode demorar meses. Será depois preciso equipar todas as fronteiras com os meios tecnológicos necessários ao cruzamento de dados, o que é sobretudo difícil no caso das fronteiras terrestres. "Não é uma coisa evidente", disse ao jornal francês um diplomata europeu, lem-

brando que só na Grécia "há milhares de postos fronteiriços que precisam de ser equipados".

Os ministros do Interior e da Justiça chegaram a acordo, desta vez por unanimidade, para a aprovação "até ao final de 2015" do já famoso – mas nunca concretizado – registo europeu de passageiros (conhecido pela sigla inglesa PNR, *plane name record*). Trata-se de um vasto ficheiro, semelhante ao que foi criado pelos Estados Unidos após o 11 de Setembro, que visa recolher os dados dos passageiros de todos os voos de e para a UE. As companhias aéreas guardam já boa parte destas informações e alguns países europeus criaram listas próprias, mas a criação de um ficheiro único europeu, actualizado em tempo real, levanta questões de privacidade que arrastam há anos a discussão no Parlamento Europeu.

Acolhendo as propostas de França, que é um dos países que mais tem lutado pela criação do PNR, o Conselho de Ministros da UE defende que o registo deve incluir os dados dos "voos internos" e permitir que os registos sejam guardados "por um tempo suficientemente longo" – Paris tinha proposto um ano, a versão discutida em Estrasburgo previa apenas um mês.

Os ministros decidiram também reforçar o mandato da Frontex, a agência europeia de fronteiras, e reforçar a legislação europeia de combate ao tráfico de armas de fogo – a directiva europeia vigente tem já 25 anos.

Mas em Bruxelas ficou também dito que nenhuma destas medidas servirá para travar novos atentados se a cooperação entre forças de segurança e serviços de informação não for melhorada – Paris apontou já baterias à Bélgica, onde terão sido organizados os últimos atentados. "Os países europeus devem trabalhar mais em equipa, ser menos egoístas com as informações de que dispõem", disse o ministro do Interior italiano, Angelino Alfano.

Fontes diplomáticas ouvidas pelo jornal espanhol *El País* afirmam que até agora a cooperação entre as secretarias europeias "funciona estritamente com base na reciprocidade". O *Le Monde* adiantou, por seu lado, que há Estados-membros que não actualizam regularmente os dados no SIS e que "há cinco ou seis países" que nunca usam esta base de dados.

No início da reunião, Avramopoulos chegou a sugerir a criação de uma "Agência Europeia de Informação", um embrião de um serviço de informações comuns, mas a ideia foi rapidamente afastada pelo ministro alemão. "Não deveríamos gastar energias" com esta discussão, afirmou Thomas de Maizière, dizendo que muito dificilmente os Estados "poderiam renunciar à sua soberania nacional" numa matéria tão sensível.

Fonte: Jornal Público p.4

REFUGIADOS |||► Conselho Português junta especialistas de um fenómeno cada vez mais global |||► Sampaio lamenta que Portugal não ajude mais cidadãos que têm de fugir do seu país

UE recebe poucos refugiados

Há refugiados um pouco de todo o Mundo e em muitos cantos do Mundo, num total estimado entre 25 a 30 milhões. A aposta numa política europeia comum para os refugiados e a sua necessidade foram postas em relevo por Frisco Roscam Abbing, da Comissão Europeia, um dos oradores, ontem, na sessão de abertura do VI Congresso do Conselho Português para os Refugiados.

Sendo a União Europeia(UE) agora ainda maior com os seus 25 membros, Frisco Abbing historicou os processos de convergência das políticas dos estados-membros, no pressuposto de que entendimentos comuns relativamente a esse delicado tema darão a cada um dos países da UE mais do que "vantagens técnicas".

Contudo, ressaltou que as vantagens de procedimentos comuns só serão efectivas quando a convergência já não se traduzir, de facto, num período de transição. "Estamos agora num importante período



"Ninguém gosta de ser refugiado", ouviu-se dizer no debate

de transição, implementação e avaliação de medidas correntes", disse.

O apoio da UE a refugiados carece, evidentemente, de dinheiro. O orçamento da UE perspectivado para 2007-2013 prevê "fundos substanciais" para aplicação dos princípios de solidariedade entre os estados-membros e para desenvolvimento das políticas comuns. Além dos Fundo Europeu para os Refugiados, é expectável um Fundo de Integração.

O Conselho Português para os Refugiados foi criado há 13 anos e tomou a seu cargo, no nosso país, as competências do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, representado no congresso por Bo Scharck.

"É claramente insuficiente que a União Europeia harmonize legislação e políticas", observou Bo Scharck. Em sua opinião, a harmonização das práticas é essencial. E deu o exemplo dos refugiados chechenos, que, em alguns países da UE, encontram as portas praticamente fechadas.

.Números

500

MIL - A Guiné acolhe cerca de 370 mil refugiados da Serra Leoa e 130 mil da Libéria.

1

MILHÃO - de pessoas acolhidas pela Alemanha.

Jorge Sampaio enviou uma mensagem ao congresso. Nele, considerou que deveria ser objecto de autocritica o facto de "ser tão baixo o número de refugiados em Portugal e de os respectivos processos administrativos se configurarem tão espinhosos" (em 2002 foram aceites apenas 62 pedidos).

O PR considerou que o problema do asilo político "mantém toda a sua actualidade" e que, embora o mundo democrático se encontre em expansão, "subsistem graves situações de opressão e de abuso de poder".

Fonte: Jornal de Notícias p.11

UE processa Hungria, Polónia e República Checa

MIGRAÇÕES A Comissão Europeia decidiu ontem instaurar ações contra a Hungria, a Polónia e a República Checa, por "não terem cumprido as obrigações legais em matéria de recolocação" de refugiados, "apesar da confirmação pelo Tribunal de Justiça da União Europeia da validade do regime de recolocação no seu acórdão de 6 de setembro".

Bruxelas aponta que, tal como sucedeu na sequência da abertura dos processos de infração, em junho, as respostas que recebeu de Budapeste, Varsóvia e Praga foram mais uma vez consideradas "não satisfatórias". Por isso, "a Comissão decidiu confirmar que as infrações identificadas nos pareceres fundamentados se mantêm, passando agora à fase seguinte do processo de infração".

Também ontem, o Executivo comunitário decidiu instaurar outro processo de infração contra a Hungria devido à sua lei em matéria de asilo, manifestando-se particularmente preocupada com as emendas à lei do asilo húngara em março deste ano.

Por fim, e ainda no quadro de outros braços de ferro que têm vindo a ser travados entre Bruxelas e Budapeste, a Comissão decidiu instaurar duas ações no Tribunal de Justiça da UE contra a Hungria devido à sua lei do Ensino Superior – alterada em abril e que segundo o executivo comunitário restringe desproporcionalmente as universidades da UE e de países terceiros no seu funcionamento –, assim como à sua lei relativa às ONG (organizações não governamentais) financiadas a partir do estrangeiro. ●

A FORTALEZA DA INTOLERÂNCIA

Enquanto na África do Sul se fala de racismo e intolerância, aquele que é, provavelmente, o regime mais intolerante do mundo, o Afeganistão, reforça a sua fortaleza de terror e ódio e torna-a inexpugnável.

Enquanto o cargueiro norueguês "Tampa" continua à deriva, à espera que hoje seja decidida em Genebra a sorte dos mais de 400 refugiados que recolheu em pleno mar, o Afeganistão (país de onde fugiu a esmagadora maioria dos refugiados a bordo) prossegue a sua cruzada para se ver livre de estrangeiros indesejáveis. Como já era previsível, depois do "assalto" à Shelter Now International, uma organização não-governamental (ONG) que os taliban acusaram do "crime" de "promoção do cristianismo", agora chegou a vez de mais duas ONG estrangeiras: a Missão de Assistência Internacional (MAI) e a Serve. A acusação é a mesma: ligações aos "criminosos" da Shelter Now. A MAI trabalhava há mais de 35 anos no Afeganistão, gerindo dois hospitais e várias clínicas, enquanto a Serve fornecia painéis solares e

Editorial

desenvolvia outros projectos nessa mesma área. Desta vez, ao que se sabe, os taliban não prenderam ninguém. Limitaram-se a encerrar os escritórios das duas ONG.

A sorte dos refugiados do "Tampa" poderá ser gerida pela comunidade internacional, se essa for a decisão da reunião que juntará hoje na Suíça o Alto Comissariado para os Refugiados da ONU a representantes de quatro países: a Austrália, a Indonésia, a Noruega e a Nova Zelândia, sendo que os dois últimos já se mostraram disponíveis para receber alguns refugiados.

Mas a sorte dos afegãos que continuam sujeitos à opressão continuada dos taliban é cada vez mais inimaginável. Se a Austrália, numa reacção já apontada como xenófoba, continua a fechar as portas da sua "fortaleza" aos imigrantes à deriva (e essa posição deverá manter-se inflexível na reunião de hoje), o Afeganistão ergue por sua vez uma outra "fortaleza", onde o terror será cada vez menos visível ao mundo e onde as vítimas cada vez menos podem escapar à sua terrível sorte. Se até aqui havia olhares

estrangeiros, independentes, que seguíam de perto as atrocidades ali cometidas, a partir do momento em que organizações não-governamentais e jornalistas vejam vedadas por completo as possibilidades de circulação no país, a barbárie será não só totalmente incontrolável como silenciosa. O enorme campo de concentração, não de refugiados mas de homens e mulheres forçados a uma ditadura sangrenta, em que se transformou o Afeganistão, fecha-se ao mundo perante a impotência deste — e num momento em que na África do Sul se discutem (ou pretendem discutir), sob a égide da ONU, temas como o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância. Enquanto isso, aquele que é, provavelmente, o regime mais intolerante do mundo, reforça a sua fortaleza de terror e ódio e torna-a inexpugnável. Impune e imune a quaisquer discursos. NUNO PACHECO

Fonte: Jornal Público p.4

UE ainda dividida e com poucas respostas para a crise dos refugiados

Conselho Europeu. Merkel avisa Londres que há pontos "inegociáveis" nas questões que David Cameron quer rever para ficar na União

ABEL CORELHO DE MORAIS, em Bruxelas

O último Conselho Europeu de 2015, que hoje se inicia em Bruxelas, irá analisar a questão dos refugiados, a ameaça terrorista e as exigências de Londres para que o Reino Unido permaneça na União Europeia (UE), entre outros assuntos (ver textos nestas páginas). Mas será o primeiro tema aquele a que os dirigentes europeus irão dedicar mais tempo, pela dimensão de que se reveste e pelas divergências entre os Estados membros.

"A resposta europeia está a ser demasiado lenta na questão dos refugiados", reconhece prontamente fonte da Comissão durante um encontro com jornalistas portugueses em Bruxelas. O fenómeno surpreendeu a UE "pela sua dimensão, apesar de ser uma realidade que existe há

plúnceta", com recursos suficientes para enfrentar o problema. Referindo-se à pressão migratória sobre a Grécia, José Manuel Fernandes frisou que este "é um problema de toda a UE" e que "tem de ser resolvido na origem". No mesmo sentido se pronunciou a alemã Ska Keller, eurodeputada do grupo Verde-Aliança Livre Europeia, sublinhando a inexistência de "solidariedade europeia", predominando a "tentação de apontar o dedo e criticar os outros". Os refugiados "não são o problema", é a atuação da maioria dos 28, insistiu a eurodeputada alemã. E da UE em si, pensa a italiana Laura Ferraro, do grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta,

Amnistia acusa Turquia de maltratar refugiados

que dá como exemplo o apoio financeiro de três mil milhões de euros concedidos à Turquia para, na prática, manter os refugiados e migrantes no seu território. "Estamos a pagar aos outros para resolverem um problema que é da UE", notando a eurodeputada que aquele país tem um registo negativo na questão dos direitos humanos.

"Transporte forçado"

Uma situação denunciada ontem pela Amnistia Internacional (AI) num documento em que a Turquia é acusada de maltratar grupos de refugiados, que teria forçado a regressarem à Síria. A AI considera que a "pressão" da UE sobre Ancara para travar a entrada de refugiados na Europa está a resultar "no transporte forçado" de centenas de pessoas para zonas de conflito e aconselha a suspensão do programa acordado entre a UE e a Turquia até existirem garantias reais deste país na questão dos direitos humanos. Ancara negou qualquer repatriamento forçado de sírios. O primeiro-ministro Ahmet Davutoglu reúne-se hoje como o presidente da CE. Jean-Claude Juncker, e os go-

vernantes da Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Suécia, Finlândia, Grécia e Luxemburgo para analisarem o acolhimento dos refugiados na Turquia e na UE.

A dimensão da crise é reconhecida por uma das responsáveis do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para a Europa. Para Sophie Mogenis, a crise existe, mas "pode ser gerida, desde que sejam adotadas as medidas adequadas e haja solidariedade" entre todos os Estados membros. Esta responsável do ACNUR, que intervém no seminário do PE, notou ainda que a esmagadora maioria dos refugiados no mundo - 86% - está fora da Europa. Vive em países em vias de desenvolvimento, como o Paquistão, Irão, Jordânia e Líbano. A única exceção é a Turquia, que possui parte do território na Europa.

Apesar das reticências e oposição



empresas por alguns Estados membros, como a Hungria, Eslováquia e Polónia, entre outros, a UE está a apoiar um importante número de refugiados através de programas não concebidos para situações desta natureza. Isso mesmo foi explicado num encontro com um porta-voz do Serviço de Ajuda Humanitária e de Protecção Civil (ECHO) da CE. Como a ajuda humanitária da UE não pode ser utilizada no território dos Estados membros, esta está a ser ministrada, através do ECHO, a coberto de apoio a situações de emergência que forçassem a deslocação de populações. Desde 2014 até ao início de dezembro, pedidos de ajuda desta natureza foram aprovados pela Bulgária, Hungria, Eslovénia, Croácia, Sérvia e, recentemente, pela Grécia.

O desafio britânico

Neste Conselho Europeu, que é o primeiro em que participa António Costa como chefe do governo português, a renegociação da presença do Reino Unido na UE será outro foco das atenções, depois do primeiro-ministro David Cameron ter anunciado a realização de um referendo em 2017 sobre a questão. Países como a Alemanha defendem a permanência britânica, tendo ontem Angela Merkel considerado Londres um "aliado natural", mas advertiu que há princípios, como a liberdade de circulação e a igualdade entre todos os cidadãos dos Estados membros, que são "inegociáveis". Duas das muitas áreas em que Cameron quer obter exceções.

O DN viajou a convite do Conselho Europeu

NA AGENDA

REFUGIADOS

» O Conselho discute aplicação de medidas tomadas até agora, como o apoio financeiro à Turquia, a política de registo dos refugiados, sua recolocação no espaço da UE ou repatriamento e protecção das fronteiras externas.

TERRORISMO

» Discussão de medidas para a prevenção de ações terroristas e da radicalização de detentores de passaportes da UE, melhor controlo das fronteiras e reforço da cooperação entre Estados membros e países terceiros.

MERCADO ÚNICO

» Análise de medidas para a concretização do mercado único digital, da união dos mercados de capitais e da união energética.

REFERENDO REINO UNIDO

» Debate de propostas nas áreas em que David Cameron quer reformas das instituições e políticas da UE para permanecer na União. Proposta deve ser apresentada a Londres em fevereiro.

SANÇÕES À RÚSSIA

» O Conselho analisará a situação na Ucrânia e as sanções aplicadas à Rússia, que deverão permanecer em vigor, apesar de a Rússia, que tem importantes relações económicas com Moscovo, advogar a sua revisão.

DN rápido

Resposta europeia à crise dos refugiados está a ser **demasiado lenta**, diz fonte da Comissão Europeia.

Eurodeputada italiana critica UE por estar **"a pagar aos outros"** para resolver um problema seu.

Angela Merkel considera Reino Unido **"aliado natural"** mas advertiu para limites nas negociações.

Fonte: Diário de Notícias p.28

Hungria vai pedir anulação da distribuição dos refugiados pela UE

O antagonismo para com os refugiados sobe de tom em alguns países europeus. Junto à ilha grega de Kos, em mais um naufrágio, morreram nove pessoas, quatro delas crianças

Crise na Europa
Ana Gomes Ferreira

Dois países da União Europeia deram ontem mais um passo de ruptura com a política de Bruxelas para os refugiados e imigrantes que continuam a chegar oriundos da Síria, Afeganistão, Iraque e outros países com guerras e conflitos. Em Budapeste, o Governo populista e de direita vai pedir ao Tribunal Europeu para anular a decisão de distribuir pelos países-membros 160 mil pessoas chegadas à Itália e à Grécia. Em Varsóvia, o futuro responsável pela diplomacia sugeriu que os sírios devem ser devolvidos ao seu país para "lutarem pela liberdade".

Enquanto as posições políticas e a retórica se extremam, o fluxo de chegadas de refugiados e imigrantes não abranda e as tragédias não páram — ontem, nove pessoas morreram afogadas ao largo da ilha grega de Kos, depois de o barco insustentável onde viajavam se ter afundado. Sete pessoas que seguiam na frágil embarcação foram retiradas das águas já geladas do Mediterrâneo pela polícia marítima grega.

Quatro dos mortos são crianças; há mais duas crianças entre os vários desaparecidos.

A embarcação tinha saído da costa turca durante a noite de segunda para terça-feira e fora detetada por um navio patrulha ao serviço da agência de segurança nas fronteiras da UE, Frontex. O primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, esteve ontem na Turquia para debater com o Governo de Ancara formas de travar a partida dos refugiados.

Mais a norte, já bem dentro do território da União Europeia, na Hungria, o primeiro-ministro, Viktor Orbán, discursava no Parlamento. "Enquanto este Governo respirar, não haverá quotas e não ficaremos nem com um migrante."

Orbán fez um discurso inflamado e conseguiu, com 145 votos a favor e 41 contra (também houve uma abstenção), que o Parlamento aprovasse uma resolução que permite ao Governo contestar uma decisão tomada por Bruxelas no início do Outono que determina a distribuição de um grupo de 160 mil refugiados pelos Estados-membros. Os países recebem um determinado número de pesso-



A embarcação que se afundou junto à costa grega partira da Turquia

Orbán: "Enquanto este Governo respirar, não ficaremos nem com um refugiado"

as consoante a sua capacidade económica — trata-se de um sistema de quotas, apesar de a UE ter retirado esta palavra da equação, por haver muitos países contra essa fórmula.

O texto aprovado pelo Parlamento húngaro diz que a divisão dos refugiados por quotas "não tem em conta o princípio de subsidiariedade e não dá aos parlamentos nacionais a possibilidade de exprimir a sua opinião" na matéria. "Nós decidiremos quem deixamos entrar no nosso país e com quem queremos viver", disse Viktor Orbán no Parlamento.

O ministro da Justiça, Laszlo Trócsányi, citado pela AFP, declarou que o pedido de anulação da decisão vai chegar ao Tribunal Europeu em Dezembro. Até lá, a Hungria — por onde passaram 400 mil pessoas até o Governo decidir encerrar totalmente as fronteiras, em meados de Outubro — não aplicará a decisão e não receberá qualquer refugiado.

O Governo da Eslováquia também ameaçou apresentar às instâncias europeias (tribunais) um recurso da decisão europeia de distribuição dos 160 mil refugiados, mas ainda não o fez.

Também ontem, em Varsóvia, surgiram sinais de que o novo Governo — saído das eleições de 31 de Outubro, que a direita nacionalista e eurocética venceu — liderado por Beata Szydło, vai adoptar uma linha próxima da de Orbán. Aqui, a retórica foi mais longe e aquele que será o responsável pela diplomacia (o Go-

verno ainda não foi aprovado pelo Parlamento) fez declarações muito polémicas em relação aos sírios que fogem de várias guerras — o território do que era este país do Médio Oriente é disputado pelas forças de Bashar al-Assad, que combatem a oposição armada que o quer derrubar, e pelos radicais do Estado Islâmico que já dominam uma grande parte do mapa.

Disse Witold Waszczykowski, próximo ministro dos Negócios Estrangeiros: "Centenas de milhares de sírios chegaram à Europa. Podiam formar um exército. Dezenas de milhares de homens jovens saem dos botes com os seus iPad na mão, e, em vez de pedirem de beber e comer, perguntam onde podem ligar os telefones e portáteis. Podiam ir combater para libertar o seu país."

Perante o antagonismo crescente de alguns países em relação ao aco-

limento dos que fogem da guerra e do terror do Estado Islâmico — o grupo jihadista que reivindicou os atentados de sexta-feira 13 em Paris —, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) pediu aos Estados para não quebrarem a promessa de acolhimento e, sobretudo, para não associarem os atentados de Paris à chegada e redistribuição dos refugiados.

"Estamos preocupados com a reacção de certos Estados que querem acabar com o programa de distribuição em curso e que querem erguer barreiras e muros", disse uma porta-voz do ACNUR, Melissa Fleming.

Já quase 900 mil pessoas chegaram à Europa nesta vaga migratória, mas desde que a decisão de distribuição de 160 mil refugiados começou a ser aplicada só foram distribuídas pelos Estados-membros cerca de 150 pessoas.

Fonte: Jornal Público p.24

Portugal deu asilo a 979 estrangeiros nos últimos 20 anos

Nos primeiros três meses de 2001, a Suécia recebeu quatro vezes mais pedidos do que Portugal nos últimos quatro anos

RICARDO DIAS FELNER

O Governo respondeu favoravelmente a 979 pedidos de asilo de 1980 a Janeiro de 2001, confirmando que Portugal acolhe poucos refugiados, comparativamente com outros países industrializados. Talvez por isso, o Dia Mundial do Refugiado, que ontem se comemorou pela primeira vez, tenha sido menosprezado pelas autoridades e pela sociedade civil portuguesas.

De notar que quase três quartos dos asilos dos últimos vinte anos foram concedidos até 1985: a partir desta data, de acordo com dados fornecidos ao PÚBLICO pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Governo restringiu progressiva e drasticamente a sua entrada e permanência no país.

Em 1982, foram despachados favoravelmente 166 pedi-

MAPA MUNDIAL DOS REFUGIADOS

Ontem comemorou-se pela primeira vez o Dia Mundial dos Refugiados, uma iniciativa do alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

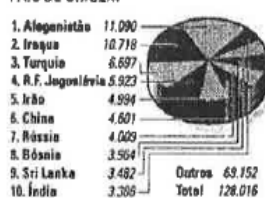
Refugiados por região (1 de Jan., 2001)

Número estimado de pessoas cujos casos se enquadram no mandato do ACNUR



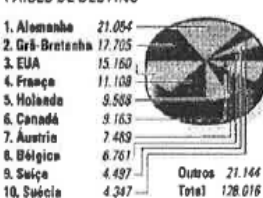
"TOP 10" — Pedidos de asilo nos países industrializados (primeiro trimestre de 2001)

PAÍSES DE ORIGEM



Fonte: ACNUR

PAÍSES DE DESTINO



REUTERS / PÚBLICO

dos; nos dois anos seguintes, o número subiu para 206 autorizações. O contraste com os registos de 1999 e 2000 é enorme: 16 deferimentos em cada um dos anos.

Assim verifica-se que entre 1980 e 1985 deram entrada em Portugal como refugiados 720 estrangeiros, valor que desce para 117 autorizações

no período 1985-1990, 97 entre 1990-1995, e 45 nos últimos cinco anos.

Os dados referentes aos pedidos de refúgio nos últimos quatro anos permitem concluir que as respostas positivas por parte das autoridades portuguesas são escassas: em 1998, por exemplo, só quatro dos 338 pedi-

dos de asilo requeridos foram aceites.

Os cidadãos da Serra Leoa, país fustigado por uma guerra civil que dura há dez anos, foram os estrangeiros que mais requereram abrigo nos últimos quatro anos. De 1997 a 2000, o SEF recebeu 1062 pedidos de asilo, 234 dos quais de naturais daquele país da Costa Ocidental Africana — ou seja um quarto do total.

África é aliás, de muito longe, o continente de onde provém a maioria dos que escolhem Portugal para se refugiarem. A causa da partida é quase sempre a mesma: guerra civil. A Nigéria, país com mais população do velho continente — cerca de 100 milhões de habitantes — é o segundo na lista dos pedidos de asilo (92); segue-se a Libéria (72), que no entanto não tem qualquer registo desde 1999, Angola (63), Gana (52), e Argélia (44).

A origem dos refugiados que escolhem Portugal não espelha porém uma tendência mundial, uma vez que a Ásia é claramente o continente que fornece mais refugiados aos países industrializados. ■

Fonte: Jornal Público p.30

Portugal é país pouco requisitado por refugiados

Em Portugal não há tradição de acolher cidadãos que pedem asilo e poucos conhecem a sua realidade

RITA MARQUES

No dia em que se comemora o Dia Mundial dos Refugiados, Portugal parece passar ao lado desta realidade.

Poucas são as pessoas que sabem o que é um refugiado e normalmente confundem com o crescente número de imigrantes que chegam ao país. A explicação pode estar no facto de Portugal ocupar, juntamente com o Liechtenstein, a última posição no

ranking dos 28 países industrializados acolhedores, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), referentes ao ano 2001 e 2002. Portugal é uma «gota de água» no contexto mundial, confessa Maria Teresa Mendes, presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR). «Dos 193 pedidos de asilo no ano de 2001, apenas 20% passaram a fase de admissibilidade e destes poucos conseguiram o direito de asilo. Acharmos que as autorida-

des são muito restritivas e poucas vezes a protecção humanitária é concedida», explicou. A presidente do CPR queixa-se ainda da falta de informação e hostilidade: «os refugiados não são uma ameaça. Eles próprios é que são os ameaçados». Segundo Teresa Mendes, «é necessário uma atitude mais humanista. Estamos a viver um momento de grande rigidez europeia, os aspectos humanos ficam para quinto lugar».

Gabriel Catarino, comissário Nacional para os Refugiados,

também concorda que «quase ninguém conhece a situação do refugiado, talvez por ser uma realidade pouco significativa na nossa sociedade. Em Portugal não há sequer uma obra de referência sobre o direito de asilo, nem nunca foi estudado nas Universidades, esteve sempre ligado ao direito sobre emigração, o que é errado pois são realidades completamente inversas». Os refugiados fogem «porque são perseguidos em virtude da sua raça, religião ou, simplesmente, pelos seus

ideais, ao passo que os emigrantes abandonam o seu país por razões económicas», afirma.

O comissário admitiu ainda que «os pedidos de asilo têm vindo a baixar. A verdade é que somos um país periférico e como grande parte dos potenciais refugiados estão na região leste (Afeganistão, Macedónia) a maioria acaba por ficar na Alemanha», explicou. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a maioria dos refugiados em Portugal são de países africanos.

Fonte: Diário de Notícias p.16

Anexo P - 14 de março de 2008

Portugal é o país da UE que menos refugiados acolhe

André Jegundo

● Portugal é o país da União Europeia que recebe o menor número de pedidos de asilo e de refugiados, revelou ontem, em Coimbra, a presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR), Teresa Tito de Mendes. De acordo com o CPR, uma organização não governamental, Portugal recebeu no último ano 200 pedidos de asilo, dos quais apenas 22 foram aceites.

Apesar de defender que a legislação portuguesa «não é mais restritiva» que a de outros países, Teresa Tito de Mendes considera que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Ministério da Administração Interna têm tido, na prática, um entendimento demasiado restrito do estatuto do refugiado. Na opinião do CPR, que tem um papel consultivo no processo de acolhimento e integração de refugiados, dos 200 pedidos que Portugal recebeu em 2007, cerca de 75 por cento reuniam condições para ser aceites.

Teresa Tito de Mendes considera que a reduzida procura de Portugal como país de destino deve-se à «situação geográfica do país, na cauda da Europa», e à «falta de uma tradição de acolhimento». «Algumas pessoas, no processo de fuga, tentam ir para países onde já têm familiares ou amigos. Além disso, como Portugal é um país com poucos requerentes, muitos têm receio de não ser acolhidos», afirmou ontem, à margem da conferência *Refugiados e Imigração: Os Novos Desafios para os Direitos Humanos*, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

O número de refugiados recebidos por Portugal é mesmo inferior ao registado em países como Malta e

Pedidos



200

Portugal recebeu no último ano 200 pedidos de asilo, dos quais apenas 22 foram aceites

está muito distante da realidade de Espanha que, em 2007, recebeu cerca de 12 mil pessoas. A Alemanha, de acordo com o CPR, é o principal país de acolhimento na Europa, com 350 mil refugiados.

Para tentar compensar o reduzido número de pedidos espontâneos de asilo, Portugal tem disponibilizado desde 2006 cerca de 30 vagas para refugiados ao abrigo das denominadas «quotas de reinstalação». Estas quotas são destinadas a pessoas que já foram reconhecidas como refugiadas noutros países, mas que sentiram grandes dificuldades de adaptação e que pretendem mudar novamente de país.

Fonte: Jornal Público p. 11

Portugal é o país com menos refugiados e pedidos de asilo

Portugal recebeu apenas duzentos pedidos em 2007

A presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR) afirmou ontem, em Coimbra, que Portugal é o país da Europa que recebe menos refugiados e pedidos de asilo, dados que explicou com a situação geográfica do país.

Ao intervir na conferência "Refugiados Imigração - Os Novos Desafios para os Direitos Humanos", Teresa Tito de Moraes Mendes, presidente da direcção desta Organização Não Governamental, revelou que, em 2007, as autoridades portuguesas receberam 200 pedidos de asilo (com mais 24 membros familiares), dos quais só 44 por cento foram admitidos.

Em declarações aos jornalistas à margem do primeiro painel da conferência, em que fez a sua intervenção, Teresa Tito de Moraes Mendes disse que "a situação geográfica de Portugal, na cauda da Europa, torna o país pouco atractivo para a vinda de refugiados".

"Alguns, no processo de fuga, tentam ir para países onde já têm familiares ou amigos. Embora a lei

em Portugal não seja mais restritiva, sendo um País com poucos requerentes, muitos têm receio de não ser acolhidos", adiantou.

Na sua perspectiva, "mesmo sendo um País pequeno, Portugal tem o imperativo ético de responder à necessidade de dar protecção aos refugiados".

"Há poucos pedidos espontâneos para Portugal, as autoridades apostam nas quotas de reinstalação", disse aos jornalistas. De acordo com dados da presidente do CPR, a Espanha recebeu, em 2007, 12500 pedidos de asilo e a Alemanha, o principal país de acolhimento na Europa, 350 mil.

Na sua intervenção, Teresa Tito de Moraes Mendes realçou que o CPR - que tem um papel consultivo - entende que, dos 200 pedidos apresentados às autoridades portuguesas em 2007, 75% deveriam ter sido admitidos.

Manuel Jordão, representante na Irlanda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) - outro dos oradores - disse que existem cerca de 10 milhões de refugiados em todo o mundo.

A iniciativa, que decorreu on-



Conselho para os Refugiados só admitiu 44% dos pedidos

tem no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), é organizado por esta faculdade, pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos e sociedade de advogados Uria-Menendez.

Ao intervir na sessão de abertura da conferência, o presidente do Ius Gentium Conimbrigae, Rui Moura Ramos - também presidente do Tribunal Constitucional -

sublinhou que a reflexão sobre o tema dos refugiados e imigração "é particularmente importante".

O presidente do conselho directivo da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Faria Costa, e o director e também sócio do escritório de advogados de Lisboa da Uria Menendez, Francisco Sá Carneiro, foram outros dos oradores na sessão de abertura do evento. ■ LUSA

Fonte: Diário de Notícias p.13

Governo com extrema-direita tem programa duro para estrangeiros e refugiados

Áustria

Maria João Guimarães

Líderes sublinham orientação pró-europeia na tomada de posse do executivo a que regressa o FPÖ, partido eurocético

O mais jovem líder do mundo, Sebastian Kurz, de 31 anos, do partido conservador ÖVP, assumiu ontem a chefia do Governo austríaco junto com o seu “número dois”, Heinz-Christian Strache, do partido de extrema-direita FPÖ. É um Governo que assume como prioridade a segurança, medidas contra imigração ilegal e cortes de benefícios a refugiados.

O Presidente, Alexander Van der Bellen, assegurou que há garantias na nova coligação para o respeito das minorias e de opiniões divergentes.

Apesar de uma forte presença de segurança, os protestos durante a tomada de posse foram pequenos, especialmente se comparados com o que aconteceu em 2000, quando o FPÖ era liderado por Jörg Haider – cuja entrada no Governo levou os restantes Estados-membros europeus a decretar sanções a Viena.

Fonte: Jornal Público p.24

Sebastian Kurz vai controlar, a partir da chancelaria, a política europeia, que fica fora da alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiado por Karin Kneissl, independente ligada ao FPÖ. Os extremistas ficam ainda com os ministérios do Interior e da Defesa. E Strache como vice-chanceler.

No Parlamento Europeu, o FPÖ pertence ao grupo Europa das Nações e da Liberdade, junto com partidos como o de Geert Wilders na Holanda ou Marine Le Pen em França.

No programa do executivo está a garantia de que a permanência austríaca na União Europeia não vai ser sujeita a referendo (uma ideia do FPÖ que foi sendo afastada). Mas o país vai lutar por mudanças na Europa, para que Bruxelas decida “menos, mas de forma mais eficaz”.

Pró-Moscovo

Por outro lado, o FPÖ garantiu que irá apoiar a manutenção de sanções à Rússia apesar da sua forte orientação pró-Moscovo. No programa do Governo está que este tentará uma melhoria das relações com a Rússia.

O programa do Governo prevê uma diminuição dos benefícios dos requerentes de asilo e declara que

o asilo é apenas “uma protecção temporária”. Quer ainda garantir “a segurança das fronteiras austríacas para parar a imigração ilegal até que a UE tenha segurança nas suas fronteiras externas”.

Em relação à imigração, prevê “sanções” para quem não se integrar (pais cujos filhos não falem bem alemão podem perder benefícios) e prevê que estrangeiros só possam aceder a vários serviços sociais após cinco anos no país. Há uma insistência na questão do “islão político”, mencionado mais de 20 vezes no programa de 182 páginas, nota o *Financial Times*.

Também quer penas mínimas mais pesadas para crimes violentos e sexuais, mais agentes na polícia, aumento do horário máximo de trabalho para 12 horas por dia, introdução de um limite à dívida pública na Constituição, e promete que não vai haver novos impostos.

Kurz viaja já hoje para Bruxelas para se encontrar com Jean-Claude Juncker e Donald Tusk. Espera-se que apresente o seu Governo e as prioridades da Áustria para a presidência rotativa da UE no segundo semestre de 2018.

mguimaraes@publico.pt

Guterres lembra que é preciso criar condições práticas para a tolerância aos refugiados

Debate

Maria João Guimarães

Futuro secretário-geral da ONU diz que é preciso dar "respostas concretas à ansiedade, medo e emoção" das pessoas

Não podemos apenas defender valores de tolerância, mas sim criar condições para que eles se mantenham, sob pena que eles desapareçam, defendeu ontem em Lisboa o próximo secretário-geral da ONU, António Guterres.

"É inevitável que as sociedades sejam multiténicas, multirreligiosas e multiculturais", afirmou. "Mas para o que o que é visto como uma ameaça seja uma riqueza, não se pode apenas deixar acontecer." Guterres, que falou num encontro sobre refugiados e migrações na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, deu o exemplo do que aconteceu no ano passado na Europa: um movimento de pessoas que poderia ter sido gerido, com as pessoas redistribuídas pelos países. Mas o que aconteceu não foi isso: foi uma massa de pessoas a tentar encontrar uma saída e a deslocar-se de modo caótico. Assim, não admira que a opinião pública pudesse ver aqui uma "invasão", que os refugiados sejam vistos como uma ameaça para muitas comunidades.

Como lidar com isto? "É fácil condenar. Mas penso que isto não é sensato", defendeu o antigo Alto Comissário da ONU para os Refugiados. "Claro que temos de lutar pela tolerância e contra xenofobia, mas não vamos ser eficazes se não formos capazes de dar algumas respostas concretas à ansiedade, medo e emoção – e isto não é fácil."

Juntando um movimento dos anos 1990 com efeitos no mundo de hoje até às eleições americanas, Guterres lembrou "o ambiente de optimismo" de quando entrou no Governo em 1995, quando se acreditava que "a globalização e progresso técnico trariam prosperidade e que todos iriam beneficiar".

Mas "a verdade é que se teve o impacto esperado no desenvolvimen-



António Guterres
Secretário-geral
eleito da ONU



Refugiados em Chios, na Grécia, num campo atacado por neonazistas

to – o mundo mudou para melhor em muitos aspectos, mas muitos foram deixados para trás", sublinhou, trazendo problemas como o desemprego jovem que tem uma vertente não só económica como de segurança, deixando os jovens mais expostos a tentativas de recrutamento de organizações extremistas.

É preciso envolver e valorizar tanto quem vive nas comunidades como integrar imigrantes e refugiados. "Tem de haver investimento – político, económico, social, cultural, feito por Estados, câmaras, sociedade civil – para permitir as pessoas sintam que as suas identidades são valorizadas mas que pertencem à comunidade", disse.

“

É preciso dar condições a que os valores sejam promovidos pelas nossas sociedades. Caso contrário, um dia não vamos reconhecê-las

O que é essencial é que não aconteçam situações, como as que existem em alguns países europeus, "com bairros que são guetos, comunidades de imigrantes que não têm nada a ver com a comunidade local, e comunidades dominadas pela extrema-direita".

Portanto, "é preciso dar condições a que os valores sejam promovidos pelas nossas sociedades", e não apenas lutar para a sua promoção. "Caso contrário, não é só o *establishment* que perde eleições, não são só referendos que se perdem, serão os próprios valores que se vão perdendo e um dia não vamos reconhecer a tolerância, solidariedade, coesão que estamos habituados a ver." E isto "é provavelmente o desafio mais importante" do mundo de hoje.

No discurso, Guterres sublinhou ainda a necessidade de ter canais legais e seguros para as pessoas em fuga. E lançou ainda uma pergunta: "nunca percebi porque gastamos mais dinheiro, mais recursos, a combater o contrabando de drogas do que o de pessoas". Mais: "já vi líderes de grupos de tráfico de droga serem presos, senhores da droga, mas e os líderes dos grupos que levam as pessoas?" O responsável diz que já se colocou esta questão várias vezes. "A minha única resposta é cínica", admitiu. "Nunca pensei que os meus filhos poderiam ser vítimas de tráfico – mas de drogas sim."

O futuro secretário-geral da ONU também criticou os partidos *mainstream* que renunciam os seus valores para adoptar os da extrema-direita, de modo a tentar ganhar eleições.

maria.joao.guimaraes@publico.pt

“A solidariedade não é uma prenda para os refugiados. É um dever legal”

Sami Naïr O politólogo, filósofo e sociólogo francês, especialista em questões migratórias, defende que seria melhor a Europa preocupar-se menos com a assistência aos refugiados e deixá-los seguir caminho

Entrevista Maria João Guimarães

Sami Naïr está em Lisboa para participar no Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados, que se realiza hoje na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, com o tema *O futuro da Europa depende do futuro dos refugiados*. Como vê a eleição de Trump nos Estados Unidos?
O fenómeno Trump é a expressão de uma crise profunda dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, a expressão da crise da globalização liberal que os próprios EUA lançaram nos anos 1980-90. É como que uma reacção caótica à transformação a que os EUA se submeteram em resultado do seu domínio à escala planetária.

Que efeitos terá?
A questão é saber o que é que ele vai fazer. Respondo: muito pouco. Penso que vai dar ao ódio popular que conseguiu construir um bode expiatório: os imigrantes sem papéis, provavelmente expulsará uma pequena parte. Penso que vai ter uma política de cooperação fria com a Rússia, para estabilizar a situação internacional sem mudar nada. E como é um homem de negócios, quando chegar ao poder, a *realpolitik* vai-se impor. E o efeito na Europa, na direita populista?

Vai trazer uma potencialidade histórica para a extrema-direita. Porque inscreve-se na corrente do “Brexit”, da corrente da extrema-direita em França, na Alemanha, na Bélgica, em Itália, um movimento que é uma recusa, mas reaccionária (no sentido geométrico e não político) contra a Europa, a globalização, os estrangeiros, o multiculturalismo.

Vão aproveitar isto. É preciso sublinhar que isto vem desta globalização liberal sem controlo e que há problemas reais vindos da desordem na sociedade. As pessoas que estão numa situação de desemprego, com uma luta



muito dura para ter trabalho, para construir um futuro, não percebem porque há tantos estrangeiros. E ninguém explica. Assim, rejeitam o que é diferente. É mais fácil ter medo da imigração do que ver o seu potencial?

É a reacção imediata. Porque é que a Europa recusou os refugiados? Não acredito que os governos sejam pouco solidários. A Europa pôs-se numa situação em que não pode fazer nada por causa da política de estabilidade — que fez com que há 20 anos não tenhamos passado a barreira dos 3% em crescimento, não há criação de emprego estável, a precariedade substituiu os contratos, há uma geração inteira condenada pela crise de 2008. Como ter uma política de integração para quatro milhões de refugiados, a quem é preciso pagar casa, educação, se não conseguimos pagar para nós próprios.

Como reverter esta ideia?
Há um dever de solidariedade. Este é, na União Europeia, imposto pela lei. Não é um presente que damos aos refugiados. É a Convenção de Genebra que impõe a aplicação da lei internacional para ajudar pessoas em situação de perigo.

Percebo que não o possa fazer a cinco milhões de pessoas. Isso

“

A Europa está em vias de descobrir a diversidade do mundo e não está preparada para isso

não significa que não se possa fazer nada. A Europa violou os seus valores. Em Setembro do ano passado, decidiu-se receber 160 mil pessoas. Um ano depois, apenas 0,7% conseguiram. Levava 34 anos até aceitar os 160 mil!

O que é então possível fazer?
É preciso fazer os possíveis para lhes dar o estatuto de refugiados. Se a UE vir que não tem meios económicos para o fazer, em vez de os fechar no primeiro país onde cheguem, deem-lhes um passaporte que lhes permita circular. E haverá sítios que os queiram receber. Mas o que lhes estamos a fazer? Ou os mandamos de volta para Turquia ou os fechamos em campos na Grécia.

A questão central é se queremos ter refugiados prisioneiros ou se queremos que eles sejam livres. Não podemos pensar em dar alojamento, etc., a todos. Está a acontecer algo perverso: o Estado espanhol, por exemplo, quer receber 327 refugiados e dar-lhes casa, escola... mas só a esses, não quer ouvir falar dos outros.

Mais valia não dar nada mas receber um milhão de refugiados que pudessem, eles próprios, encontrar trabalho em Espanha. O que é para si essencial?
Pensar que sociedade vamos ter. Estamos num momento de viragem civilizacional. Há uma regressão considerável da igualdade. É a questão que me coloco: qual será o nosso futuro? A resposta que posso dar é que é uma escolha. Ou aceitamos continuar em direcção à barbárie ou construímos uma sociedade civilizada, e isso significa mais solidariedade, mais igualdade, e mais envolvimento cidadão.

A Europa tinha uma ideia abstracta da diversidade do mundo. A parte da Europa que conheceu esta diversidade em concreto foi a parte pior, foi a que fez a colonização. Hoje, a Europa está em vias de descobrir a diversidade do mundo e não está preparada para isso.

mguimaraes@publico.pt

Fonte: Jornal Público p.28

Eslováquia e Hungria obrigadas a receber a sua quota de refugiados

Europa. Países contestaram a obrigatoriedade de aceitar migrantes. Comissário europeu para as migrações pondera atuar judicialmente contra aqueles que não respeitem decisão

JOSÉ FIALHO GOUVEIA

Derrota para Budapeste e Bratislava. Vitória para Bruxelas e Berlim. Assim terminou ontem o confronto no Tribunal Europeu de Justiça (TEJ). Os juízes decidiram não dar razão à Hungria e à Eslováquia na sua oposição à obrigatoriedade de receberem refugiados vindos da Itália e da Grécia.

Em setembro de 2015, o Conselho Europeu votou favoravelmente um esquema de emergência para recolocar 160 mil refugiados. Cada Estado membro estaria obrigado a cumprir uma quota. Até essa altura o esquema em vigor baseava-se nas chamadas regras de Dublin, que determinavam que cada migrante deveria pedir asilo no país de entrada na Europa. No entanto, perante o elevado afluxo de refugiados e tendo em conta o peso que Itália e Grécia — os principais pontos de chegada — estavam a suportar, a União Europeia decidiu alterar as regras do jogo. A Eslováquia, a República Checa, a Roménia e a Hungria votaram contra. A Polónia inicialmente apoiou a decisão, mas tem vindo a mostrar forte oposição desde que o partido Lei e Justiça assumiu o poder no país, em novembro de 2015.

Até agora, Hungria e Polónia recusaram receber qualquer migrante e a Eslováquia e a República Checa, em conjunto, receberam apenas 28, tendo sublinhado que as portas dos seus países não estão abertas para novas chegadas.

O TEJ pronunciou-se ontem depois de Eslováquia e Hungria terem posto em causa a decisão da UE de obrigar os Estados membros a receber uma quota de migrantes, estabelecida de acordo com a capacidade de cada país para absorver e integrar refugiados. "O mecanismo é proporcional e contribui para permitir que Itália e Grécia sejam capazes de lidar com o impacto da crise migratória", sublinharam os juizes europeus, acrescentando que a decisão de setembro de 2015 não precisava de ter sido tomada de forma unânime por todos os Estados membros — rejeitando assim um dos argumentos apresentados pela Eslováquia e pela Hungria.

Peter Szijarto, ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, reagiu à decisão do Tribunal Europeu de



Budapeste, setembro de 2015. Migrantes procuram apanhar um comboio em direção à Áustria

Justiça, classificando-a de "terrível e irresponsável" e argumentando que "põe em risco a segurança e o futuro de toda a Europa". O chefe da diplomacia da Hungria acrescentou que "a política violou a lei e os valores europeus" e assegurou que o seu governo tudo fará para "proteger a Hungria e o povo húngaro". A Polónia, que apoiou a ação interposta

pela Eslováquia e pela Hungria, lamentou a posição do TEJ, mas garantiu que continuará inflexível. "Estava convencida de que seria esta a decisão. Isto em nada muda a nossa política migratória", afirmou a primeira-ministra polaca, Beata Szydlo. O chefe do governo eslovaco, Robert Fico, disse que não irá aplicar as quotas, mas que está disposto a ajudar de outras formas. Os líderes europeus mais eurocéticos colocaram-se ao lado da Eslováquia e da Hungria. "Que grande surpresa o Tribunal Europeu ter voltado a pôr em causa as soberanias nacionais", reagiu, com ironia, o eurodeputado britânico Nigel Farage, ex-líder dos independentistas do UKIP.

Apenas pouco mais de 20 mil dos 160 mil migrantes que deveriam ter sido distribuídos pelos vários Estados membros da UE já foram colocados. Portugal, com cerca de 1375, é o quinto país — atrás da Alemanha, França, Holanda e Finlândia — que mais refugiados recebeu. O período de realojamento previsto termina no final do mês, mas todo o processo está ainda bastante atrasado.

Sigmar Gabriel, ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, con-

gratulou-se com a decisão dos juizes europeus. "Esperamos que todos os parceiros europeus cumpram a decisão e apliquem sem demoras o que está acordado", sublinhou ontem em comunicado.

Com a decisão do TEJ, a Eslováquia, a Hungria, a República Checa e a Polónia estão obrigadas a receber no total cerca de três mil migrantes. Caso não cumpram com o estipulado estarão sujeitas a multas. "Se os Estados membros que ainda não receberam migrantes ou que já não recebem há muito tempo não alterarem a sua política nas próximas semanas, então teremos de considerar o passo seguinte", afirmou ontem Dimitris Avramopoulos, o comissário europeu para as Migrações.

A derrota no Tribunal Europeu de Justiça pode ajudar o primeiro-ministro húngaro, que enfrentará eleições no próximo ano. Esta é a convicção de alguns analistas. "Viktor Orbán poderá aproveitar a decisão para estimular a sua campanha com argumentos anti-Europa", defende, ouvido pela agência Reuters, Hendrik Hansen, especialista em política internacional da Andrássy University de Budapeste.

160 000

► Migrantes

Número de refugiados que deveriam ter sido distribuídos pelos vários Estados membro da União Europeia ao abrigo do esquema de quotas.

1374

► Refugiados

Total daqueles que foram realojados em Portugal. 1075 vieram da Grécia e 299 de Itália. Portugal é o quinto país da UE que mais migrantes recebeu.

Traficantes usam rotas de refugiados para trazer imigrantes ilegais

Investigação. Empresário de Penamacor, um luso-indiano, recebia trabalhadores da Índia e Paquistão que chegavam à Europa pela rota dos sírios

RUTE COELHO

Uma operação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) realizada ontem em Penamacor, Castelo Branco, na sede de uma empresa detida por um indiano com nacionalidade portuguesa, permitiu consolidar uma suspeita: a rede de traficantes que trazia imigrantes da Índia e do Paquistão para trabalhar naquela empresa usava uma das rotas que servem para transportar os refugiados sírios para a Europa.

Segundo apurou o DN com fonte do SEF, os imigrantes entraram no espaço europeu de forma fraudulenta, com vistos dados por consulados europeus que a legislação normalmente define como situações excecionais. Pagaram aos contrabandistas alguns milhares de euros e depois viajaram por rotas aéreas em companhias *low-cost* (onde não há controlo sistemático), dispersas por destinos como Grécia, Zurique, Roma e Barcelona. No

caso da Grécia, a mesma rota usada para transportar refugiados sírios. Depois de chegarem a cidades como Zurique (Suíça) ou Barcelona (Espanha), os trabalhadores indostânicos seguiam de autocarro para Portugal.

A investigação do SEF não ligou, para já, o empresário luso-indiano de Penamacor e os seus colaboradores ao transporte de refugiados sírios. Mas existe uma preocupação, partilhada pelas autoridades europeias, de as redes que trabalham com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas poderem virar-se também para o transporte de refugiados sírios e de outras origens, a partir de destinos como Calais, França.

A empresa de Penamacor, que trabalha na área florestal, e o seu responsável, foram constituídos arguidos na operação, coordenada e acompanhada pelo Ministério Público. Houve buscas a cinco carlinhas destinadas ao transporte de trabalhadores e foram identificados 20 estrangeiros, seis deles em situação irregular no país. O com-

bate ao tráfico de pessoas e a imigração ilegal levou ao Porto peritos de 55 países europeus e africanos que hoje divulgarão iniciativas concretas que podem tomar nesta área.

Tentáculo britânico de uma rede
Entretanto, o SEF também comunicou ontem a detenção, na quarta-feira, na cidade britânica de Leicester, de um paquistanês suspeito da prática de crimes de falsificação de documentos e de auxílio à imigração ilegal, sobre o qual pendia mandado de detenção europeu emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O suspeito foi detido aquando da realização de oito buscas domiciliárias em Leicester, no âmbito de uma carta rogatória emitida numa investigação do SEF. Essa investigação desmantelou em junho uma organização criminosa que se dedicava à aquisição fraudulenta da nacionalidade portuguesa para indianos alegadamente nascidos nos antigos territórios portugueses na

Índia, como o DN então noticiou. De sete mil a 30 mil euros, os "clientes" da rede conseguiam a nacionalidade portuguesa.

O cumprimento dos mandados no Reino Unido foi acompanhado por inspetores do SEF ligados à investigação, que coadjuvaram as autoridades britânicas.

A investigação, designada *Livro Mágico*, foi iniciada aquando da deteção de cidadãos indostânicos titulares de passaporte português que tentavam entrar no Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, quando anteriormente o tinham feito com outra identidade.

Em causa, explicou o SEF em comunicado, está a obtenção da nacionalidade portuguesa por indianos nascidos antes de 1961 em Goa, Damão e Diu, por via da atribuição originária, utilizando para isso documentação indiana, como assentos de nascimento, que não correspondem aos verdadeiros registos oficiais (não obstante estes assentos serem certificados por várias autoridades da Índia).

Após vários meses de investigação e recolha de prova em Portugal, foram feitas buscas e detenções na região de Lisboa, em 2 de junho de 2015. Desde essa data estão em prisão preventiva três suspeitos e outros sete foram constituídos arguidos. Essa primeira operação permitiu a apreensão de documentação para nacionalidade portuguesa em nome de, pelo menos, três mil pessoas, tanto por via da atribuição originária (nalguns casos postumamente) como pela via da transcrição de casamento e posterior atribuição de nacionalidade portuguesa ao restante agregado familiar.

Fonte: Diário de Notícias p.14

"OS REFUGIADOS NÃO SÃO TERRORISTAS, SÃO VÍTIMAS DO TERROR"

UE pretende apertar critérios de entrada de refugiados vítimas de perseguições políticas

RICARDO DIAS FELNER

A frase parece até redundante, mas Jean François Durieux fez questão de a invocar por "nunca ter sido tão urgente fazer a distinção": "Os refugiados não são terroristas, são vítimas do terror", salientou o representante do alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ontem, na abertura do V Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados (CPR) — dando o mote para as intervenções que se seguiriam, quase todas centradas no perigo de, em contexto pós-11 de Setembro, os refugiados passarem a ser vistos como uma ameaça à segurança interna dos países da UE.

O Presidente da República, Jorge Sampaio — que não esteve presente por "motivos incontroláveis", mas que pediu que a sua intervenção fosse lida —, alertou para o facto de "o direito de asilo ter passado a ser visto como um direito sob suspeita" a partir da tragédia ocorrida a 11 de Setembro. Sampaio deixou também claro que é preciso distinguir os "transgressores", e reclamou uma maior "intervenção cívica" no auxílio aos refugiados.

Isabel Mota, em representação da Fundação Calouste Gulbenkian, falou depois no "alargamento das barreiras processuais e jurídicas" nesta matéria. E o ministro da Administração Interna reforçaria a ideia de que, a par de um melhor combate aos imigrantes clandestinos, torna-se premente garantir a dignidade dos cidadãos que, legalmente, escolheram um dos estados membros da União Europeia para viver.

Quem, no entanto, põe o dedo na ferida, deslocando o debate para o campo das opções políticas que têm sido tomadas pelas instituições europeias, foi José Azeredo Lopes, Professor da Faculdade de Direito do Porto. O especialista em política e direito de asilo polemizou, nomeadamente, sobre a proposta, recente, do comissário europeu responsável por esta área, António Vitorino, mostrando-se muito crítico relativamente à "aproximação conceptual" dos termos "asilo e imigração", verificável desde o final de 2001 e acentuada na Cimeira de Sevilha, há cerca de quatro meses.

Azeredo Lopes lembrou que o direito de asilo obriga à protecção internacional em casos de perseguição, ou ameaça de perseguição, por motivos políticos; e que a imigração, por seu lado, se refere, no essencial, a motivações de carácter económico. Ressalvando que foram dados passos positivos — como, por exemplo, a inclusão da "perseguição devido à orientação sexual" como critério de concessão de asilo —, o professor procurou desmontar algumas alterações "perigosas" no estabelecido na Convenção de Genebra de 1951.

Azeredo Lopes referiu, a propósito, o facto de o asilo só poder ser requerido por "razões de ofensas graves injustificadas", achando perversa a adição do termo "injustificadas". Neste sentido, salientou, o sentido da directiva europeia permite que os estados opressores argumentem que existem "ofensas graves a cidadãos justificadas", nomeadamente quando estes puserem em causa a segurança interna do país. Azeredo Lopes referiu que não foi por acaso que esta proposta partiu de Espanha, acusando o Governo de José María Aznar de procurar cercar eventuais elementos da ETA que queiram escapar do país através do direito de asilo.

O ministro da Administração Interna, com uma intervenção em sentido oposto, louvou os esforços da União Europeia em reajustar a definição de refugiados da Convenção de Genebra e em procurar que todos os estados membros adoptem critérios e procedimentos idênticos nesta matéria. O ministro frisou que nos últimos anos "aumentou o número de falsos candidatos a asilo", pessoas que abusam desse regime, não passando de migrantes económicos. Relativamente a Portugal, todavia, acrescentou que a questão "não tem uma verdadeira expressão", uma vez que "apenas existem algumas centenas de refugiados" no país. ■

Asilo é «direito sob suspeita»

■ Jorge Sampaio apelou a uma intervenção cívica em defesa do direito de asilo, que contingências diversas, incluindo as políticas antiterrorismo, converteram num «direito sob suspeita». Em mensagem enviada ao congresso do Conselho Português para os Refugiados, que termina hoje em Lisboa, o Presidente da República afirma que «os receios de insegurança, agravados a partir do 11 de Setembro, contribuíram não só para deixar na sombra os problemas dos refugiados, mas também para agravar a imagem destes e tornar menos operante a intervenção político-administrativa». «Muitas vezes, ainda se olha para o refugiado como alguém que actuou menos correctamente, no seu país de origem, ou que não foi suficientemente conformista perante a injustiça e a opressão», refere o PR.

Fonte: Diário de Notícias p.17

Direito de asilo em perigo

Congresso do Conselho Português para os Refugiados debateu situação criada pelo reforço das fronteiras após o 11 de Setembro. O panorama é preocupante

JOÃO MORGADO FERNANDES

Os asilados e refugiados, vítimas por definição, ficaram ainda mais desprotegidos após o 11 de Setembro, eles que já eram os «suspeitos do costume» no mundo desorganizado que emergiu do final da Guerra Fria.

O mote foi lançado logo na abertura do Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados e dominou os debates dos últimos dois dias na Fundação Gulbenkian, em Lisboa.

Jean François Durieux, representante da ACNUR (agência das Nações Unidas para os refugiados), aludiu às «confusões deliberadas» a que assistimos nos dias de hoje entre refugiados e imigrantes e, pior, entre estrangeiros e terroristas. Culpou os media e algumas forças políticas extremistas por essa confusão entre os que buscam refúgio e socorro em países estranhos e os que simplesmente saem do seu país em busca de melhores oportunidades de vida.

O fio dos debates acabaria por lhe dar razão quanto às preocupações, mas não no que respeita aos autores da confusão.

Azeredo Lopes, por exemplo, manifestou-se extremamente crítico em relação às últimas posições da União Europeia acerca do tema. Criticou, nomeadamente, aquilo que classificou de «aproximação criticável» entre os conceitos de asilo e de imigração constantes das resoluções finais das últimas cimeiras da UE, assim como do projecto de directiva sobre a matéria.



POSITIVO. Reconciliação em Moçambique e África do Sul foi elogiada

Da sua exposição ficou claro que a UE – uma zona do globo em que o número de refugiados nem sequer é alarmante, quando comparado com que se passa em África e na Ásia – caminha no sentido de fechar as suas fronteiras a todos os estrangeiros, não distinguindo entre os que o fazem voluntariamente e os que são «obrigados» a isso.

Maria Ângeles Siemens, do comité espanhol da ACNUR, globalizou a questão, ao afirmar que o direito de asilo (e, mais importante, a sua prática) degradou-se profundamente na última década e meia.

Aquela especialista lembrou que a grande maioria dos conflitos dos últimos anos escapam às classificações tradicionais (pondo em confronto os Estados) e passaram a desenvolver-se em torno de ques-

tões étnicas e religiosas, o que levanta problemas acrescidos para as organizações humanitárias. Por um lado, essas organizações confrontam-se frequentemente com a falta de interlocutores fiáveis e, simultaneamente, a sua própria neutralidade é posta em causa. Exemplificou com o facto de, na última década e meia, a Cruz Vermelha já ter perdido mais agentes do que nas décadas anteriores.

O congresso debruçou-se ainda sobre outro tema – a reconciliação pós-conflito – tendo vários intervenientes criticado a pressa com que, nos últimos anos, os refugiados são obrigados a regressar aos locais de origem, como aconteceu na ex-Jugoslávia, o que acaba por os deixar ainda mais desprotegidos do que antes do asilo.

Fonte: Diário de Notícias p.17

Temas do dia

GUTERRES TOMA POSSE

"António é um homem que se preocupa com os refugiados e com os solicitadores de asilo." No dia 2, em Genebra, foi assim que Wendy Chamberlain, a substituta interina do holandês Ruud Lubers, definiu o antigo primeiro-ministro português. Diplo-

mata, as primeiras palavras do visado foram dedicadas a Kzamel Mojana, o número dois do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados, por ter "dado tanto" à organização a cujos destinos António Guterres presidirá a partir de hoje.

Um alto-comissário entre os refugiados



AP/Keystone-Liaison/Editor

SIMBOLISMO. Na segunda-feira, 20 de Junho, Dia Internacional dos Refugiados, António Guterres estará no campo de Ikafe, no Norte do Uganda

António Guterres, que é hoje empossado em Genebra, vai visitar refugiados no Uganda

■ CADI FERNANDES

As noites costumam a passar na "cidade das crianças". É para aqui que, ao fim do dia, acorrem centenas de jovens do Norte do Uganda — um país em guerra civil intermitente desde há 18 anos —, fugindo das suas aldeias, da sanha do Exército de Resistência do Senhor e de

um futuro mais do que certo: tornarem-se soldados de palmo e melo ou escravos sexuais. António Guterres, que hoje é empossado no cargo de alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, não vai a Gulu, a "cidade das crianças", mas andará perto. Bem perto. Em três dias, visitará três campos de refugiados, pernoitando em dois, e assim, no terreno, num terreno que o ditador-canibal Idi Amin semeou do medo mais profundo até 16 de Agosto de 2003, dia da sua morte, que António Guterres quer dar início ao seu mandato. Na segunda-feira, Dia Interna-

cional dos Refugiados, partido do aeroporto de Entebbe, que ficou para a história como o aeroporto de onda, a 4 de Julho de 1976, Israel resgatou cem reféns das mãos de comandos pró-palestinos, Guterres irá a Arua, no volátil Norte do Uganda. Aqui dita lei um homem que se julga a encarnação do Espírito Santo, que quer impor os Dez Mandamentos no país e que é responsável por milhares de mortes. Joseph Kony, de seu nome, dirige o Exército de Libertação do Senhor, fazendo frente às tropas do Presidente Yoweri Museveni. De Arua, Guterres segue para o

campo de refugiados de Ikafe, onde sobrevivem em guerra alheia milhares de sudaneses e de congolezes. Em Ikafe, como disse ao DN Jennifer Pagonis, do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados, o antigo primeiro-ministro português ouvirá, sobretudo, representantes dos seus anfitriões.

Na terça-feira, Moyo. E nova pernoita junto de refugiados sudaneses. Após sobrevoar o Nilo, aguardam-no, no dia seguinte, milhares de deslocados ugandeses. Alguns dos 1,4 milhões de pessoas forçadas a viver em campos de refugiados, segundo estimativas da

ONU. Outras apontem para um balanço de cem mil mortos e de 20 mil crianças raptadas pelos rebeldes na última década. Números dramáticos, mas que o podiam ser muito mais se, após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, Washington não tivesse incluído o Exército de Libertação do Senhor na lista negra das organizações terroristas. Assim, com um simples gesto da maior potência do mundo, o vizinho Sudão suspendeu, em 2002, o apoio militar que vinha dando a Kony.

Em Hala, aguardam-no, porém. Com ansiedade. A despeito da recente amnistia lançada pelas autoridades ugandesas, os magistrados do Tribunal Penal Internacional (TPI), com sede naquela cidade holandesa, querem sentar no banco dos réus os autores de crimes indizíveis. Aqueles que, pela calada da noite, matam e mutilam mulheres,

Guerra civil no Uganda, que se arrasta há 18 anos, já fez pers oima de cem mil mortos, segundo a ONU

mesmo grávidas, cortando-lhes nariz, orelhas e lábios para "impor respeito". Aqueles que ordenam aos mesmos soldados que espanquem até à morte os que tentam fugir do horror. Os que se dizem rebeldes.

Teresa Tito de Moraes, presidente do Conselho Português para os Refugiados, também já viu, *in loco*, o que é viver sem esperança. Nunca vai esquecer, por exemplo, o "rosto vazio", cheio de tristeza, desespero, descrença, de uma refugiada moçambicana no momento em que paria o sexto filho. "Como alimentar mais uma boca?" Foi em 1992 no Malawi e Teresa Tito de Moraes integrava uma comitiva convidada pelo Conselho Holandês para os Refugiados. Hoje, pela experiência de anos acumulada, considera que, mais do que gerir os dias, o importante é encontrar "soluções duradouras", por via diplomática, entre os países de origem e de acolhimento dos refugiados. O objetivo: "reconstruir vidas". Um repto para António Guterres.

ANTECEDENTES



► **RUUD LUBBERS**
Assumiu o cargo em 2001. O ex-primeiro-ministro holandês centrou a sua atenção na África ocidental, Angola e Afeganistão: criou programas de emergência para os três milhões de refugiados que regressaram aos seus países. Foi forçado a demitir-se em Fevereiro devido a suspeitas de assédio sexual.



► **SADAKO OGATA**
Quando foi nomeada em 1990, a professora universitária de Tóquio iniciou de imediato programas para os refugiados do Norte do Iraque, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e a região dos Grandes Lagos, em África. No seu mandato, o orçamento do ACNUR mais que duplicou devido à atenção dada aos deslocados internos.



► **THORVALD STOLTENBERG**
Esteve apenas dez meses à frente do ACNUR, tendo interrompido o seu mandato para regressar às suas funções de chefe da diplomacia na Noruega, em Novembro de 1990. Enquanto desempenhou funções de alto-comissário incluiu, na América Central, operações de paz em grande escala.



► **JEAN-PIERRE HOCKÉ**
O ACNUR, durante o seu mandato, desempenhou um papel central na criação de campos de refugiados do Sudão, Etiópia e Somália. O ex-diretor sulco da Cruz Vermelha Internacional assumiu o cargo durante a crise da Indochina e providenciou o regresso voluntário de refugiados vietnamitas.



► **PAUL HARTUNG**
Ao longo dos oito anos que desempenhou o cargo de alto-comissário (1978-85), as questões sobre os refugiados ganharam uma grande dimensão política devido à Guerra Fria. O seu trabalho centrou-se, sobretudo, na Indochina, Corno de África, América Central e nos refugiados afegãos na Ásia.

GUTERRES TRIUNFA NA ONU

A indicação do ex-primeiro-ministro de Portugal para alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados é, em primeiro lugar, um triunfo do seu próprio perfil pessoal e político. À hora do anúncio, Guterres estava na Palestina.
Por Teresa de Sousa

Diogo Freitas do Amaral esperou pelas cinco da tarde, hora de Lisboa, para fazer o anúncio oficial. Precipitadamente à mesma hora em que o porta-voz do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, anunciava oficialmente em Nova Iorque que António Guterres era o novo alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Para o chefe da diplomacia portuguesa, a escolha de Guterres, entre oito candidatos, "todos eles excelentes", traduz uma vitória do país, que viu o seu prestígio "reconhecido pela comunidade internacional", do próprio candidato, que viu reconhecidas as suas qualidades "profissionais, políticas, pessoais e humanas", e finalmente da diplomacia portuguesa, a cujo esforço se deve também esta vitória.

Presentes na Sala dos Espelhos do Palácio das Necessidades estavam, de resto, quase todos os altos-funcionários do ministério.

O ex-primeiro-ministro português soube da notícia em Ramallah, na Palestina, onde participa numa reunião da Internacional Socialista, da qual é presidente.

Adversários de peso Guterres foi escolhido entre uma lista inicial de oito candidatos, alguns dos quais apoiados por grandes países como a França ou a Itália e por países cujo contributo para o Alto-Comissariado para os Refugiados é muito superior ao português, como a Dinamarca ou a Austrália.

Depois de uma primeira seleção, que estive a cargo de um painel de especialistas internacionais e altos funcionários da ONU, a escolha de Kofi Annan ficou limitada a cinco — para além do candidato português, o francês Bernard Kouchner, antigo ministro, fundador dos Médicos sem Fronteiras e antigo representante da ONU no Kosovo, o australiano Gareth Evans, antigo chefe da diplomacia de Canberra e actual presidente do International Crisis Group

em Bruxelas, o tunisino Kamel Morjan, alto-comissário adjunto para os Refugiados, e o dinamarquês Soren Jensen-Petersen, também em início de mandato da ONU no Kosovo.

"Portugal não é nem uma grande potência, nem um grande contribuinte para o ACNUR, nem sequer tem uma grande experiência no domínio em questão", disse Freitas do Amaral. Para sublinhar que a vitória de Guterres se deve, em grande parte, ao seu perfil pessoal e político.

Foi precisamente no seu "perfil político" que a diplomacia portuguesa construiu o apoio à sua candidatura. A missão do alto-comissário passa em boa medida "pela sua capacidade de diálogo com os governos", disse Freitas do Amaral. "Um antigo primeiro-ministro é melhor do que um antigo ministro, que um antigo responsável de ONG ou um funcionário da ONU", acrescentou.

Foi este factor "político" no qual Guterres era imbatível que pesou mais na mudança de opinião dos Estados Unidos, cujo apoio final e oficial ao candidato português Freitas ainda não tinha confirmado ontem à tarde, mas sobre o qual disse ter "boas razões para (me) acreditar" e que está pronto a agradecer.

O ministro dos Negócios Estrangeiros não se alongou muito na enumeração dos apoios. Lembrou os países da CPLP, da UE e da NATO, a China, a Rússia, e lembrou que mais de dois terços dos membros da ONU manifestaram o seu apoio final. Quanto à União Europeia, com vários candidatos na corrida, Freitas distinguiu, para além da Espanha, a Alemanha e a Suécia e referiu que a França se comprometeu a apoiar Guterres caso o seu candidato não fosse à fase final, como sucedeu.

Fazendo o elogio das qualidades de Guterres, Freitas do Amaral concluiu que a sua escolha é "uma excelente notícia para a ONU, que vai acobiar um novo responsável de uma enorme competência profissional".



Uma vasta rede de contactos internacionais e o respeito pela sua figura ajudaram ao triunfo da candidatura de Guterres

Os bastidores de uma escolha

Sampaio, Timor-Leste e as relações estreitas com muitos líderes mundiais: os trunfos jogados nos bastidores da candidatura portuguesa

Freitas do Amaral sublinhou o "perfil político" de António Guterres como o factor decisivo para a sua escolha como alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Um ex-primeiro-ministro de um país da União Europeia, com uma rede impressionante de contactos entre os líderes mundiais e uma experiência internacional assinalável foram certamente factores decisivos para uma "corrida" que se mostrava à partida bastante desfavorável. Mas a vitória de Guterres deve-se também a um intenso trabalho de bastidores que durou dois meses, envolveu "mais de mil telegramas" entre representações diplomáticas e que mobilizou a diplomacia portuguesa, mas também o Palácio de Belém.

Coube a Jorge Sampaio, como aliás, Freitas do Amaral fez questão de sublinhar ontem, o "impulso inicial" da candidatura de Guterres. Primeiro convenceu a aceitar o desafio, depois lançou as primeiras iniciativas para angariar os apoios necessários ao patrocínio da sua candidatura.

Sampaio começou pelos seus homologos da CPLP. A primeira iniciativa, ainda na primeira fase da selecção dos oito candidatos, foi pedir-lhes que escrevessem ao secretário-geral da ONU. Todos acederam e todos apoiaram Guterres até ao fim. Foi também decisiva a acção do Presidente na escolha de alguns dos cinco "padrinhos" (propomos internacionais) do candidato português — o Presidente timorense, Xanana Gusmão, e os antigos Presidentes mexicano Ernesto Zedillo e moçambicano Joaquim Chissano.

Ramos Horta, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor, foi um dos protagonistas importantes desta primeira fase. Com os seus contactos na ONU, onde permaneceu nos anos de luta pela independência de Timor-Leste, o seu

grande apreço pelo antigo primeiro-ministro português, as suas relações estreitas com o homem crucial desta escolha, o britânico Mark Malloch Brown, subsecretário-geral da ONU e braço direito de Annan, foi incalculável.

Na carta pessoal que lhe escreveu, a que o PÚBLICO teve acesso, Horta desenhava as qualidades de Guterres com venerência, fazendo-as emergir precisamente nos critérios definidos por Malloch Brown para a escolha do futuro chefe do ACNUR. A missiva menciona os dotes oratórios e versatilidade linguística de Guterres, mas também o seu "impressionante" reconhecimento do mundo e o "conhecimento íntimo de muitos líderes não apenas do mundo ocidental mas também no Médio Oriente, África, Ásia e América Latina". Sem, escrever o ministro, um "líder determinado, um homem de acção e, no mesmo tempo, um consumado mediador e construtor de consenso".

Timor transformou-se, de resto, numa peça fundamental da candidatura por várias razões. Não só pela influência de Ramos Horta — acompanhada pelo empenho muito forte de Xanana Gusmão junto de Annan — ou pela forma como muitos chefes de Estado e de governo apreciavam o papel de Guterres nas suas funções de primeiro-ministro, na resolução do problema de Timor (entre os quais, certamente, o próprio Bill Clinton). Mas por uma razão inesperada.

Gareth Evans, o fortíssimo candidato australiano, acabou penalizado pelo seu comportamento em relação a Timor, quando era o chefe da diplomacia de Canberra. Está ainda viva na memória de muitos a memória do seu aperto de mão ao seu homólogo indonésio Ali Alatas, entre gargalhadas e champagne, a bordo de um avião que sobrevoava o Mar de Timor quando ambos se foram, em Dezembro de 1989, um contestado acordo de repartição da riqueza petrolífera timorense. O his-

torial em matéria de defesa dos direitos humanos é crucial nesta eleição.

Como convencer os americanos foi talvez a tarefa mais difícil. Guterres foi contra a guerra no Iraque e disse-o em público. Os americanos começaram por apoiar o candidato tunisino e actual número dois do ACNUR, mais para "torcer o braço à Europa" (na expressão de um diplomata em Lisboa) do que por se renderem nas suas qualidades para o cargo.

É aqui que entra a diplomacia portuguesa. Lembrando, por exemplo, ao Departamento de Estado que Guterres teve a coragem de ir a Bagdad dar o apoio da Internacional Socialista ao processo eleitoral dos iraquianos. O antigo primeiro-ministro português tem excelentes contactos em Washington, mesmo que sobretudo fechados durante a Administração Clinton. E Freitas do Amaral tem procurado uma rápida reproximação a Washington. Todos estes factores acabaram por levar o Departamento de Estado a reconhecer que a candidatura portuguesa se enquadrava bastante bem no perfil que haviam traçado para o sucessor do holandês Ruud Lubbers.

Os Estados Unidos acabaram por reconhecer que Guterres encaixava bastante bem no perfil que tinham traçado para o sucessor do holandês Lubbers

Na UE, embora com a dificuldade de não haver um candidato comum mas sim vários — entre eles, um francês e um dinamarquês que contava com o apoio dos nórdicos, os grandes dadores europeus —, os velhos contactos e amizades de Guterres devem ter forçado algumas portas.

Apenas uma coisa falhou nesta estratégia delimitada para dois meses. Estava previsto que apenas três candidatos passassem à fase final — Guterres, o tunisino Kamel Morjan e o francês Bernard Kouchner. E a estratégia diplomática portuguesa foi construída neste cenário. Passaram cinco, o que começou por baralhar as contas e exigir alguns esforços suplementares. Finalmente, tudo acabou da melhor maneira. **TERESA DE SOUSA**

Vitória pessoal e d

NOMEAÇÃO |||► Escolha de Guterres para alto-comissário da ONU para os Refugiados anunciada ontem põe termo a dois meses de expectativa
|||► Diplomacia nacional conseguiu convencer Washington a dar o aval

■ Romano Madal

O secretário-geral (da ONU, Kofi Annan) está satisfeito por poder anunciar que pediu à Assembleia Geral das Nações Unidas a eleição de António Manuel de Oliveira Guterres, de Portugal, como novo alto-comissário para os refugiados", afirmou a meio da tarde de ontem Stéphane Dujarric, porta-voz de Annan, que não teve o exclusivo da satisfação; à mesma hora, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Freitas do Amaral – que também já presidiu à Assembleia Geral da ONU –, convocava a imprensa para anunciar que Portugal está de parabéns pela nomeação de Guterres para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A escolha para gerir uma das agências mais relevantes do sistema ONU, que implantada em 120 países procura acudir, com um orçamento de quase mil milhões de dólares, a cerca de 22 milhões de refugiados e deslocados internos no mundo inteiro, constitui um reconhecimento pessoal das qualidades de António Guterres, e que Freitas do Amaral fez questão de sublinhar durante a sua comunicação: "Quem melhor que António Guterres para exercer esta função?", questionou num aponamento retórico, esclarecendo que "a grande capacidade de diálogo" e o "perfil de experiência governamental" foram cruciais para a seleção do ex-primeiro-ministro,stando, também, o "humanismo" do actual presidente da Internacional Socialista.

O anúncio oficial da opção por António Guterres, que deverá ser confirmado no cargo pela Assembleia Geral da ONU e iniciar funções a 15 de Junho, não decorreu, porém, apenas do perfil do candidato português, que, à luz dos critérios enunciados por Fred Eckhard, porta-voz da ONU, quando se

meou os finalistas – "capacidades de comunicação e de criação de consensos" – semostraria perfeito, ou não tivesse sido o criador do Executivo dialógico que governou Portugal de 1996 a 2001.

Com efeito, a nomeação de Guterres para o ACNUR resultou também dos esforços desenvolvidos pela diplomacia portuguesa nesse sentido, que mobilizou grande parte dos seus recursos de há dois meses para cá. Porque, apesar do cargo ser personalizado, o prestígio que comporta para os países de origem dos candidatos, e o peso específico de cada qual, implica a disputa agressiva de apoios nos bastidores da diplomacia. Algo que Freitas do Amaral deixou implícito, ao confirmar que se tratou de "uma batalha difícil" porque "todos os candidatos eram excelentes" e Portugal "não é uma grande potência, nem um país rico, nem tem experiência no cargo", disse, numa referência aos cinco finalistas além de Guterres – o ex-representante da ONU no Kosovo Bernard Kouchner (França), o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália Gereth Evans, o alto-comissário adjunto para os Refugiados, o tunisino Kamel Morjan, e o chefe da missão da ONU no Kosovo, o dinamarquês Soren Jensen-Peter. Fontes diplomáticas indicaram, aliás, que a opção final oscilou entre o português, o dinamarquês e o australiano. Ganhou Portugal.

Apoio de Washington

No entanto, Freitas do Amaral também fez notar que a escolha de Guterres não teria sido possível sem o apoio da única hiperpotência mundial, os EUA, o que confirma o êxito dos esforços desenvolvidos pelo Palácio das Necessidades nas chancelarias internacionais, nomeadamente em Londres. Com efeito, após garantir o apoio explícito da Espanha, do Brasil e até da Rússia, entre outros, como os estados integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, era necessário conquistar Washing-

a via diplomática



ton, cuja simpatia por Guterres, das vozes que mais protestou contra a invasão do Iraque pelos EUA enquanto presidente da Internacional Socialista, era pouca. Nesse contexto, a via para obliterar as reticências da Casa Branca passaria por Londres, conhecida a empatia pessoal do locatário do n.º 10 de Downing Street, o trabalhista Tony Blair, por Guterres, e a "special relationship" entre a Inglaterra e a sua ex-colónia ultramarina. O momento-chave consistiu no lóbi junto da secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, por ocasião da cimeira da OTAN em Vilnius, Lituânia, a 20 e 21 de Abril, em que os diplomatas nacionais puderam expor a sua argumentação. Com êxito.

Entre as tarefas que aguardam António Guterres, que passará a residir em Genebra, Suíça, sede do ACNUR, pontifica a restituição da credibilidade da própria organização, fragilizada pelo envolvimento do ex-primeiro-ministro da Holanda Ruud Lubbers, que se demitiu a 20 de Fevereiro do cargo que Guterres ocupará, num escândalo de assédio sexual e intimidação.

Reacções



José Sócrates
Primeiro-ministro

“Estou emocionado com a escolha. Constitui uma vitória para Portugal e uma excelente notícia para a ONU, que se vê reforçada com um novo dirigente dotado de elevada competência profissional, grande experiência governativa e de forte sentido de solidariedade e vocação humanitária. Eu ganhei um amigo num alto posto internacional. Portugal saiu mais prestigiado e ganhou influência internacional”



Mário Soares
Ex-presidente da República

“Trata-se de um cargo para o qual está tãhido. Pelo seu grande humanismo, irá exercer muito bem o seu lugar. A opção de Kofi Annan por António Guterres representa também uma forma de prestígio para Portugal.”



Durão Barroso
Presidente da Comissão Europeia

“Asseguro o apoio substancial do executivo comunitário à organização a que Guterres irá chefiar”.

PERFIL ► Um líder com perspectiva internacionalista e dialógica

Resposta para um apelo irrecusável

Caibólito praticante, humanista por vocação, António Guterres, 58 anos, poderia ter sido, apenas, em cumprimento de uma licenciatura que cumpriu com 19 valores. Ou militante de um qualquer partido de Direita, em conformidade com a sua conduta cristã e, considerada por muitos, mais conservadora. Acabaria, no fim dos anos 70, para surpresa de alguns companheiros mais próximos, por aderir ao Partido Socialista. O próprio haveria de esclarecer a improvável opção: “Encontrei ali uma possibilidade de realizar os meus ideais políticos e, sobretudo, sociais”. E estabeleceu a diferença: “O que distingue a Esquerda e a Direita é o tique autoritário da Direita e a visão mais libertária da Esquerda”.

Se a sua popularidade, no trilho da ascensão no aparelho partidário e nos cargos que desempenhou no país, foi sofrendo duras oscilações, o prestígio internacional que acumulou permanece imbatível. O exemplo mediático máximo da está cruzada pela defesa dos direitos humanos, no exterior, é Timor Leste. O contributo para a independência da mais jovem nação do planeta foi uma das marcas mais relevantes da sua legislatura.

“Enquanto primeiro-ministro, o meu melhor momento foi, provavelmente, durante os dias que se seguiram ao referendo de Timor-Leste. Fiz um apelo dramático e pessoal aos mais relevantes chefes de Estado de Governo dos EUA, da Europa e de todo o Mundo, para que se criassem condições para a indispensável intervenção da comunidade internacional com vista a parar os trágicos eventos naquele território”, reconheceria, com indizível orgulho.

A acção de António Guterres reflectiu

a sublinhada preocupação social que o caracteriza – responsável pelo despertar da sua consciência política –, escrita o trampolim para a esfera internacional, da qual tem sido protagonista nos últimos anos.

Depois da derrota eleitoral do PS nas eleições autárquicas de 2001, que motivaria o então primeiro-ministro a demitir-se do Governo e da liderança do partido – “é meu dever, perante Portugal, evitar um pântano político”, justificaria –, António Guterres ocupou-se, em regime de exclusividade, da Internacional Socialista, para a qual foi eleito presidente em 1999. E, longe da projecção pública, na discricção do quotidiano, o político continuou a dar aulas de Matemática, a jovens e adultos carenciados, em sistema de voluntariado, no bairro da Quinta do Mocho, perto de Sacavém, arredores de Lisboa. Sobre esta actividade não remunerada, o ex-líder socialista nunca preferiu qualquer declaração.

“Na vida política interna portuguesa”, confessaria em 2003, “não tenciono ter, a curto prazo,

qualquer intervenção”. Nem sequer o cenário das eleições presidenciais, para as quais seria, dentro do aparelho político socialista, o candidato mais provável, lhe nascitou alterações no discurso. Sobre a corrida a Belém, em Janeiro do próximo ano, foi sempre evasivo. “Não sou candidato a coisa nenhuma”, contornou, múltiplas vezes, a questão. O divórcio técnico da política nacional não trava, no entanto, a culpa que, nos últimos dias, lhe tem sido atribuída, por ter contribuído para o actual défice financeiro do país, muito próximo dos 7%.

Pelo contrário, sobre a possibilidade de ser o eleito de Kofi Annan para desempenhar o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, o ex-chefe do Governo foi categórico. “O apelo é irrecusável para quem sempre assumiu uma vocação de serviço público e dada a natureza particularmente dramática que hoje os refugiados enfrentam em todo o Mundo”. Nos últimos três anos, Guterres, repassador da Administração Bush, esteve no Iraque, defendeu a urgência de um Plano Marshall para África e criticou a política de “dois pesos e duas medidas” das grandes potências.

Viajante audaz e rigoroso – prepara exaustivamente cada trajeto, esgotando a leitura sobre a cultura do país a visitar –, António Guterres perdeu a companhia de viagem, Luísa, em 1998. Casa novamente com Catarina Vaz Pinto.

Helena Teixeira da Silva



Fonte: Jornal de Notícias p.6-8

Os primeiros 24 já chegaram a Portugal. Ainda faltam mais 4476

Fugiram de cinco países, ficaram em centros na Itália e Grécia. Chegaram ontem a Lisboa. São apenas 24 dos 4500 refugiados que Portugal se comprometeu a receber. Não se sabe quando virão mais

Clara Viana
e Ana Dias Cordeiro

Não fossem os agentes fardados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que os acompanhavam e a bateria de câmaras e jornalistas que os aguardaram ontem à saída do aeroporto de Lisboa e dir-se-ia que aquele grupo de jovens, chegados de Roma, era apenas mais um dos que vêm para uma estadia de férias em Portugal.

Vestem jeans, trazem gorros ou bonés, de onde espreitam penteados afro, e poucas malas para um futuro que afinal deverá ser longo por cá. São os dez primeiros refugiados a chegar a Lisboa no âmbito do programa de realocização, aprovado no final de Setembro pela União Europeia, para dar guarida a 160 mil dos que este ano fugiram da Síria e do Iraque, mas também do Sudão, da Eritreia e da Tunísia. São estes os países de origem dos 24 refugiados que ontem chegaram a Lisboa: dez ao princípio da tarde, vindos de Roma; mais 14 à noite, oriundos de Atenas.

Tanto a ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, como o ministro adjunto, Eduardo Cabrita, que receberam o primeiro grupo no aeroporto, escusaram-se a indicar novas datas para acolhimento de mais refugiados. Portugal comprometeu-se a receber 4500 até 2017.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), entre janeiro e Novembro deste ano chegaram ilegalmente à União Europeia (UE) 1,5 milhões de pessoas, das quais perto de 80% têm condições para pedir asilo e receber o estatuto de refugiados. Mais de metade chegou à Grécia (742 mil)



Primeiro grupo a chegar era composto sobretudo de jovens, cristãos, com maioria do sexo feminino e de nacionalidade eritreia

e Itália (159 mil). Oficialmente, 3671 morreram no Mediterrâneo, quando tentavam chegar à Europa.

O Programa de Realocização de Refugiados na União Europeia prevê que sejam acolhidos na UE 160 mil refugiados dos muitos que estão agora em centros na Grécia e Itália. Mas os últimos dados disponibilizados pelo ACNUR dão conta de que apenas pouco mais de 200 foram já recebidos noutros países.

Portugal é um deles. Eram 13h35

quando o primeiro grupo aterrou no aeroporto de Lisboa. Não se sabe há quanto tempo esperavam em Itália por um novo porto de abrigo. O mesmo se passa com o grupo que chegou à noite, vindo de Atenas. Aliás, quase nada foi divulgado pelas autoridades portuguesas sobre estes refugiados. "Por uma questão de respeito pelos direitos humanos e pela privacidade de cidadãos que provêm de territórios em guerra e que foram vítimas de situações

traumáticas", justificou Eduardo Cabrita. As mesmas razões foram apontadas para o facto de nenhum dos refugiados prestar declarações à comunicação social.

"Espero que este seja para eles o início de uma vida feliz", disse também o ministro adjunto. Também a ministra, pelas mesmas razões invocadas por Eduardo Cabrita, não revelou quais as nacionalidades representadas no primeiro grupo a chegar. Disse apenas que a maio-

ria é da Eritreia, que são cristãos, jovens e que as mulheres são maioritárias. As duas últimas características tinham já sido testemunhadas pelos jornalistas, quando o pequeno grupo emergiu do interior do aeroporto, depois de terem passado pelo controlo de identificação e de recolherem a bagagem que trouxeram consigo.

A ministra da Administração Interna lembrou que os que chegaram ontem já foram registados em →

Fonte: Jornal Público p.3

21 adultos, duas crianças e um bebé. Um recusou viajar

Refugiados. Chegaram ontem a Portugal os primeiros 24 de um grupo de 4755, que iremos receber durante dois anos. E o governo já mostrou disponibilidade para aumentar esse número

CÉU NEVES

O primeiro grupo de 24 refugiados chegou ontem a Portugal. Recebidos por grande aparato – dois ministros e muitos jornalistas –, passaram por todos sem parar ou responder a perguntas. Homens e mulheres, na maioria adultos jovens da Eritreia, da Síria e do Iraque, viverão os próximos meses em cidades de norte a sul do país. Ao fim do dia, soube-se que um recusou sair do centro de acolhimento de Atenas, apesar de todas as explicações que lhe foram dadas sobre como é viver em Portugal.

Guiando carrinhos com as malas, dir-se-ia que eram turistas não fosse o acompanhamento policial. Houve quem pedisse para não ser fotografado ou filmado. E um elemento do grupo recusou viajar – um seu direito. Aliás, este tem sido um dos motivos apresentados pelas autoridades nacionais para o atraso no cumprimento do Programa de Recolocação da União Europeia, reconhecendo que há, também, problemas burocráticos.

Presente nesta receção esteve o ministro adjunto da Presidência, Eduardo Cabrita, que justificou a limitação no acesso a dados sobre os refugiados com a necessidade de respeitar os direitos humanos de quem viveu momentos dramáticos. “Espero que a chegada a Portugal seja o início de uma vida feliz”, concluiu.

Os primeiros dez refugiados chegaram à sala de desembarque do aeroporto de Lisboa pelas 14.00.



Migrantes são da Eritreia e da Síria. Outros vieram do Iraque

Um grupo com quatro homens e seis mulheres, adultos jovens, vindos da Eritreia e da Síria. O segundo grupo, vindo de Atenas via Madrid, chegou depois das 20.00, estes oriundos do Iraque e da Síria. Três casais num conjunto de 14 pessoas, seis homens e cinco mulheres, duas crianças e um bebé. As novas famílias viverão os próximos

Misericórdia e Fundação Islâmica de Palmela. O ministro adjunto elogiou o empenho da sociedade civil, de que resultou a disponibilização de 110 municípios para receber os refugiados que escolherem vir para Portugal.

A ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, disse que os novos imigrantes terão o apoio necessário para a sua integração e conquista de autonomia, nomeadamente habitação, educação e cuidados de saúde. “Estes homens e mulheres têm direito de aceder ao

Ao todo, há 160 mil para alojar. Recolocados não chegam a 200

mercado de trabalho, vão residir legalmente em Portugal, com uma autorização de residência. Numa primeira fase vão ter de aprender a língua portuguesa, um instrumento essencial para poderem aceder ao mercado de trabalho.”

O ministro adjunto da Presidência, Eduardo Cabrita, manifestou a disponibilidade de Portugal para receber mais do que os 4755 refugiados previstos. Sublinhou que a mesma mensagem seria dada pelo primeiro-ministro António Costa no Conselho Europeu, que começou ontem e termina hoje em Bruxelas.

“Portugal assume os seus compromissos no quadro de um programa que neste momento envolve 160 mil refugiados e participa ativamente. Hoje (ontem) o primeiro-ministro, no Conselho Europeu, realçará que Portugal está disponível para assumir responsabilidades alargadas num esforço solidário à escala europeia”, sublinhou o ministro, um dos governantes a receber os primeiros dez refugiados a chegar a Lisboa, estes vindos de Roma, Itália.

Eduardo Cabrita tem referido que Portugal acordou receber mais de 4500 refugiados nos próximos dois anos, sendo o número exato de 4755 e que resulta da soma de dois planos de recolocação. Há 160 mil pessoas para distribuir pelos países europeus.

Segundo Rui Marques, há disponibilidade imediata para receber 600 pessoas e crítica os dirigentes da UE pelo processo de recolocação estar tão demorado.

Fonte: Diário de Notícias p.17

Migrações: “É preciso dar voz aos cidadãos para perceber os seus medos”

Fórum dos Cidadãos pôs participantes a pensar na forma como Portugal deve acolher imigrantes e refugiados. Organização registou mudança de atitude em quem chegou com preconceitos

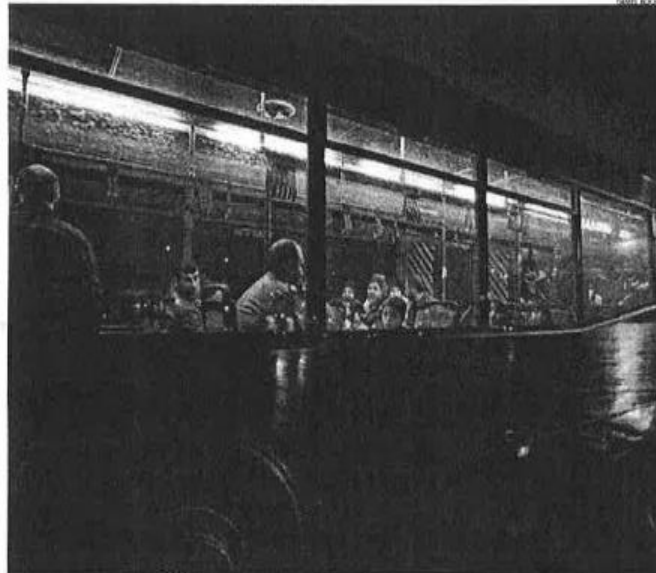
Refugiados
Joana Gorjão Henriques

Se Portugal recebe refugiados, devia ter melhores condições para acolher as suas famílias. Os processos de reconhecimento das suas habilitações académicas deviam ser menos complexos e as soluções para aprendizagem de português também. Em vez do Rendimento Social de Inserção (RSI), os refugiados deviam receber subsídio de desemprego para que possam interromper e reinar esse apoio facilmente enquanto procuram trabalho.

Estas são algumas das propostas de 45 cidadãos “recrutados” segundo um perfil idêntico ao da população da Grande Lisboa para participar no Fórum Migrações, que decorreu em finais de junho e início de julho no Teatro Maria Matos em Lisboa, e cujo relatório preliminar foi apresentado ontem, no Centro de Acolhimento para Refugiados, na Bobadela.

Quando chegaram a esse espaço de debate, a maioria das 45 pessoas já tinha uma posição sobre a integração de imigrantes e refugiados. Portadores de “imensas informações erradas”, houve quem dissesse coisas como “alguns refugiados ficaram com as casas que as pessoas perderam durante a crise”. Uns eram 100% positivos sobre a migração, principalmente por razões humanitárias, e outros eram muito negativos, conta uma das organizadoras, Joana Gonçalves-Sá, professora na Universidade Nova e investigadora do Instituto Gulbenkian Ciência. “Depois havia um grupo meio-termo que queria ‘separar’ imigrantes de refugiados (sendo favorável aos refugiados), desconhecendo os critérios legais de atribuição do estatuto. Não sabiam que apenas uma percentagem mínima dos candidatos o conseguia.”

Um discurso com um acento na divisão entre “nós” e “eles” aparecia em frases como “não podemos ajudar todos”, “primeiro estão os nossos”, “também temos muita pobreza”, “se os nossos não têm, eles também não” ou “os nossos portugueses lá fora também sofrem muito,



Maioria das 45 pessoas ouvidas já tinha uma posição sobre a integração de imigrantes e refugiados

“**Algumas pessoas tinham a percepção de que o Estado gasta muito com refugiados e que em Portugal já acolhemos milhares**”

Joana Gonçalves-Sá
Professora na Universidade Nova

por que é que os outros não devem sofrer”, acrescenta.

“Algumas pessoas tinham a percepção de que o Estado gasta muito com refugiados e que em Portugal já acolhemos milhares”, continua – vários mostraram-se surpreendidos quando souberam que Portugal não chegou sequer a acolher dois mil, metade já partiu e uma família de quatro chega a ter apoio equivalente a pouco mais do salário mínimo.

Antes e depois do fórum

O Fórum Migrações é dinamizado pelo Fórum dos Cidadãos, projecto que se apresenta como apartidário e sem orientação política ou ideológica, organizado ainda por profissionais como Manuel Arriaga, professor na Universidade de Nova Iorque ou Paulo Almeida, investigador no Instituto Gulbenkian de Ciência.

Com o objectivo de “revigorar a democracia portuguesa”, desenvol-

ve encontros de cidadãos segundo o modelo de deliberação cívica “onde se procura fazer emergir uma opinião pública informada e reflectida”. Desta vez foram 20 homens e 25 mulheres, com idades entre os 18 anos e os mais de 65, a maioria com o 12.º ano ou ensino superior, dois com a 4.ª classe.

Na edição passada – a primeira – o tema central foi a democracia. Nesta quiseram questionar: “Que Condições Deve Portugal Oferecer a Quem Chega?” Aos participantes deram como tarefa identificar ideias e desenvolver propostas para melhorar a política de acolhimento. Foram-lhes fornecidos materiais como notícias de jornais e documentação, e a visão de peritos sobre o tema como Mário André, da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Plataforma de Apoio aos Refugiados, e Pedro Góis, especialista em migrações da Universidade de Coimbra.

Dois dias depois, na hora de pôr as deliberações no papel, os preconceitos não desapareceram mas eram muito menos. “No fim já diziam coisas como ‘não sabia que eles sofriam tanto’”, comenta Joana Gonçalves-Sá. Outro dado curioso: as propostas foram todas viradas para a ideia de “como podemos fazer melhor” para acolher migrantes e nenhuma destinada à correcção do comportamento dos migrantes, ao contrário do que aconteceu na Áustria, por exemplo, em que se dirigiu a responsabilidade para os migrantes.

Notou-se que no final do fórum a atitude sobre a ideia de acolher migrantes era muito mais positiva, refere a investigadora. Comparando antes e depois subiu a percentagem das pessoas que concordou completamente com a ideia de que o Estado deve dar os mesmos apoios a quem sempre viveu em Portugal e a quem é imigrante, ao mesmo tempo que desceu a falta que concordava com a ideia de que a imigração cria desemprego. Por outro lado, aumentou o número de pessoas que concordou com a ideia de que precisamos de imigrantes para compensar a baixa taxa de natalidade.

“Ainda estamos a analisar os resultados e não sabemos até que ponto isto é significativo estatisticamente”, conclui Joana Sá. “Mas acho que este tipo de trabalho de proximidade é fundamental porque as pessoas têm dificuldade em distinguir entre fontes fidedignas e não fidedignas e a sua interpretação tende a ser exagerada, baseia-se em informação falsa e depois há dificuldade em mudar de opinião – vê-se aqui e em outros temas.”

Para a investigadora, o facto de as deliberações serem “razoáveis, implementáveis e com forte cariz humanitário” mostra que cidadãos bem informados conseguem tomar decisões importantes e fundamentadas. Para temas complexos como este é preciso fazer um trabalho de fundo e “dar mais tempo e mais voz aos cidadãos, para perceber as dúvidas e medos e como os ultrapassar”, conclui.

jgh@publico.pt

Fonte: Jornal Público p.14

Redes lucram 800 milhões com sírios

Alexandre Panda
policia@jn.pt

► O tráfico de sírios para a Europa é um negócio milionário: só este ano, as redes criminosas terão lucrado entre 800 e 900 milhões de euros, tendo por base as estimativas de organizações internacionais.

As redes criminosas que organizam as passagens marítimas dos refugiados sírios entre o Médio Oriente e a Europa cobram entre 1000 e 2500 euros por pessoa, de acordo com um estudo da Comissão Europeia, datado de setembro. Considerando que, entre janeiro e outubro, entraram 458 829 refugiados sírios pelas principais rotas do Mediterrâneo, segundo a Frontex (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia), conclui-se que o negócio terá rendido acima de 800 milhões de euros. Se usarmos os mais recentes números de refugiados (515 mil) avançados pelo Alto Comissariado da Nações Unidas, os valores sobem para mais de 900 milhões de euros.

O certo é que nesta altura existem apenas estimativas, mas várias agências não governamentais, como o Institute for Security Stu-



Cerca de meio milhão de refugiados sírios chegaram este ano à Europa por intermédio de redes criminosas

dies ou a Global Initiative Against Transnational Organized Crime, avançam que, no ano passado, quando foram contabilizados apenas metade dos refugiados deste ano, os traficantes da Líbia lucraram 325 milhões e os ligados ao Estado Islâmico 323 milhões.

Uma fonte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) avançou ao JN que apenas uma organização criminosa, desmantelada recentemente, lucrou 10 milhões de euros. Alguns traficantes até limitavam a quantidade de combustível das embarcações. O objetivo era che-

gar o mais perto possível das costas europeias sem combustível para evitar que as autoridades os forçassem a regressarem ao ponto de partida. "Vão para o mar já com o combustível calculado e assim têm entrada garantida na Europa", disse ao JN uma fonte do SEF. ●

Fonte: Jornal de Notícias p.6

Orbán foi a Itália dar força a Salvini para “travar os migrantes no mar”

Primeiro-ministro da Hungria desfez-se em elogios ao ministro da Administração Interna italiano, num encontro que serviu mais para dar um sinal de força face a Bruxelas do que para anúncios concretos

União Europeia
Alexandre Martins

Ninguém esperava que o primeiro encontro entre dois governantes como Matteo Salvini e Viktor Orbán corresse mal, mas o ministro da Administração Interna italiano e o primeiro-ministro húngaro não pouparam esforços para mostrarem aos seus eleitores, e à União Europeia, que a lista dos partidos e governos anti-imigração está cada vez mais farta e sólida. O tema, no final de um encontro em Milão dominado pela tema da imigração, Salvini e Orbán saíram juntos numa conferência de imprensa marcada por sorrisos de complicitade e olhares desafiadores na direcção de Bruxelas: “Estamos próximos de um ponto de viragem para o futuro da Europa”, disse o ministro italiano.

Pouco antes do início da reunião, a meio da tarde de ontem, o primeiro-ministro húngaro desfez-se em elogios quando foi questionado sobre o que esperava da conversa com Matteo Salvini. Nem o ministro italiano chegou tão longe nas palavras, nas várias ocasiões em que também declarou a sua admiração por Orbán: “Ele é o meu herói, é um dos meus companheiros de destino”, disse o primeiro-ministro húngaro. Depois, como que a validar a ideia de que o professor Orbán ia ter com o italiano Salvini, veio a frase que marcou o encontro para o resto do dia: “Sou um grande admirador dele e tenho algumas experiências que talvez possa partilhar com ele.”

Essas experiências viriam a ser resumidas por Orbán na conferência de imprensa, quando os governantes remataram apresentando-se como a mais-chapla do novo pesadão na UE — uma espécie de Angela Merkel e Emmanuel Macron ao contrário.

“A Hungria é a prova de que os migrantes podem ser tratados em terra, e é aqui que entra a missão de Salvini”, disse Orbán, para depois concluir: “E se tem de mostrar que estes migrantes também podem ser tratados no mar.”

Para vincarem as divergências com Bruxelas, Orbán e Salvini pu-



Os governantes criticaram Macron, a quem chamaram “o chefe dos partidos pró-imigração”

Governo italiano ameaça vetar Orçamento europeu

Roma exige política de imigração e diz que Orçamento “não é um dogma”

O Governo italiano reforçou a ameaça de paralisar a União Europeia com um veto durante a votação do próximo Orçamento, que desbloqueará fundos para os próximos sete anos. No centro da discordância está a política de imigração europeia — ou a falta dela, segundo o vice-primeiro-ministro Luigi Di Maio.

Apesar das divisões nos parceiros de Governo em Itália — com a Liga a defender medidas ainda mais duras do que o Movimento 5 Estrelas —, a coisa o executivo está unido: “Se a situação da imigração não se altera em breve, o veto será certo”, disse Di Maio, do Movimento 5 Estrelas, na sua página no Facebook.

“Acima de tudo, a aprovação do Quadro Financeiro Plurianual para os próximos sete anos, que eles gostariam de aprovar à pressa antes das próximas eleições europeias, não é um dogma”, ameaçou o governante. Antes dele, já o ministro da Administração Interna, Matteo Salvini, tinha ameaçado deixar de transferir dinheiro para o Orçamento europeu. No dia da queda da ponte em Génova, o líder da Liga disse que situações como essa resultavam das políticas de austeridade de Bruxelas.

As desavenças entre a União Europeia e o novo Governo italiano não são novidade — foi

por causa dessa atitude de distanciamento que a Liga e o Movimento 5 Estrelas foram os partidos mais votados. Mas a situação agravou-se quando o comissário europeu para o Orçamento, Günther Oettinger, desmentiu o Governo italiano sobre o montante que Roma transfere para os cofres europeus: “Não são 20 mil milhões de euros por ano. A Itália paga 14, 15 ou 16 mil milhões por ano. Mas, se contabilizarmos o que eles levam do Orçamento europeu, a contribuição fica-se pelos três mil milhões por ano”, disse Oettinger.

“Ninguém gosta de pagar. Mas se mandarmos vir, temos de pagar”, concluiu.



ram para a conferência de imprensa o Presidente francês, Emmanuel Macron, que o primeiro-ministro húngaro descreveu como “o chefe dos partidos pró-imigração”. “O Presidente Macron está em mínimos históricos no seu país e passa o tempo a dar lições a governos estrangeiros”, acusou Salvini.

Quanto à ideia, lançada pelo ministro italiano, de a Europa vir a ter uma aliança soberanista (com Itália, Hungria e os quatro de Visegrado — República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia), Salvini confirmou que há negociações a decorrer, referindo-se aos termos de um possível acordo em termos gerais: “Estamos a trabalhar, cada um no seu campo, para construirmos uma aliança que exclua socialistas, e cada um com a sua história. Queremos unir energias diversas com um objectivo comum.”

O apelo do chefe do Governo húngaro ao ministro da Administração Interna italiano surge numa semana marcada por mais um braço-de-ferro entre Matteo Salvini e Bruxelas.

No fim-de-semana, os quase 200 migrantes que seguíam a bordo do navio de resgate *Orion* puderam finalmente entrar em Itália, ao fim de dez dias de impasse, mas só depois de a Igreja Católica, a Albânia e a Irlanda terem aceitado acolhê-los. O tema, a OMI disse que muitos desses migrantes sofreram torturas e violações na Líbia, onde estiveram retidos dois anos por traficantes, e a Justiça italiana lançou uma acusação formal contra Salvini por rapto e detenção ilegal.

Apesar das críticas da oposição contra a visita de Orbán e de um protesto que juntou algumas centenas de pessoas em Milão, a popularidade de Salvini, que já era alta, subiu ainda mais. E não é só a popularidade de Salvini que continua a subir — a do seu partido, a Liga, há muito ultrapassou o seu parceiro de coligação nas sondagens, rondando os 30%. Há quatro meses, nas eleições legislativas, a Liga obteve 17% dos votos e o Movimento 5 Estrelas, quase o dobro, 33%.

alexandre.martins@publico.pt

Fonte: Jornal Público p.20



"Não podem prender Riace", lê-se na faixa levada num protesto em defesa de Mimmo

Governo italiano ordena saída de refugiados de cidade modelo

Itália

A cidade de Riace, na Calábria, é considerada um modelo de integração. A ordem de expulsão segue-se à detenção do autarca

O ministro do Interior de Itália, Matteo Salvini, ordenou a saída de todos os migrantes da localidade de Riace, na Calábria, dizendo que durante a semana têm de ser transferidos para centros noutros locais do país.

A ordem de saída dos cerca de 200 refugiados na localidade segue-se à acusação contra o presidente da câmara, Domenico Lucano, Lucano está em prisão domiciliária, acusado de organizar casamentos de conveniência e de irregularidades na atribuição de contratos da recolha do lixo.

Reconhecido internacionalmente pelo programa de acolhimento a migrantes e refugiados, Lucano foi incluído na lista dos 50 grandes líderes da revista *Forbes* em 2016.

Foi ele que começou o projecto em 1998, antes de ser eleito presidente da câmara, em 2000. A ideia era combater a perda de habitantes da localidade com 2000 residentes,

e aproveitar os recém-chegados para dinamizar a economia, fazendo uso de casas abandonadas que lhes eram dadas, para além de receberem formação profissional. O programa foi considerado um sucesso.

O diário britânico *The Guardian* sublinha que o programa deu emprego tanto a refugiados como a locais, que encontraram mais hipóteses de trabalho enquanto professores, tradutores, ou mediadores culturais.

A estratégia de integração ajudou a reanimar a economia: o único bar reabriu, algumas lojas também. Algumas casas foram transformadas em lojas de produtos artesanais, de cerâmica a chapéus ou chocolate, feitos e vendidos por refugiados e locais.

Lucano vai recorrer da decisão de Salvini, acusando o Ministério de querer destruir o projecto. O presidente da região da Calábria, Mario Oliverio, disse que a ordem era "absurda e injustificada". "Espero que o objectivo não seja parar um projecto que tem sido extremamente positivo, apreciado e reconhecido internacionalmente", disse.

Lucano, conhecido como Mimmo, é acusado de sugerir que a única solução para uma nigeriana que não conseguia autorização para se manter no país seria o casamento, e de

irregularidades nos contratos da autarquia para a recolha do lixo, atribuídos a cooperativas de refugiados.

"Uma Itália diferente"

Salvini, do partido anti-imigração Liga, prometeu diminuir o financiamento dos centros de recepção a requerentes de asilo. Na altura da detenção de Lucano, reagiu no Twitter: "Vamos ver o que fazem os outros benfeitores que querem encher a Itália com imigrantes."

Em relação à saída dos refugiados de Riace, declarou: "não podemos tolerar irregularidades no uso de dinheiro público".

Muitos vêem uma clara intenção na expulsão dos refugiados de Riace. Aboubakhar Soumahoro, activista de direitos de migrantes que trabalha no Sul de Itália, declarou ao jornal *La Repubblica*: "O 'modelo Riace' demonstrou que com a integração se gasta menos do que o Estado dá para manter pessoas nos centros tradicionais. Ver uma cidade do Sul que consegue integrar, que trata os imigrantes como pessoas activas e não seres passivos a transportar como pacotes: aqui está, esta é a verdadeira culpa de Mimmo, o presidente da câmara. É culpado de ter demonstrado que é possível uma Itália diferente."

De que falamos quando falamos de solidariedade europeia?

Jean-Claude Juncker resumiu o dilema do actual debate sobre migrações: "Há países que aceitam refugiados, e há países que não querem receber refugiados". A solução passa por uma abordagem "flexível"

Cineira Europeia
Rita Siza, em Salzburgo

"Solidariedade flexível" foi o conceito engendrado pelos líderes europeus para mascarar as suas diferenças irreconciliáveis e ensaiar algum consenso para fazer avançar o debate sobre a chamada crise migratória - que nesta altura já não tem a ver com a pressão da entrada incontável de migrantes em território europeu, mas antes com as dificuldades em gerir os fluxos e tratar os pedidos de asilo daqueles que desembarcam de forma irregular ou são resgatados no Mediterrâneo.

O problema é que, tal como acontece com as soluções para o problema, os líderes têm ideias bem distintas sobre o que deve ser esta solidariedade e como se pode manifestar: é um compromisso voluntário para o acolhimento de refugiados? É uma contribuição financeira para reforçar o patrulhamento das fronteiras? São os acordos para instalar plataformas de desembarque regionais em países terceiros? Na cineira informal que reuniu os 28 chefes de Estado e de Governo da UE em Salzburgo, não se ficou mais perto de uma resposta.

A Comissão Europeia e vários Estados-membros ainda insistem que uma solução verdadeiramente europeia e comum tem de passar por um sistema que previja o acolhimento e a redistribuição de refugiados, numa partilha de responsabilidades entre todos os parceiros. Mas outros não descartam a ideia de que se pode ser solidário de diferentes maneiras, e estão disponíveis para pagar (não se sabe quanto ou a quem) para manter as suas fronteiras fechadas. "Há países que aceitam refugiados, e há países que não podem ou não querem receber refugiados, mesmo que devêssemos fazê-lo", resumiu o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker.

Claro que há quem considere que mesmo essa solidariedade flexível já é ir longe de mais no que concerne à entrada de migrantes. Igual a si mesmo, quando questionado sobre a solução para a crise migratória, o



Foto de uma família irreconciliável sobre a chamada crise migratória

Gosta: não se valorize a extrema-direita

O primeiro-ministro português, António Costa, responsabilizou os políticos e a comunicação social por promoverem a extrema-direita, sublinhando que estes partidos têm sido sucessivamente derrotados nas eleições dentro da União Europeia. "Todos nós democratas devíamos reflectir se não promovemos indevidamente quem não merece ser promovido e apresentamos como uma grande ameaça quem é

uma ameaça relativamente contida", disse em Salzburgo, na Áustria, onde participou na cimeira informal de chefes de Estado e de governo da União Europeia. Costa considerou "extraordinária" a cobertura mediática dada ao partido Democratas da Suécia nas peças sobre as eleições deste mês neste país. "Quem estiver menos atento até pensa que a extrema-direita ganhou". Ficou em terceiro, atrás dos social-democratas e conservadores.

primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, disse que era "muito simples": "É não os deixar entrar, e mandar de volta para casa os que já estão cá dentro", afirmou.

"Pessoas não são tapetes"

O primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, foi um dos que não esconderam a sua indignação pela natureza do debate em curso. "Se que agora se discute a possibilidade de pagar pela solidariedade", apontou, "mas esta não é uma questão de mercado. Estamos a falar de pessoas, não de tapetes. Quando começamos a discutir o preço do migrante, é uma vergonha para todos nós", criticou.

Essa é, há muito, a posição dos países do Grupo de Visagrado (Hun-

gria, Polónia, República Checa, Eslováquia), que surpreendentemente conquistaram um aliado em Salzburgo: o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, disse que a hipótese de alguns países assumirem maiores responsabilidades pelo financiamento de uma política europeia de imigração e asilo pode ser uma "possibilidade" - ainda que "residual". "O mais importante continua a ser a ampla participação no mecanismo de distribuição. De outra forma, não faz sentido", considerou.

O líder italiano, que foi o principal protagonista no Conselho Europeu de Junho, ao recusar subcrever quaisquer conclusões que não deixassem clara a obrigação de solidariedade dos restan- →

Fonte: Jornal Público p.29-30